MARROCOS

CLUSTER DA ÁGUA

UMA ESTRATÉGIA COLETIVA

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

FICHA TÉCNICA

Título
Cluster da Água
Marrocos
Uma Estratégia Coletiva
Manual de Boas Práticas

Projeto
ÁguaGlobal - Internacionalização do Setor Português da Água

Entidade Promotora
AEP - Associação Empresarial de Portugal

Equipa
Conceição Vieira
Nuno Ferraz
Sofia Roque

Tiragem
100 exemplares

ISBN
978-972-8702-96-0

Depósito Legal
372854/14

Janeiro 2014

"LE TEMPS EST DONC VENU POUR NOUS DE CHANGER RADICALEMENT NOTRE PERCEPTION ET NOTRE ATTITUDE À L'ÉGARD DE L'EAU, À TRAVERS LA GESTION DE LA DEMANDE DE CETTE RESSOURCE ET LA RATIONALISATION DE SA CONSOMMATION."

("Chegou a hora de mudarmos radicalmente a nossa percepção e atitude em relação à água, através de gestão da procura deste recurso e da racionalização do seu consumo.")

Sua Majestade, o Rei Mohammed VI de Marrocos,

na abertura da 9ª Sessão do Conselho Superior de Água e do Clima de Marrocos, 2001

Índice Geral

1. INTRODUÇÃO 11

2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS 12

2.1. Dados Gerais 12
2.2. Enquadramento Demográfico e Macroeconómico 15
2.3. Clima, Geografia, Pluviosidade e Recursos Hídricos 23
2.4. Ordenamento e Gestão Costeira 29
2.5. Consumo e Uso de Água 31
2.6. Condições de Acesso ao Mercado 33

3. *CLUSTER* DA ÁGUA 62

3.1. Organização Institucional do Setor 62
3.2. Estratégia Governamental para o Setor 91
3.3. Papel das Instituições Financeiras Multilaterais 102
3.4. Participação do Setor Privado, Incluindo Regime Aplicável a Parcerias Público-Privadas (PPP) 108
3.5. Quadro Legal e Regulatório Específico do Setor 118

4. PRINCIPAIS MERCADOS DO *CLUSTER* DA ÁGUA 123

4.1. Estrutura do Setor 123
4.2. Principais *Players* 126
4.3. Principais Projetos em Curso 143
4.4. Fontes de Financiamento 157

5. ABORDAGEM AO MERCADO 159

5.1. Política de Compras e Cadeia de Funcionamento 159
5.2. Principais Eventos do Setor 160
5.3. Identificação e Caracterização de Empresas Locais e Potenciais Parceiras 161
5.4. Identificação e Caracterização das Atividades de Empresas Portuguesas já Presentes no Mercado 169
5.5. Etiqueta de Negócios 171
5.6. Análise SWOT 173
5.7. Proposta de Ações 174

6. BIBLIOGRAFIA 176

Índice de Quadros

Quadro 1.	Indicadores demográficos de Marrocos (2013)	16
Quadro 2.	Principais indicadores macroeconómicos	19
Quadro 3.	Evolução da balança comercial	20
Quadro 4.	Principais clientes e fornecedores: 2012	21
Quadro 5.	Principais produtos transacionados: 2012	21
Quadro 6.	Investimento direto	22
Quadro 7.	Temperaturas médias em Marrocos	24
Quadro 8.	Repartição das formas de irrigação	31
Quadro 9.	Principais formalidades a cumprir na constituição de uma sociedade em Marrocos	35
Quadro 10.	Escalões e taxas de rendimento de pessoas singulares em Marrocos	39
Quadro 11.	Contribuição de solidariedade social das empresas	40
Quadro 12.	*Ranking Ease of Doing Business 2013* do Banco Mundial, para Marrocos	43
Quadro 13.	Indicadores de comércio internacional com Marrocos	44
Quadro 14.	Escalões e taxas de rendimento de pessoas singulares em Marrocos	47
Quadro 15.	Contribuição de solidariedade social dos cidadãos estrangeiros	47
Quadro 16.	Acordos bilaterais Portugal/Marrocos	52
Quadro 17.	Princípios básicos da convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento	54
Quadro 18.	Benefícios no âmbito dos impostos sobre as sociedades ou sobre os rendimentos	58
Quadro 19.	Benefícios da isenção de IVA nas importações e de direitos de importação	59
Quadro 20.	Critérios de elegibilidade e benefícios associados ao Fundo de Promoção do Investimento	60
Quadro 21.	Características do Fundo Hassan II	60
Quadro 22.	Características dos incentivos em zonas francas	61
Quadro 23.	Funções das principais instituições governamentais no setor da água marroquino	63
Quadro 24.	Principais entidades adjudicantes do setor da água marroquino	84
Quadro 25.	Metas do eixo "gestão da procura de água e valorização dos recursos hídricos"	92
Quadro 26.	Metas do eixo "gestão e desenvolvimento da oferta de água"	92
Quadro 27.	Estado-da-arte do quadro legislativo do setor da água em Marrocos, em 2011	95
Quadro 28.	Metas de saneamento preconizadas no PNA	96
Quadro 29.	Objetivos do PNRD	99
Quadro 30.	Investimentos do PNRD	99
Quadro 31.	Plano de Investimentos no setor da água marroquino	100

Quadro 32.	Concessões no setor da água em Marrocos	109
Quadro 33.	Concessões privadas em Marrocos	124
Quadro 34.	Operações levadas a cabo em Marrocos por empresas de média e grande dimensão	125
Quadro 35.	Números da ONEE (abastecimento de água)	127
Quadro 36.	Números da ONEE (saneamento)	128
Quadro 37.	Estações de tratamento geridas pela ONEE	129
Quadro 38.	Estações de tratamento geridas por entidades municipais/intermunicipais	131
Quadro 39.	Estações de tratamento geridas por municípios	131
Quadro 40.	Estações de tratamento geridas por concessionários privados	132
Quadro 41.	Principais consumos não-urbanos em Marrocos	133
Quadro 42.	Programas de investimento para 2013 das entidades adjudicantes do setor da água em Marrocos	134
Quadro 43.	Projetos estruturantes no setor da água marroquino	143
Quadro 44.	Principais projetos no subsetor do abastecimento de água, em Marrocos	143
Quadro 45.	Projetos de irrigação localizada a título individual e instalações complementares	145
Quadro 46.	Projetos de irrigação localizada no quadro de projetos coletivos ou pequenos agricultores, e instalações complementares	146
Quadro 47.	Projetos de irrigação complementares	146
Quadro 48.	Projetos de recolha de águas pluviais	147
Quadro 49.	Projetos de irrigação localizada, enquadrados em projetos agregados	147
Quadro 50.	Projetos de irrigação complementar, enquadrados em projetos agregados	147
Quadro 51.	Principais projetos no subsetor do saneamento, em Marrocos	148
Quadro 52.	Estações de tratamento em curso a cargo da ONEE	149
Quadro 53.	Estações de tratamento em curso a cargo das entidades municipais/intermunicipais	150
Quadro 54.	Estações de tratamento em curso a cargo das entidades privadas	151
Quadro 55.	Estações de tratamento projetadas pela ONEE	151
Quadro 56.	Estações de tratamento projetadas pelas entidades municipais/intermunicipais	153
Quadro 57.	Grandes barragens em fase de construção ou projeto em Marrocos	154
Quadro 58.	Principais barragens em construção em Marrocos	154
Quadro 59.	Projetos de dessalinização em curso em Marrocos	155
Quadro 60.	Principais empresas portuguesas presentes no setor da água marroquino	169

Índice de Figuras

Figura 1.	Cidades mais populosas de Marrocos	16
Figura 2.	Mapa de Marrocos	23
Figura 3.	Pluviosidade em Marrocos	25
Figura 4.	Disponibilidades e aproveitamento hídrico em Marrocos	26
Figura 5.	Superfície, população e recursos hídricos de Marrocos, por bacia hidrográfica	27
Figura 6.	Capacidade e limites de armazenagem	27
Figura 7.	Balanço de recursos hídricos (2012 e 2030)	28
Figura 8.	Região do PAC	29
Figura 9.	Potência hidroelétrica instalada em Marrocos (MW)	32
Figura 10.	Evolução das taxas de acesso ao abastecimento de água	32
Figura 11.	Sistema bancário em Marrocos	49
Figura 12.	Organização institucional do setor da água marroquino	62
Figura 13.	Cartografia das ações de mobilização de água em Marrocos	93
Figura 14.	Distribuição dos Investimentos do PNA	98
Figura 15.	Distribuição dos investimentos pelas bacias hidrográficas marroquinas	101
Figura 16.	Empréstimos concedidos pelo Banco Mundial em Marrocos	105
Figura 17.	Gestão de serviços de águas em Marrocos	124
Figura 18.	Distribuição das microempresas do setor da água marroquino por atividade	125
Figura 19.	Capacidade instalada da ONEE (l/s)	127
Figura 20.	Pontos de intervenção da ONEE	128

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de internacionalização da economia portuguesa é hoje porventura o fator de maior consenso na sociedade portuguesa. De facto, num momento em que o mercado doméstico se encontra estagnado e a economia apresenta sinais muito ténues de recuperação, todos apontam o aumento da capacidade exportadora e uma maior participação nos mercados internacionais como o motor para o arranque da economia nacional.

Neste contexto, a AEP – Associação Empresarial de Portugal, em parceria com a PPA – Parceria Portuguesa para a Água, propôs-se a implementar o projeto **"ÁguaGlobal – Internacionalização do Setor Português da Água"**, visando desenvolver uma estratégia coletiva para a internacionalização das empresas portuguesas com atividade económica no setor da água, projetando o *know-how* português, ajudando a identificar oportunidades de negócios e contribuindo para a criação do que podemos chamar marca "Portugal" no domínio da água.

O Setor Português da Água adquiriu já um considerável grau de maturidade, fruto de mais de duas décadas de experiência, podendo proporcionar uma base de reflexão para outros países. Esta experiência adquirida e consolidada, naquilo a que se designa o "modelo português da água", deve ser divulgada de forma continuada, coerente e persistente, no sentido de afirmar a marca "Portugal" nas relações internacionais.

Paralelamente, as análises da evolução do setor da água no mundo e das suas tendências futuras, realizadas recentemente pelas mais reputadas instituições e consultoras internacionais do setor, refletem um alargado consenso sobre o elevado potencial que o setor da água tem a nível internacional, identificando áreas de intervenção prioritárias como o planeamento e gestão de recursos hídricos, serviços de abastecimento de água e saneamento, empreendimentos hidráulicos e gestão, ordenamento e proteção de zonas costeiras.

Com o crescente investimento a nível mundial em infraestruturas básicas, nomeadamente nos mercados identificados como prioritários no projeto **"ÁguaGlobal – Internacionalização do Setor Português da Água"**, abre-se uma janela de oportunidade para que empresas nacionais do setor da água potencializem as suas competências e iniciem processos de internacionalização, alargando os seus mercados de influência e diminuindo o risco de atividade.

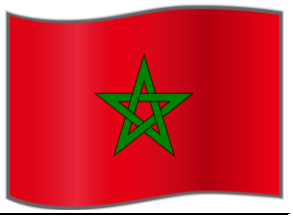
No entanto, para que as empresas beneficiem das oportunidades existentes nos mercados, é necessário que os conheçam, tornando-se fundamental o acesso a informação relevante, detalhada, credível e atualizada. Nesse sentido, com vista a reduzir o *gap* de conhecimento das empresas portuguesas e habilitá-las com ferramentas essenciais à abordagem dos mercados, no âmbito do projeto **"ÁguaGlobal – Internacionalização do Setor Português da Água"**, foram elaborados oito estudos de mercados-alvo, compreendendo os mercados de Angola, Moçambique, Brasil, Argélia, Marrocos, Sérvia, Croácia e Polónia.

A presente publicação, intitulada **"*Cluster* da Água Marrocos: Uma Estratégia Coletiva – Manual de Boas Práticas"**, aborda a realidade económica, administrativa, legal e cultural do mercado marroquino, para além, naturalmente, das especificidades do setor da água e almeja constituir-se uma ferramenta que servirá de instrumento facilitador às empresas do Setor Português da Água que procuram internacionalizar-se em Marrocos.

A AEP – Associação Empresarial de Portugal está convicta que com esta iniciativa deu um precioso e incontornável contributo para o aumento dos casos de sucesso de internacionalização de empresas do Setor Português da Água no mercado marroquino.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

2.1. Dados Gerais



PAÍS EM SÍNTESE: **MARROCOS**

Área	710.850 Km² (incluindo Sahara Ocidental)	**Capital**	Rabat
População	32,5 milhões de habitantes	**Chefe de estado**	Rei Mohammed VI
Dens. pop.	46 hab/km²	**Primeiro Ministro**	Abdelilah Benkirane
Língua oficial	Árabe (Francês amplamente utilizado)	**Tipo de Governo**	Monarquia constitucional
Un. monetária	Dirham marroquino (MAD)	**Risco de crédito**	3 (1 = risco menor; 7 = risco maior)
Tx. de câmbio	1 EUR = 11.1938 MAD (janeiro 2014)	**Risco do país**	BB (Risco: AAA = menor; D = maior)
Fuso horário	GMT (GMT+1 no verão)	**Religião**	Islamita (maioria sunita)

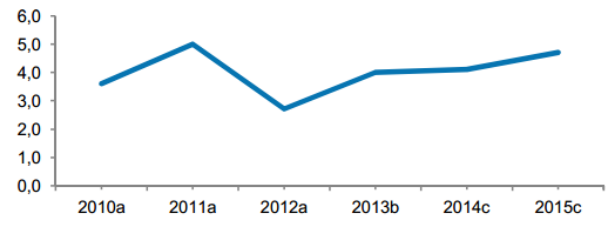
Fonte: AICEP e Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS	2010[a]	2011[a]	2012[a]	2013[b]	2014[c]	2015[c]
PIB a preços de mercado (10⁹ USD)	90,6	99,5	96,3	105,0	109,5	116,6
PIB *per capita* (USD)	2.840	3.080	2.950	3.190	3.290	3.460
Crescimento real do PIB (variação percentual)	3,6	5,0	2,7	4,0	4,1	4,7
Saldo do setor público (% do PIB)	-4,6	-6,5	-7,9	-8,1	-7,1	-6,1
Dívida pública (% do PIB)	61,3	64,8	71,2	77,1	82,0	83,8
Saldo balança corrente (10⁶ USD)	-4.209	-8.337	-9.843	-9.567	-8.637	-7.415
Dívida externa (variação percentual do PIB)	20,9	29,2	33,4	34,8	35,9	35,3
Taxa de inflação (média)	1,0	0,9	1,2	2,1	2,5	2,9

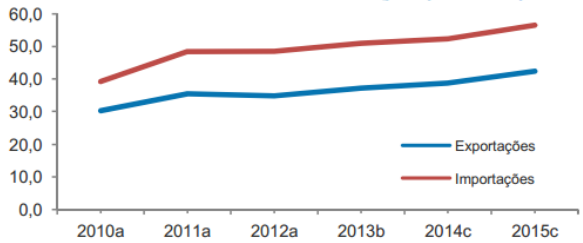
Notas: (a) Valores efetivos; (b) Estimativas; (c) Previsões.

Fonte: AICEP

Crescimento real do PIB (var.%)



Comércio Externo de Bens (10⁹ USD)



Notas: (a) Valores efetivos; (b) Estimativas; (c) Previsões.

Fonte: AICEP

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO		2012			2012
Inv. estrangeiro em Marrocos (10⁶ USD)		2 836	Inv. Marrocos no estrangeiro (10⁶ USD)		361
Posição no *ranking* mundial (2012)	Recetor	59ª	**Posição no *ranking* mundial (2012)**	Emissor	66ª

Fonte: AICEP

POSIÇÃO NO RANKING MUNDIAL – 2012

Como exportador: 71ª | Como importador: 57ª

	Principais clientes 2012	% Total		Principais fornecedores 2012	% Total
1º	França	21,6	1º	Espanha	13,2
2º	Espanha	16,5	2º	França	12,4
3º	Brasil	5,9	3º	China	6,6
4º	Índia	5,4	4º	EUA	6,4
15º	Portugal	1,2	16º	Portugal	1,6

Fonte: AICEP

PRINCIPAIS PRODUTOS TRANSACIONADOS: 2012

Produtos exportados (% Total)		Produtos importados (% Total)	
Máquinas e aparelhos elétricos	13,2	Combustíveis e óleos minerais	27,6
Adubos e fertilizantes	11,3	Máquinas e aparelhos mecânicos	9,2
Vestuários e seus acessórios, exceto de malha	10,5	Veículos automóveis e partes	7,4
Sal, enxofre, gesso, cal e cimento	8,1	Máquinas e aparelhos elétricos	6,5
Produtos químicos inorgânicos	7,8	Cereais	5,0

Fonte: AICEP

RELACIONAMENTO COM PORTUGAL

	2012	Jan/Out 2013		2012	Jan/Out 2013
Exportações bens (10^3 €)	459.279	638.130	Importações bens (10^3 €)	156.616	122.039
Posição no ranking (2012)	Cliente 13ª	% Saídas 1,01	**Posição no ranking (2012)**	Fornecedor 37ª	% Entradas 0,28
Exportações serviços (10^3 €)	23.319	23.617	Importações serviços (10^3 €)	33.202	27.121
Posição no ranking (2012)	Cliente 36ª	% Saídas 0,12	**Posição no ranking (2012)**	Fornecedor 30ª	% Entradas 0,32

Fonte: AICEP

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Facilidade de fazer negócios *(Doing Business 2013 Ranking)*	39/190
Iniciar negócio	39/190
Comércio transfronteiriço	37/190
Cumprimento de contratos	83/190
Liberdade económica *(Economic Freedom Ranking 2014)*	103/178
Competitividade *(Global Competitiveness Index 2013-2014 Ranking)*	77/148
Requerimentos básicos	69/148
Infraestruturas	57/148
Instituições	53/148
Potenciadores de eficiência	84/148
Inovação e sofisticação	100/148

Fonte: Banco Mundial, World Economic Forum, Heritage Foundation

CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA (39/189 países Ranking 2014 – subida de 14 posições face a 2013)

INDICADOR	Marrocos	Norte de África e Médio Oriente	OCDE
Procedimentos (n.º)	5	8	5
Tempo (dias)	11	19,8	11,1
Custo (% rendimento *per capita*)	9,5	28,9	3,6
Capital mínimo de entrada (% rendimento *per capita*)	0	45,4	10,4

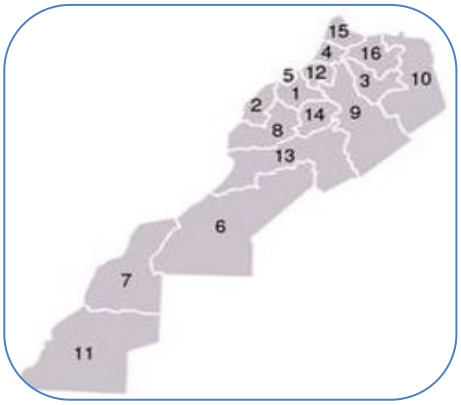
PROCESSO	TEMPO	CUSTO
Registo da empresa (certificado negativo)	1 dia	MAD 230
Pagamento de imposto de selo	1 dia	MAD 20/página + MAD 10
Envio de documentação para o CRI (Centro Regional de Investimentos) para registo no Ministério das Finanças, Tribunal de Comércio e Segurança Social	7 dias	---
Declaração para o Ministério do Trabalho	1 dia	0
Carimbo da empresa	1 dia	MAD 200

Fonte: Banco Mundial

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Administrativamente, Marrocos está dividido em 16 regiões (capitais entre parênteses):

1. Chaouia - Ouardigha (Settat)
2. Doukkala - Abda (Safi)
3. Fez - Boulemane (Fez)
4. Gharb - Chrarda - Béni Hssen (Kenitra)
5. Grand Casablanca (Casablanca)
6. Guelmim - Es-Semara (Guelmim)
7. Laâyoune - Boujdour - Sakia El Hamra (Laâyoune)
8. Marrakech - Tensift - Al Haouz (Marrakech)
9. Meknès - Tafilalet (Meknès)
10. Oriental (Oujda)
11. Oued Ed-Dahab - Lagouira (Dakhla)
12. Rabat - Salé - Zemmour - Zaer (Rabat)
13. Souss - Massa - Draâ (Agadir)
14. Tadla - Azilal (Béni Mellal)
15. Tanger - Tetuão (Tanger)
16. Taza - Al Hoceima - Taounate (Al Hoceima)



Divisão Administrativa de Marrocos

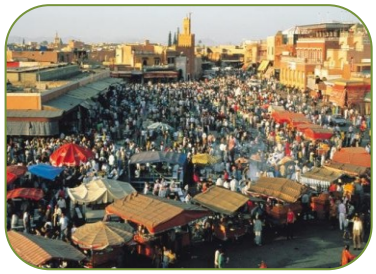
Capital: Rabat

Principais cidades:

Casablanca, Féz, Marraquexe, Tanger, Kénitra

2.2. Enquadramento Demográfico e Macroeconómico

Demografia



A cultura marroquina resulta da evolução histórica que o país sofreu ao longo dos séculos, desde Fenícios, Judeus, Árabes, Mouros da África Subsariana, Romanos, Vândalos e posteriormente europeus. Marrocos construiu uma cultura influenciada pelo oriente, ocidente e cultura africana.

Os árabes representam cerca de 70% da população e os berberes 30%; todas as outras etnias não chegam a corresponder a 1%.

A população marroquina é assim de origem árabe e berbere, embora as diferenças entre os dois grupos sejam mais linguísticas que raciais. A língua berbere, apesar de ter sofrido forte influência do árabe, conservou-se nas regiões montanhosas. Os povos de língua berbere dividem-se em três grupos etnolinguísticos: os rif, da cadeia do Rif; os tamazight, do Médio Atlas; e os shluh, do Alto Atlas e da planície do Sous. O resto da população fala árabe e é formada de berberes arabizados, assim como de um pequeno número de beduínos.

Com uma população de mais de 32 milhões de habitantes, os marroquinos vivem essencialmente nas áreas planas a norte e oeste da cordilheira do Atlas, fixando-se em aglomerados urbanos mais ou menos populosos. A taxa de crescimento da população em 2012 foi de 1,054% e estima-se que em 2025 a população seja de 42,6 milhões de habitantes.

A religião dominante é a muçulmana sunita (99%). A língua predominante no país é a variante marroquina do árabe. A sociedade marroquina é extremamente religiosa, de forma que a vida dos cidadãos depende quase exclusivamente do que é ditado pela religião: os dogmas, as normas e os mandamentos do islamismo ditam em grande medida a vida dos cidadãos.

Apesar da taxa de natalidade do país ser bastante elevada (19%), a taxa de mortalidade é muito baixa comparativamente à maioria dos países europeus (5%), segundo dados da *Central Intelligence Agency* (CIA).

A população divide-se de forma equitativa entre homens e mulheres (ligeira percentagem superior de mulheres), situando-se quase dois terços no escalão dos 15 aos 64 anos de idade.

Marrocos encontra-se na posição 130 no ranking de Desenvolvimento Humano (Organização das Nações Unidas – ONU, 2011), com um IDH de 0,582, graças à sua esperança média de vida que ronda os 76 anos, situando-se neste capítulo na 80ª posição face ao resto do mundo.

Apesar da escolaridade ser obrigatória entre os 7 e 13 anos, a realidade é bem diferente, e a taxa de analfabetismo em Marrocos é muito elevada. No final do século XX, metade dos alunos do ensino primário atingia o ensino secundário, e um entre dez chegava à universidade.

Embora o governo tenha investido na medicina preventiva, por meio do aumento do número de dispensários e centros de saúde, metade da população rural não tem acesso a esses serviços.

A capital do país é Rabat, mas Casablanca é a cidade mais importante e o principal centro industrial e comercial. Marraquexe, Fez e Meknès são cidades tradicionais, e Tânger é centro turístico.

A figura seguinte apresenta as principais concentrações populacionais em Marrocos.

Cidades mais populosas de Marrocos

Casablanca

Rabat

Pos.	Cidade	População
1	Casablanca	3 144 909
2	Rabat	1 655 753
3	Fez	964 891
4	Salé	903 485
5	Marraquexe	839 296
6	Agadir	698 310
7	Tânger	688 356
8	Meknés	545 705
9	Oujda	405 253
10	Kenitra	366 570

Fez

Salé

Fonte: Wikipedia

Figura 1 – Cidades mais populosas de Marrocos

De seguida, apresentam-se alguns indicadores demográficos básicos sobre o Reino de Marrocos.

Quadro 1 – Indicadores demográficos de Marrocos (2013)

População	32,5 milhões de habitantes	**Esp. Média Vida**	76,31 anos – 79/223 *Ranking*
Dens. Pop.	46 hab/km^2	**Tx. alfabetização**	67,1%
Cresc. Pop.	1,04% – 112/233 *Ranking*	**Tx. água potável**	82,1%
Tx. Natalidade	18,73/1000 hab – 101/224 *Ranking*	**Tx. Saneamento**	69,8%
Tx. mortalidade	4,78/1000 hab – 196/226 *Ranking*	**Pop. Urbana**	57% do total (2011)
Tx. Migração	-3,56/1000 hab – 185/222 *Ranking*	**Pop. Rural**	43% do total (2011)
Tx. Mort. Infantil	25,49/1000 nascimentos – 75/224 *Ranking*	**Tx. Urbanização**	1,62%/ano (Est. 2010-2015)

Estrutura etária	
0 – 14 anos	27,1% (homens 4 489 297/ mulheres 4 353 921)
15 – 64 anos	66.7% (homens 10 645 261/ mulheres 11 119 891)
+ 65 anos	6.3% (homens 919 236/ mulheres 1 121 524)
Idade média	27,7 anos (homens 27,1/ mulheres 28,2)
Crescimento populacional anual	
1970 – 1990	2,4%
1990 – 2010	1,3%
2010 – 2030	0,8%

Fonte: CIA Factbook, Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

Situação Económica

As reformas económicas introduzidas nos últimos dez anos, a crescente abertura ao exterior, o assinalável investimento em infraestruturas e a aposta num conjunto de setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do país, mudaram de forma muito positiva a face económica de Marrocos, que se traduziu numa notável evolução do setor financeiro, dos serviços e da indústria.

Apesar disso, a realidade económica marroquina caracteriza-se ainda por uma significativa volatilidade do seu crescimento em virtude da excessiva dependência do setor agrícola, que representa cerca de 16-17% do produto interno bruto (PIB) e emprega 40% dos trabalhadores, sendo que fracos desempenhos neste setor, que depende muito das condições climáticas, provocam efeitos nefastos, sobretudo ao nível do consumo privado.

De forma gradual, os restantes setores de atividade têm vindo a registar um maior desenvolvimento, nomeadamente a indústria, que contribui com cerca de 29% para o PIB e absorve 13% da população empregada, destacando-se a indústria transformadora, que ainda está concentrada nos produtos agroalimentares, indústria têxtil e do couro, e produtos químicos. Tem sido preocupação do Governo promover a diversificação da economia, apostando na promoção de indústrias de maior valor acrescentado (eletrónica, aeronáutica e agroalimentar), estando em curso o desenvolvimento de vários parques tecnológicos ao longo do país. A nova fábrica da Renault, situada no norte de Marrocos, já começou a operar, destinando-se a grande maioria da produção aos mercados externos. É previsível que este projeto possa gerar outros investimentos, o que produzirá impactos positivos em termos económicos.

O setor dos serviços continua a ter um papel predominante na economia do país (aproximadamente 52% do PIB), com o turismo, os transportes e comunicações, os serviços de intermediação financeira e construção e obras públicas a assumirem particular destaque. De salientar que a expansão do Porto de Tanger irá permitir um importante desenvolvimento dos serviços de logística.

Muito embora o desempenho da economia marroquina tenha registado grandes flutuações ao longo dos últimos anos, em grande parte devido à evolução do setor agrícola, é de assinalar que no período 1996-2009, o crescimento médio anual do PIB atingiu cerca de 5%. Por outro lado, dado que a taxa média de crescimento anual da população foi de 1,7%, assistiu-se a um considerável aumento do PIB *per capita*, que se situa atualmente em cerca de 3 000 USD, ainda assim, aquém dos valores registados nos restantes países do Magrebe (à exceção da Mauritânia).

Em 2012 verificou-se um abrandamento da atividade económica, com o PIB a fixar-se em 2,7% (5% em 2011), devido ao impacto negativo da recessão económica na Zona Euro – principal parceira comercial de Marrocos e principal fonte de receitas de turismo e de remessas de emigrantes – e à quebra de produção no setor agrícola (-9,2%). De salientar que o setor não agrícola registou um aumento de 4,8%.

Em 2013, apesar de um enquadramento externo desfavorável, a melhoria do desempenho do setor agrícola parece propiciar uma aceleração da atividade económica, apontando as projeções da EIU (Economist Intelligence Unit) para uma taxa de crescimento do PIB de 3,3%, enquanto o FMI prevê 4,5%. Para o período 2014-2017, as previsões da EIU apontam para uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 4,9% (média anual), a que não é alheia a estratégia governamental de diversificação da economia.

A taxa de inflação tem-se mantido controlada, devido, particularmente, a subvenções por parte do Estado de um conjunto de produtos básicos (combustíveis e alguns bens alimentares), através do mecanismo da caixa de compensação. Nos últimos anos a taxa de inflação baixou de forma considerável (não foi além de 1% entre 2009 e 2011), motivada, sobretudo, por uma mudança de metodologia de cálculo e pela queda dos preços dos bens alimentares. Os dados relativos a 2012 indicam que o índice de preços ao consumidor se mantém controlado (1,2%), mas as projeções para 2013-2017 referem um valor da ordem de 2,7% (taxa média anual).

A taxa de desemprego baixou de 13,4% em 2000 para 9% no ano de 2012, não devendo verificar-se alterações significativas a curto prazo. De salientar que a metodologia utilizada para o apuramento deste indicador, inclui no conceito de emprego tanto o trabalho remunerado como o não remunerado (aprendizes e trabalho familiar), sendo que este último assume uma expressão muito significativa nos meios rurais. O desemprego atinge sobretudo os jovens entre os 15 e os 24 anos, os diplomados de nível superior e os que procuram o primeiro emprego.

Depois de um período de relativo equilíbrio, a balança corrente sofreu um forte agravamento nos últimos anos, tendo-se verificado um défice superior a 8,5 mil milhões de USD em 2012 (8,9% do PIB) fruto do aumento do défice comercial aliado a uma descida das receitas do turismo e das remessas de emigrantes. As projeções para 2013 apontam para um défice da balança corrente da ordem de 5,9% do PIB, em consequência de um setor de serviços mais forte, de uma redução da dependência das importações de petróleo e da previsível diminuição dos preços desta *commodity* e, finalmente, de maiores excedentes nas transferências correntes (onde se destacam as remessas dos emigrantes, grande parte deles a trabalhar na Europa). Ao longo dos próximos anos a tendência revela-se favorável, apontando a EIU para um défice da balança corrente da ordem de 3% do PIB em 2017.

Ao contrário dos anos precedentes, em que o saldo orçamental apresentava valores positivos, em 2009 verificou-se um défice das contas públicas correspondente a 2,7% do PIB, em resultado de um recuo das receitas fiscais superior a 15% face a 2008. Nos últimos dois anos o défice do setor público registou um agravamento substancial (7,1% e 8,3% do PIB em 2011 e 2012, respetivamente), em consequência de políticas expansivas destinadas a estimular a procura interna, permitindo fazer face à crise internacional, e ainda do aumento do valor das subvenções pela caixa de compensação o que permitiu que os preços dos bens não tenham registado alterações sensíveis para o consumidor. Para 2013 as previsões da EIU indicam um défice público da ordem de 7,1% do PIB, que deverá continuar a diminuir ao longo dos próximos anos.

O peso da dívida pública continuou a aumentar, correspondendo a 71,2% do PIB em 2012 (64,8% do PIB em 2011), enquanto a dívida externa representou 33,5% do PIB (29,3% em 2011). As projeções apontam para um agravamento destes indicadores até 2014. De referir que em agosto de 2012 o FMI aprovou uma linha de crédito (PLL – *Precautionary Liquidity Line*) de 6,2 mil milhões de USD, a 2 anos, a que Marrocos poderá recorrer se considerar necessário. Esta linha constitui um fator de segurança, permitindo às autoridades marroquinas fazer face às necessidades de financiamento e prosseguir a sua agenda de reformas estruturais, visando o desenvolvimento da economia do país.

O *Bank al-Maghrib* (banco central) mantem o dirham indexado a um cabaz de divisas onde predomina o euro (em 80%), pelo que nos próximos anos a moeda marroquina deverá continuar a acompanhar as flutuações do euro.

Embora persistam alguns indicadores mais desfavoráveis, é de salientar que, como já referimos, Marrocos tem feito um esforço no sentido da diversificação da sua economia, no desenvolvimento e modernização das suas infraestruturas e tem registado progressos assinaláveis ao nível das condições de vida da sua população. Em termos do setor industrial, o Governo apostou na criação de 22 plataformas integradas (previstas no Pacto Nacional de Emergência Industrial, incluindo setores especialmente vocacionados para a exportação), a agricultura foi reorganizada em fileiras (setor de grande importância, objeto de um plano denominado Marrocos Verde) e o país deu mostras de um estilo de vida moderno e urbano, com o setor da logística, centros comerciais e *franchising* a registarem grande desenvolvimento. Também na área da distribuição foi criado o Plano de Ação Rawaj, com o objetivo de modernizar o comércio interno em termos de infraestruturas, regulamentos e práticas.

De salientar ainda que, de acordo com diversos relatórios de organizações internacionais – Fórum Económico Mundial, Banco Mundial e "The Heritage Foundation" – é possível identificar importantes avanços ao nível da estabilidade política, do quadro macroeconómico, do sistema financeiro, da abertura da economia, da facilidade de constituição de empresas e dos procedimentos aduaneiros. Os relatórios sublinham, no entanto, que certos constrangimentos constituem-se como um bloqueio à competitividade do país, como sejam a justiça, o mercado de trabalho, a burocracia, a proteção dos investidores, a inovação, pesquisa e desenvolvimento e a qualidade do sistema de ensino e formação profissional.

O quadro seguinte esquematiza alguns dos principais indicadores macroeconómicos de Marrocos.

Quadro 2 – Principais indicadores macroeconómicos

	Unidade	2010[a]	2011[a]	2012[a]	2013[b]	2014[b]	2015[b]
População	Milhões	32,0	32,3	32,6[c]	33,0	33,3	33,7
PIB a preços de mercado	10^9 MAD	760,8	802,6	828,2	875,4	940,0	1.015,8
PIB a preços de mercado	10^9 USD	90,4	99,2	96,2	102,3	108,8	118,7
PIB *per capita*	USD	2.830	3.070	2.950[c]	3.100	3.260	3.530
Crescimento real do PIB	%	3,6	5,0	2,7	3,3	4,6	5,4
Consumo Privado	Var. %	2,2	7,4	3,6	3,2	4,0	5,2
Consumo Público	Var. %	-0,9	4,6	7,9	4,4	4,0	3,8
Formação bruta de capital fixo	Var. %	-0,7	2,5	1,9	4,3	5,5	6,0
Taxa de desemprego	%	9,1	8,9	9,0	9,5	9,2	8,9
Taxa de inflação (média)	%	1,0	0,9	1,2	2,2	2,6	2,6
Dívida Pública	% do PIB	61,3	64,8	71,2	77,1	80,4	80,2
Dívida Externa	% do PIB	29,1	29,3	33,5[c]	35,7	36,1	34,6
Saldo do setor público[d]	% do PIB	-4,6	-7,1	-8,3	-7,1	-6,1	-4,9
Saldo da balança corrente	10^6 USD	-4.209	-8.337	-8.582[c]	-6.070	-5.581	-4.558
Saldo da balança corrente	% do PIB	-4,7	-8,4	-8,9[c]	-5,9	-5,1	-3,8
Taxa de câmbio (média)	1USD = xMAD	8,42	8,09	8,61	8,56	8,64	8,56
Taxa de câmbio (média)	1EUR = xMAD	11,17	11,26	11,07	11,21	11,15	10,87

Notas:

a) Valores efetivos
b) Estimativa
c) Previsão
d) Excluindo receitas de privatizações

Fonte: AICEP

Comércio Internacional

Marrocos assume um lugar relativamente modesto no comércio mundial, particularmente na qualidade de exportador, ocupando, em 2012, a 71ª posição do *ranking*, com uma quota de 0,12% das exportações mundiais, e a 57ª enquanto importador, com uma quota de 0,24%.

Quadro 3 – Evolução da balança comercial

(10^6 USD)	2008	2009	2010	2011	2012
Exportação	20.330	14.045	17.584	21.512	21.804
Importação	39.827	30.408	32.646	40.963	42.448
Saldo	-19.497	-16.363	-15.062	-19.451	-20.644
Coeficiente de cobertura	51,0	46,2	53,9	52,5	51,4
Posição no *ranking* mundial					
Como exportador	69ª	72 ª	71 ª	71 ª	71 ª
Como importador	52 ª	55 ª	56 ª	56 ª	57 ª

Fonte: AICEP

A balança comercial marroquina é estruturalmente deficitária, tendo-se verificado um agravamento significativo do défice em 2011, o qual atingiu perto de 19,5 mil milhões de USD. As estimativas relativas a 2012, face ao ano anterior, apontam para um aumento das exportações e das importações de 1,4% e 3,6%, respetivamente, com implicações negativas em termos de défice comercial, que terá atingido 20,6 mil milhões de USD (+6,1% face a 2011), representando mais de 20% do PIB.

O acréscimo das importações em 2012 ficou a dever-se, fundamentalmente, ao agravamento da fatura energética e ao aumento verificado nos produtos alimentares (sobretudo milho e trigo). Por outro lado, os bons desempenhos dos setores automóvel e das pescas foram os que mais contribuíram para o aumento das exportações.

A UE é o principal parceiro comercial de Marrocos (representou cerca de 59% das exportações do país e 61% das importações em 2012), impondo-se as razões históricas que fazem de França e Espanha os seus principais mercados de exportação e importação. Segundo dados do *International Trade Centre* (*mirror statistics*), estes dois países foram, em 2012, o destino de cerca de 37% das vendas e a origem de 33% das compras marroquinas ao exterior.

O Acordo de Associação com a UE (abolição de direitos aduaneiros para produtos industriais com certificado Euro 1) e o início das negociações estatuto avançado (DCFTA) continuará a assegurar a posição especial da União Europeia no comércio marroquino, embora os acordos de livre comércio assinados entre Marrocos e os EUA, bem como com outros Estados, nomeadamente a Turquia, ajudem gradualmente a diversificar mercados.

Em 2012 Portugal ocupou o 15º lugar do ranking de clientes e o 14º enquanto fornecedor, com quotas de mercado de 1,4% e 1,6%, respetivamente. De salientar que, ao longo dos últimos anos, Portugal tem vindo a melhorar a sua quota de mercado e posição enquanto fornecedor. No contexto da UE, Portugal posicionou-se em 8º lugar enquanto cliente e fornecedor.

O quadro seguinte apresenta os principais clientes e fornecedores de Marrocos no ano de 2012 e as respetivas quotas de mercado.

Quadro 4 – Principais clientes e fornecedores: 2012

Mercado (Clientes)	Quota	Posição	Mercado (Fornecedores)	Quota	Posição
França	19,4%	1ª	Espanha	18,9%	1ª
Espanha	17,5%	2ª	França	14,4%	2ª
Índia	6,8%	3ª	China	8,7%	3ª
Brasil	5,9%	4ª	EUA	6,3%	4ª
Alemanha	4,7%	5ª	Alemanha	5,8%	5ª
Portugal	**1,4%**	**15ª**	**Portugal**	**1,6%**	**14ª**

Fonte: AICEP

Segundo dados do *International Trade Centre* (*mirror statistics*), em 2012, as principais exportações marroquinas foram constituídas por máquinas, aparelhos e materiais elétricos (14,3% do total), por vestuário e seus acessórios, exceto de malha (12,7%), adubos e fertilizantes (10,4%), sal, enxofre, gesso, cal e cimento (8,2%) e produtos químicos inorgânicos (8%) que, em conjunto, representaram 53,6% dos produtos vendidos ao exterior.

De acordo com o *Office des Changes*, a estrutura das exportações marroquinas é constituída por três grandes grupos de produtos: produtos semiacabados (28,3% em 2012), bens de consumo não-alimentares (24,3%) e produtos alimentares (16,5%).

Quadro 5 – Principais produtos transacionados: 2012

Exportações / Setor	%	Importações / Setor	%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	14,3	Combustíveis/óleos minerais	17,4
Vestuário e seus acessórios, exc. de malha	12,7	Máquinas e aparelhos mecânicos	10,0
Adubos e fertilizantes	10,4	Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	8,7
Sal, enxofre, cal e cimento	8,2	Veículos automóveis e partes	8,4
Produtos químicos inorgânicos	8,0	Cereais	4,9

Fonte: AICEP

Por outro lado, as importações são constituídas fundamentalmente por máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos (18,7%), combustíveis e óleos minerais (17,4%), veículos automóveis e partes (8,4%) e cereais (4,9%) que, em conjunto, representaram 49,4% das compras ao exterior em 2012.

Investimento

De acordo com o *World Investment Report* 2013 publicado pela UNCTAD, os dados relativos aos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) revelam que Marrocos não é um *player* a nível mundial nesta área, ocupando posições modestas nos respetivos rankings, e recebe maiores fluxos de investimento estrangeiro do que aqueles que emite. No entanto, nos últimos dois anos, o país registou aumentos significativos de IDE, o qual totalizou cerca de 2,8 mil milhões de USD em 2012 (+10% face ao ano anterior), colocando Marrocos no 59º lugar do *ranking* mundial enquanto recetor.

Entre 2008 e 2012 Marrocos recebeu uma média anual de 2,3 mil milhões de USD de investimento direto estrangeiro e, segundo dados da EIU referentes a 2012, o *stock* total de IDE ascende a cerca de 50 mil milhões de USD, correspondendo a 51,9% do PIB e a 1.530 USD per capita.

Quadro 6 – Investimento direto

(10^6 USD)	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento estrangeiro em Marrocos	2.487	1.952	1.572	2.568	2.836
Investimento de Marrocos no estrangeiro	485	470	589	179	361
Posição no ranking mundial					
Como recetor	68ª	69 ª	73 ª	63 ª	59 ª
Como emissor	69 ª	60 ª	59 ª	68 ª	66 ª

Fonte: AICEP

Ao analisarmos o investimento direto estrangeiro por país de origem, dados disponibilizados pelo *Invest in Morocco* relativos ao período 2000-2010, revelam a preponderância da França, responsável por cerca de 49,4% do total de IDE. Outros investidores importantes são a Espanha (16,7%), os Emirados Árabes Unidos (5,6%), a Suíça (3,4%) e o Reino Unido (3,4%).

No que se refere aos setores de atividade, entre 2000 e 2010, o IDE dirigiu-se fundamentalmente para as telecomunicações (25,2%), a indústria (18,9%), o imobiliário (17,1%), o turismo (15,0%) e a banca (8,5%).

A política de promoção do investimento continua a constituir um dos eixos fundamentais da estratégia de desenvolvimento do país, tendo em conta o seu papel determinante na concretização dos objetivos nacionais, sobretudo em termos de crescimento económico sustentado e da criação de empregos.

Relativamente ao investimento direto de Marrocos no estrangeiro, o *World Investment Report* 2013 revela que o mesmo não foi além de 361 milhões de USD em 2012, o que coloca o país na 66ª posição a nível mundial enquanto mercado emissor.

A França é um recetor habitual de investimento direto marroquino, mas nos últimos anos o continente africano tem assumido uma posição de relevo, com destaque para os seguintes países: Camarões, Mauritânia, Mali, Gabão, Costa do Marfim e República do Congo. A banca e serviços financeiros, as telecomunicações, a indústria do cimento e os minérios são as áreas que atraíram maiores fluxos de investimento marroquino.

2.3. Clima, Geografia, Pluviosidade e Recursos Hídricos

Geografia

Localizado no Magrebe, o reino de Marrocos é banhado pelo oceano Atlântico a oeste, e pelo mar Mediterrâneo a norte, e faz fronteira com a Argélia a este, a sul e sudeste com a Mauritânia e a norte com Espanha. Abrange uma área total de 446 550 km².

Trata-se de um país montanhoso, destacando-se duas cadeias montanhosas: o Rife, com a orientação noroeste-sudeste, que faz, geologicamente, parte das cordilheiras do Sul da Península Ibérica, e que tem como ponto mais alto o monte Jbel Tidirhine com 2 456 m; e a Cordilheira do Atlas, no Centro do país, com a orientação este-oeste, cujo ponto mais alto é o monte Jbel Toubkal (4.165 m).
A cordilheira do Atlas é composta por três cadeias paralelas: o Atlas Médio, ao norte; o Alto Atlas, no centro; e o Anti-Atlas, ao sul. As maiores altitudes encontram-se, principalmente, no Alto Atlas.

As montanhas têm um importante papel na vida económica do país, pois são as principais geradoras de água para irrigação das planícies. Nascem ali os grandes rios permanentes que correm para o Atlântico, como o Sebou, o Bou-Regreg, o Oum-er-Rbia, o Tensift e o Sous; para o Mediterrâneo, como o Moulouya; e, mesmo para o Saara, como o Dra e Dades.

A este, situa-se a bacia do Muluya, uma região de terras baixas, semiárida, criada pela erosão do rio Muluya. Mais a leste e a sudeste, encontram-se os altos planaltos, com cerca de 1000 metros de altitude. No Sul, iniciam-se as terras áridas do deserto do Saara.

Fora das áreas desérticas, a vegetação de Marrocos assemelha-se à da península ibérica. Ao longo do litoral, predomina o maqui, vegetação arbustiva típica da área mediterrânea, que, no Rife, dá lugar à floresta de coníferas. Os planaltos são cobertos por estepes, enquanto ao longo do litoral atlântico se encontram bosques de sobreiros. O Médio Atlas possui magníficos bosques de cedros e, ao sul do Anti-Atlas, a vegetação é do tipo desértico.

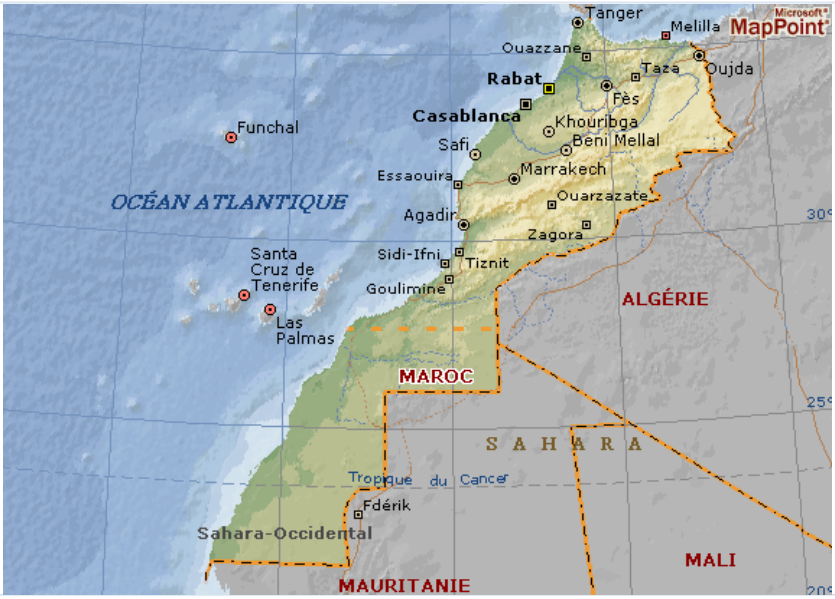


Figura 2 – Mapa de Marrocos

Clima

Marrocos tem um moderado clima subtropical, em virtude da confluência entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrânico. No interior, as temperaturas movem-se aos extremos, muito frias no inverno e extremamente quentes no verão.

Variável de acordo com a latitude, o clima é mediterrânico no norte e desértico no sul. A influência do Atlântico, porém, é importante, porque os ventos húmidos e a corrente oceânica fria procedente das ilhas Canárias reduzem a temperatura na faixa litoral. No litoral, a temperatura média durante o dia, no verão, oscila entre 18º e 28º C. No interior, contudo, muitas vezes excedem 35º C. As médias no inverno oscilam entre 8º e 17º C, durante o dia, e no interior caem significativamente, muitas vezes abaixo de zero.

Temperatura média anual

Rabat	17º C
Casablanca	17º C
Marraquexe	20º C
Fez	16º C
Meknès	17º C
Tânger	17º C

O Norte de Marrocos é muito húmido e chuvoso durante o inverno, enquanto a Sul, o clima é seco e frio.

O clima litoral é geralmente suave, mas o inverno pode ser muito chuvoso e ventoso apesar das temperaturas amenas. As temperaturas médias em Tânger e Casablanca são 12º C no Inverno e 25º C no Verão.

Quadro 7 – Temperaturas médias em Marrocos

	ANUAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Temperatura média (ºC)	17,7	11,4	12,7	14,4	15,9	18,5	21,5	24,5	24,7	22,7	19,1	15,4	12,3
Temperatura máxima média (ºC)	22,5	15,8	17,1	18,9	20,4	23,3	36,2	29,9	30	27,8	23,6	19,9	16,7
Temperatura mínima média (ºC)	12,8	6,7	6,1	9,4	11	13,5	16,2	18,8	19,2	17,4	14,2	10,8	7,9

Fonte: www.weatherbase.com

No Rife e no Médio Atlas, os meses de Verão são secos, mas as chuvas no Inverno são as mais fortes do país. A estação chuvosa dura de novembro a janeiro, e às vezes prolonga-se até abril.

No interior do país, o clima varia com a altitude. Os verões são quentes e secos. Quando o vento do deserto do Saara, ou o vento siroco Chergui (de leste) sopra, o calor pode tornar-se insuportável, com temperaturas a atingir os 40º C. Estes ventos, carregados de areia e poeira do deserto, sopram principalmente na Primavera. Nesta estação, as temperaturas médias são de 22º a 24º C. Os invernos são frios e chuvosos, com geadas frequentes e mesmo neve. A temperatura média varia de 12º a 14º C e pode excecionalmente ir até aos 20º C.

Rabat

Temperatura média	17°C
Temperatura máxima média	21°C
Temperatura mínima média	13°C
Precipitação média	540 mm
Precipitação máxima	860 mm
Humidade relativa média (manhã)	90%
Humidade relativa média (noite)	66%
Velocidade média do vento	9 km/h

Casablanca

Temperatura média	17°C
Temperatura máxima média	20°C
Temperatura mínima média	14°C
Precipitação média	400 mm
Precipitação máxima	800 mm
Humidade relativa média (manhã)	90%
Humidade relativa média (noite)	72%
Velocidade média do vento	12 km/h

Fonte: Weatherbase

Pluviosidade e Recursos Hídricos

Marrocos conta com cerca de 22 mil milhões de m^3 de recursos hídricos renováveis por ano, o equivalente a 730 m^3 *per capita* anuais. Antes das grandes secas das décadas de 1990 e 2000, os recursos eram estimados num valor bastante superior, de cerca de 29 mil milhões de m^3.

No entanto, apenas cerca de 21 mil milhões de m^3 de água podem ser capturados economicamente, desagregando-se em 16 mil milhões de m^3 de águas superficiais e 5 mil milhões de m^3 de águas subterrâneas.

Marrocos tem cerca de 100 barragens de variadas dimensões, totalizando uma capacidade de armazenamento de cerca de 15 mil milhões de m^3.

Dos recursos hídricos recolhidos, cerca de 83% destinam-se a uso agrícola e os restantes 17% para uso municipal e industrial.

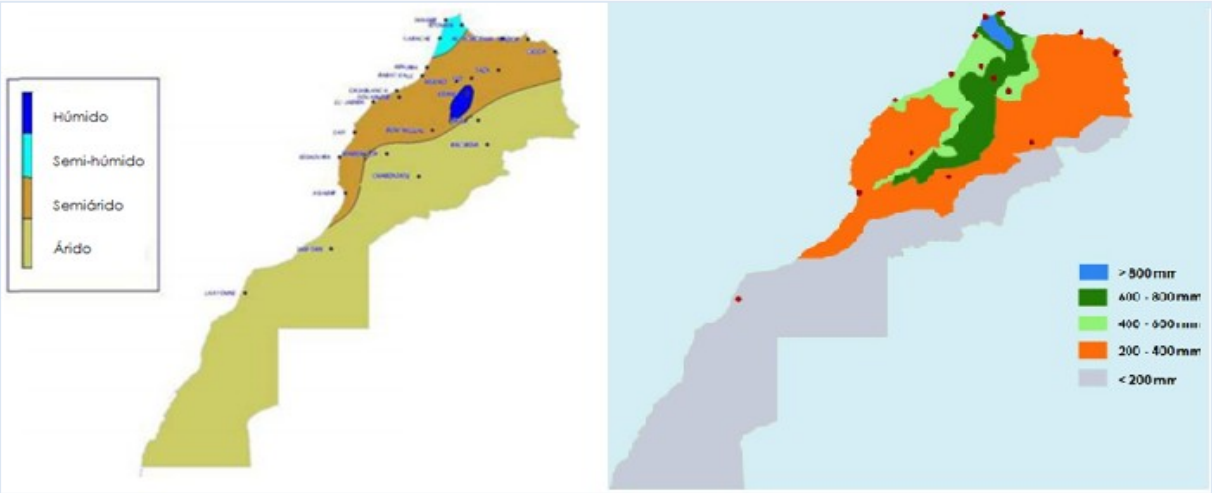
Os recursos hídricos não estão, no entanto, divididos de forma homogénea, estando maioritariamente concentrados na região Norte do país e a pluviosidade muito limitada à época de inverno. Adicionalmente, a qualidade dos recursos é degradada pela poluição, particularmente na bacia de Sebou.

Marrocos encontra-se dividido em 7 bacias hidrográficas fundamentais e diversas de pequena dimensão. As 7 grandes bacias são os rios Loukkos, Moulouya, Sebou, Bou Regreg, Oum Er-Rbia, Tensift e a bacia de Souss-Massa. Com a exceção do rio Loukkos, todos estes rios nascem nas montanhas do Atlas.

Há poucas áreas de transferência de água entre bacias, sendo as mais relevantes o canal Rocade, que transfere da bacia de Oum Er-Rbia para a bacia de Tensift, perto de Marraquexe, uma zona de transferência na boca do rio Oum Er-Rbia para Casablanca e uma transferência do rio Bou Regreg, também para Casablanca.

Os recursos hídricos são particularmente escassos em Marrocos, colocando o país perto do fundo do *ranking* mundial nesta matéria, estando já numa situação deficitária, que se prevê que venha a agravar substancialmente até 2020, com o crescimento populacional e do turismo.

A figura seguinte permite perceber que a grande maioria do território marroquino se situa em zona árida, o que faz com que a pluviosidade média anual na esmagadora maioria do espaço marroquino seja inferior a 200 mm.



Fonte: Marse

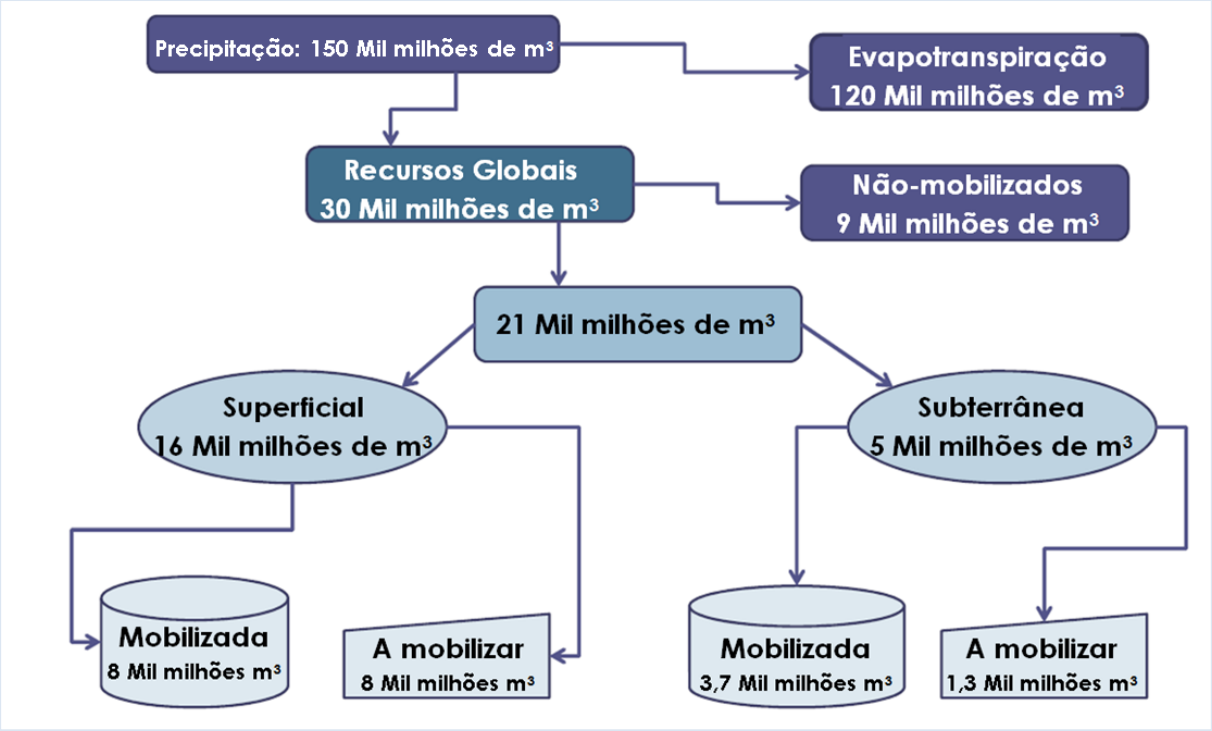
Figura 3 – Pluviosidade em Marrocos

A estratégia adotada por Marrocos tem-se focalizado no aumento da oferta de abastecimento de água, de modo a poder satisfazer as necessidades dos diversos tipos de utilizadores.

No entanto, em virtude das especificidades naturais do país, Marrocos enfrenta um forte aumento das necessidades de água e simultaneamente uma degradação da qualidade dos seus recursos, em função dos impactes das atividades humanas.

Assim, face a este contínuo aumento da procura, maioritariamente derivado do crescimento populacional, degradação dos recursos e longos períodos de seca, o esforço no setor da água tem sido primordialmente do lado da gestão de recursos hídricos e menos do lado do desenvolvimento de novas capacidades.

A figura seguinte apresenta as disponibilidades hídricas do país e o nível de aproveitamento efetuado.



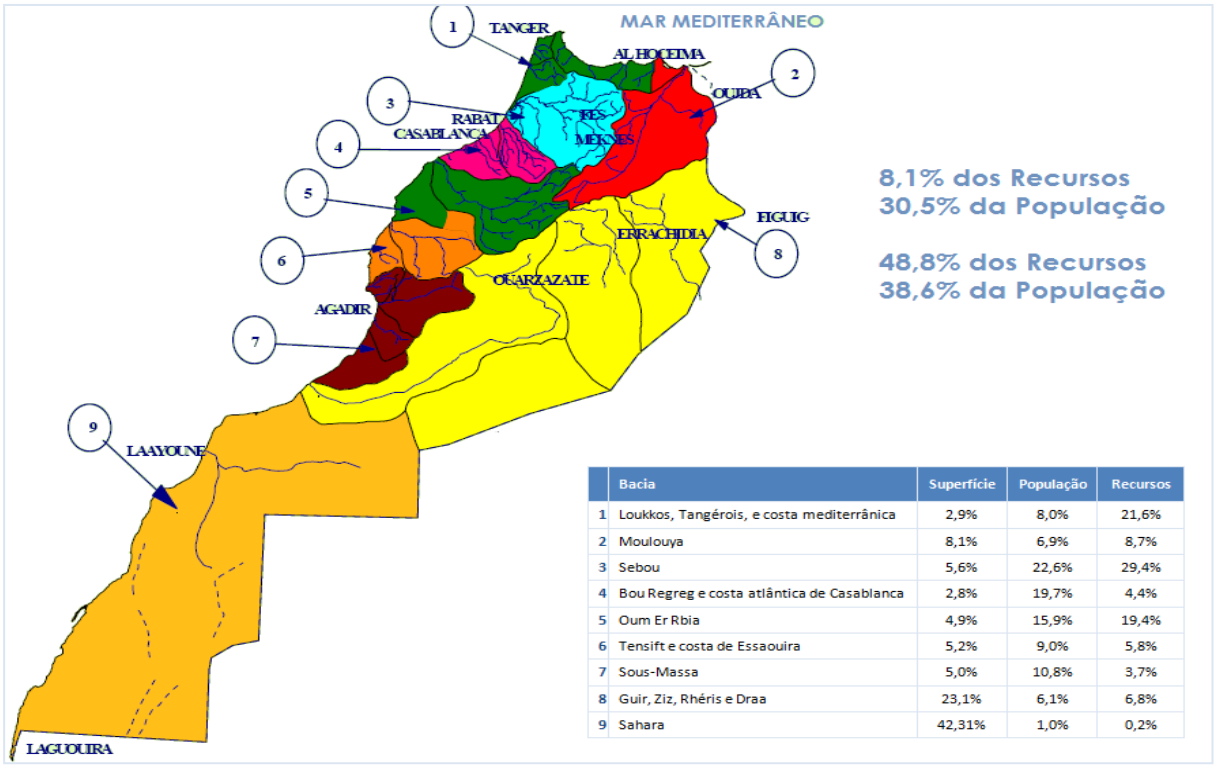
Fonte: Marse

Figura 4 – Disponibilidades e aproveitamento hídrico em Marrocos

Para além da falta de aproveitamento dos recursos existentes, estes encontram-se também distribuídos de forma pouco uniforme pelo território, tal como a própria população, causando graves desequilíbrios na distribuição hídrica pelo país.

Assim, cerca de 30,5% da população tem ao seu dispor 8,1% dos recursos, enquanto perto de metade dos recursos servem 38,6% da população.

Adicionalmente, cerca de 42% do território marroquino dispõe de apenas 0,2% dos recursos hídricos, na zona do Sahara, enquanto as bacias de Loukkos, Tangérois, e costa mediterrânica, Sebou e Oum Er Rbia, que compreendem cerca de 13,4% da superfície, reúnem aproximadamente 70% das disponibilidades de água no país, como se pode ver na figura seguinte.



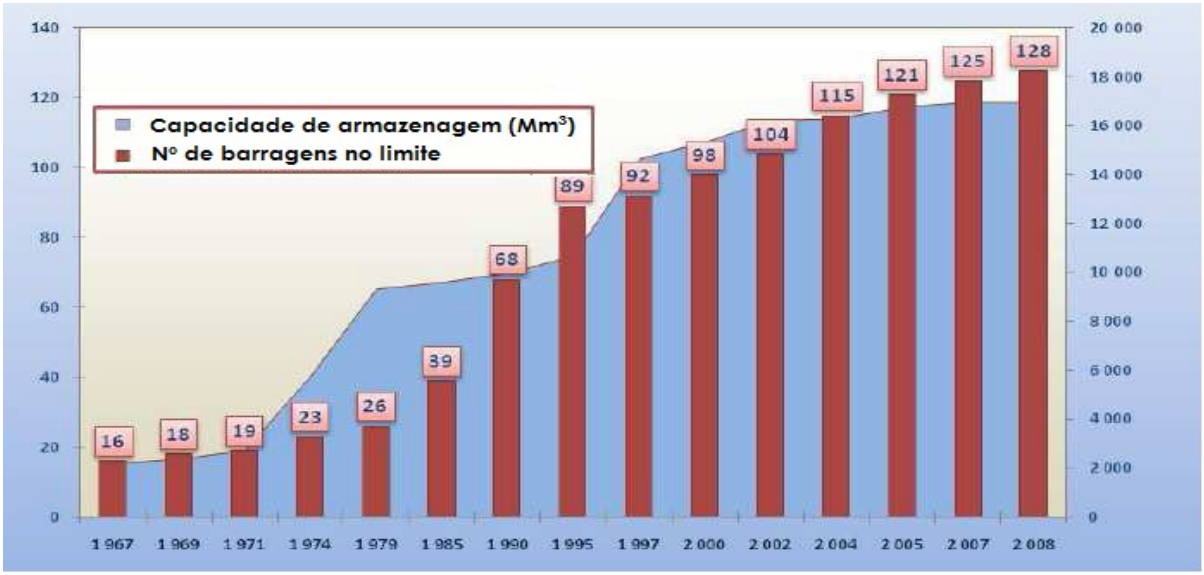
	Bacia	Superfície	População	Recursos
1	Loukkos, Tangérois, e costa mediterrânica	2,9%	8,0%	21,6%
2	Moulouya	8,1%	6,9%	8,7%
3	Sebou	5,6%	22,6%	29,4%
4	Bou Regreg e costa atlântica de Casablanca	2,8%	19,7%	4,4%
5	Oum Er Rbia	4,9%	15,9%	19,4%
6	Tensift e costa de Essaouira	5,2%	9,0%	5,8%
7	Sous-Massa	5,0%	10,8%	3,7%
8	Guir, Ziz, Rhéris e Draa	23,1%	6,1%	6,8%
9	Sahara	42,31%	1,0%	0,2%

Fonte: Marse

Figura 5 – Superfície, população e recursos hídricos de Marrocos, por bacia hidrográfica

Esta situação leva a que um bom planeamento hídrico tenha que ser implementado no país, esforço que aliás tem vindo a ser feito, com a construção de 128 grandes barragens, com uma capacidade conjunta de 18 mil milhões de m^3.

A figura seguinte apresenta a capacidade máxima de armazenagem de água em milhões de metros cúbicos no país ao longo dos anos e o número de barragens cuja capacidade máxima foi já atingida.



Fonte: Marse

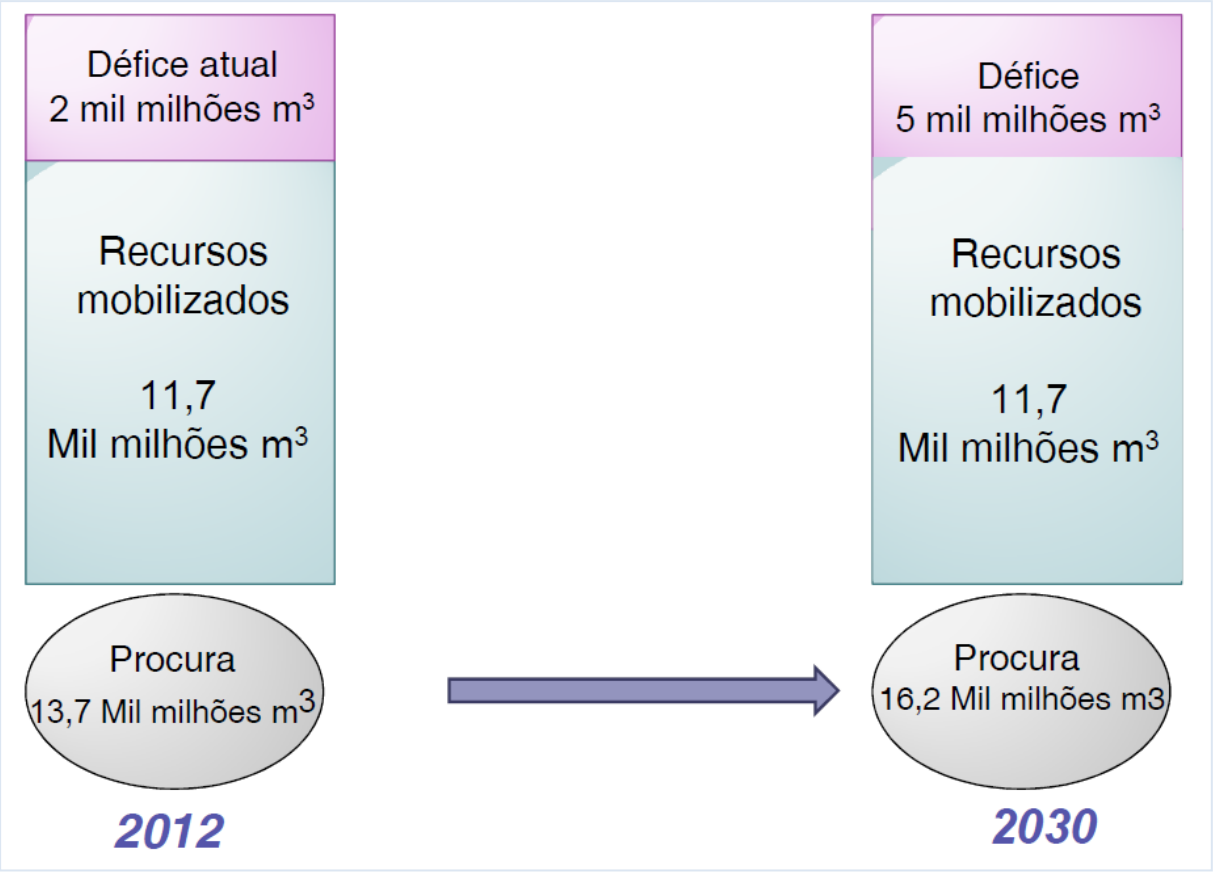
Figura 6 – Capacidade e limites de armazenagem

Como se vê, Marrocos tem uma difícil situação hídrica, sendo um dos grandes desafios futuros para o desenvolvimento do país.

Marrocos tem um défice atual de cerca de 2 mil milhões de m^3 de água face a uma procura atual estimada na casa dos 13,7 mil milhões de m^3 e a recursos mobilizados inferiores a 12 mil milhões de m^3.

Estima-se que em 2030, a procura se situe nos 16,2 mil milhões de m^3, o que significa, caso nada seja feito, um défice de 5 mil milhões de m^3 de água.

Assim, é um imperativo nacional procurar soluções para o desequilíbrio hídrico que assola o país.



Fonte: Marse

Figura 7 – Balanço de recursos hídricos (2012 e 2030)

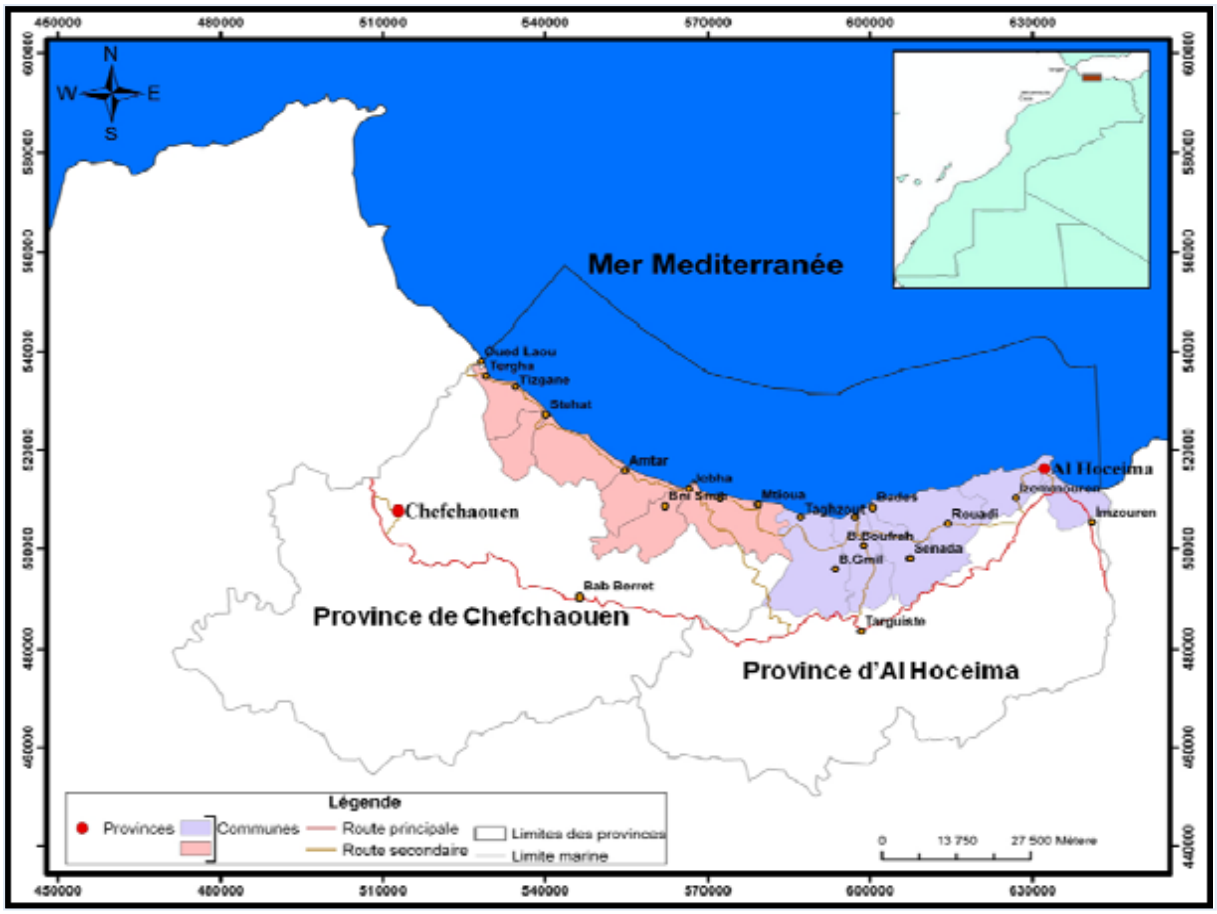
2.4. Ordenamento e Gestão Costeira

A região do mediterrâneo apresenta uma vasta riqueza em termos de biodiversidade que, em função do crescimento populacional nas zonas costeiras de Europa e África, tem levado a que os países do mediterrâneo venham a concentrar esforços na gestão e proteção dessas mesmas zonas costeiras.

O primeiro esforço sério nesse sentido data de 1975, aquando da elaboração do Plano de Ação para o Mediterrâneo (PMA), tendo em vista a gestão integrada de zonas costeiras no mediterrâneo.

A elaboração de um plano para a gestão costeira em Marrocos começa a ser discutida em 1995, tendo-se iniciado em 2003 a elaboração de um estudo de viabilidade para o plano. Em 2006 é dada a luz verde para avançar com o plano, que assume a forma do PAC – *Programme d'Aménagement Côtier*, ou Programa de Gestão Costeira de Marrocos.

A zona de abrangência do PAC estende-se ao longo de 130 km de costa, compreendendo cerca de 4.403 km^2. Situa-se nas províncias de Chefchaouen e Al Hoceima.



Fonte: PAC

Figura 8 – Região do PAC

Com exceção do município de Al Hoceima, os 13 municípios que compõem a zona do PAC são de cariz rural. A população da região chega quase aos 200.000 habitantes, habitando cerca de um terço em zonas urbanas da cidade de Al Hoceima.

Os objetivos do PAC são:

- Preservar os recursos naturais e culturais das zonas costeiras marroquinas;
- Contribuir para o desenvolvimento das populações locais, respeitando o património natural das zonas costeiras de Marrocos.

O Programa encontra-se estruturado em 5 componentes fundamentais, a saber:

- Coordenação do planeamento institucional aos níveis nacional e local;
- Criação de uma estratégia concertada para o desenvolvimento sustentável;
- Atividades temáticas dirigidas ao turismo sustentável, proteção do património natural e valorização do património histórico e cultural;
- Atividades transversais ao funcionamento dos sistemas de informação, análise de sustentabilidade, sensibilização e participação;
- Atividades pós-projeto (monitorização e avaliação).

O PAC contempla ainda uma Estratégia de Gestão Integrada de Zonas Costeiras (GIZC – *Gestion Intégrée des Zones Côtières*), que se assume como uma planificação integrada a longo prazo, estabelecendo objetivos de curto (5 anos), médio (10 – 15 anos) e longo (mais de 20 anos) prazos.

Esta gestão integrada das zonas costeiras marroquinas assume naturalmente relevância para o setor da água do país, intervindo diretamente nas políticas de planeamento para o setor.

A questão central prende-se com a dificuldade de mobilização de água nas zonas costeiras, em função da grande disparidade de disponibilidade entre as diferentes regiões marroquinas que compõem a orla costeira.

Adicionalmente, prevê-se um aumento muito forte da pressão das necessidades de água para usos industrial e agrícola nas zonas costeiras marroquinas a curto/médio prazo.

Nesse sentido, o governo marroquino tem vindo a desenvolver uma série de esforços nesta região, nomeadamente:

- Conceção de documentação sobre gestão do litoral;
- Programa Nacional de Saneamento e Tratamento de Águas Residuais;
- Centralização da gestão integrada das zonas costeiras na Agência da Bacia Hidrográfica de Loukkos;
- Plano Nacional de Gestão de Bacias Hidrográficas;
- Plano Nacional de Ação contra as Inundações;
- Plano Nacional de Emergência de Luta contra a Poluição Marítima Acidental por Hidrocarbonetos;
- Desenvolvimento de regulamentação sobre riscos naturais (inundações, etc.), no âmbito da gestão urbanística;
- Estratégia Nacional de Prevenção e Gestão de Riscos e Catástrofes;
- Projeto de Lei do Litoral.

2.5. Consumo e Uso de Água

O consumo e uso de água em Marrocos está essencialmente dependente da procura de águas em quatro vertentes distintas, a saber:

- Agricultura;
- Indústria e Turismo;
- Energia;
- Municípios e População.

Agricultura

Em Marrocos, existem cerca de 1,5 milhões de hectares de culturas irrigadas, consumindo cerca de 12 mil milhões de m^3/ano. Cerca de dois terços das culturas irrigadas são equipadas pelo estado.

A repartição das formas de irrigação por tipo de perímetro é apresentada no quadro seguinte. Como se pode ver, a irrigação por gravidade é a forma mais utilizada em Marrocos, favorecendo-se ainda a grande hidráulica ao invés da pequena e média hidráulica e da irrigação privada. Naturalmente, estas são as utilizações mais consumidoras de água no setor da agricultura.

Quadro 8 – Repartição das formas de irrigação

Tipo de irrigação	Gravidade	Aspersão	Localizada	Total	%
Grande hidráulica	533.900	113.800	34.900	682.600	47%
Pequena e média hidráulica	327.200	6.900	---	334.100	23%
Irrigação privada	317.600	16.950	106.900	441.450	30%
TOTAL	**1.178.700**	**137.650**	**141.800**	**1.458.150**	**100%**

Fonte: Estratégia da Água

Indústria e Turismo

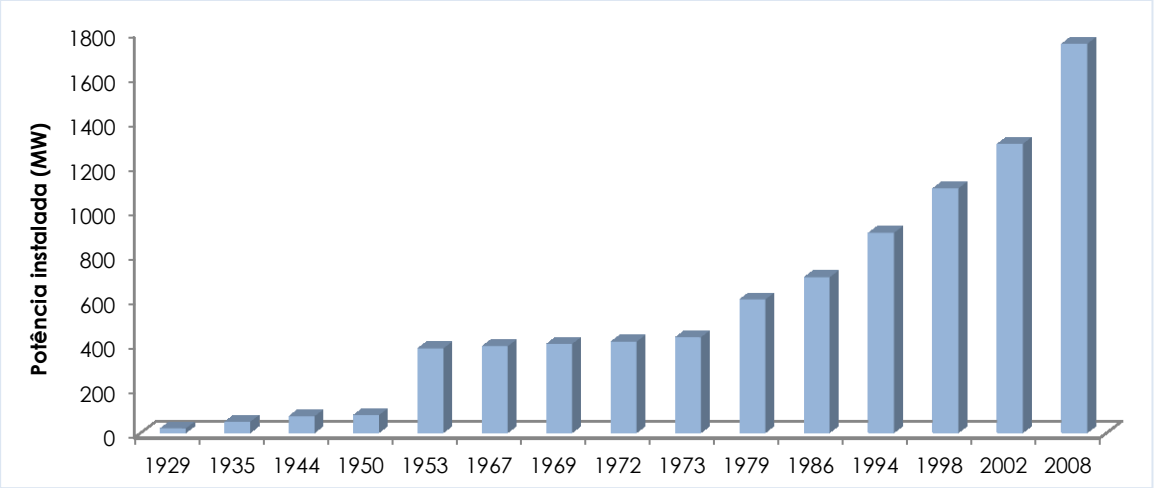
O consumo de água na indústria e turismo está estimado em 0,2 milhões de m^3/ano. Sendo efetivamente um consumidor de água menos relevante, assume uma importância estratégica para o país.

A produção de efluentes industriais em Marrocos é cerca de 0,08 milhões de m^3/ano.

Energia

A produção de energia hidroelétrica em Marrocos atinge 1.700 MW, garantindo uma produção de eletricidade de 10% num ano hidrológico normal. A potência instalada tem crescido a um ritmo elevado, aumentando consideravelmente as necessidades de água para esta utilização.

A figura seguinte apresenta a evolução na potência hidroelétrica instalada em Marrocos, até ao ano de 2008.



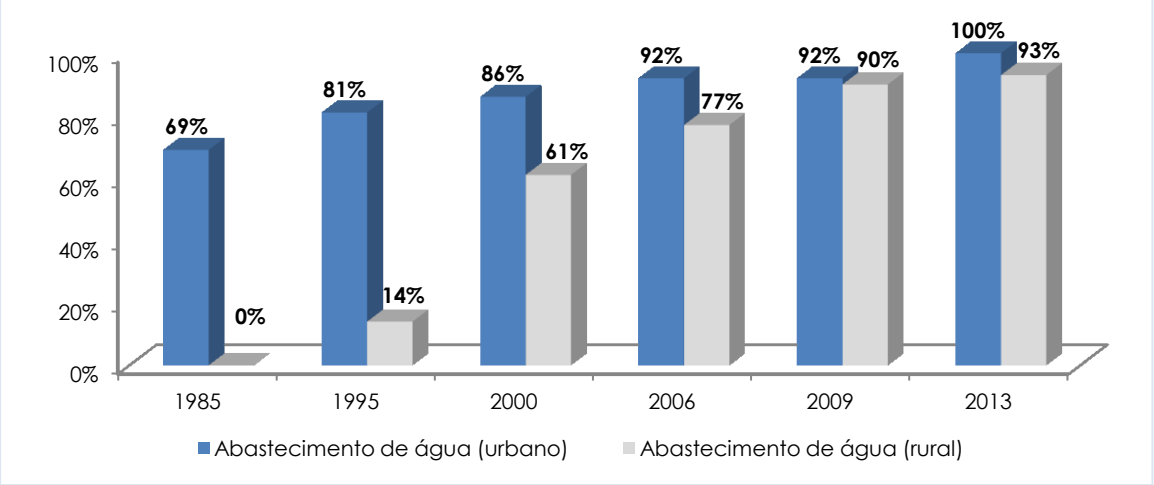
Fonte: Estratégia da Água

Figura 9 – Potência hidroelétrica instalada em Marrocos (MW)

Municípios e População

A produção de água para consumo humano é cerca de 1,2 mil milhões de m^3 anuais, com perdas de 35 por cento em média (0,4 mil milhões de m^3/ano).

A taxa de cobertura situa-se nos 97%, sendo de perto de 100% nas zonas urbanas e de 93% nas zonas rurais, como se pode ver na figura seguinte.



Fonte: Estratégia da Água

Figura 10 – Evolução das taxas de acesso ao abastecimento de água

2.6. Condições de Acesso ao Mercado

Requisitos Legais e Societários

Tipos de Sociedades

Em Marrocos, há cinco tipos fundamentais de estruturas empresariais, a saber:

- Sociedades;
- Parcerias;
- *Joint-ventures*;
- Filiais;
- Empresário em nome individual.

O tipo de sociedade mais comum em Marrocos é a sociedade anónima. As ações da empresa limitam a responsabilidade de cada um dos acionistas ao montante investido.

De acordo com a lei marroquina, os principais tipos de sociedade são:

- Sociedade anónima;
- Sociedade por quotas;
- Sociedade em comandita por ações;
- Sociedade em nome coletivo;
- Sociedade em comandita simples;
- *Joint-ventures*.

Estes tipos societários são diretamente equivalentes aos utilizados em Portugal e na Europa. Descrevem-se de seguida, de forma resumida, os tipos de sociedade mais utilizados em Marrocos.

Sociedade Anónima

As sociedades anónimas (SA) devem ter um mínimo de 5 acionistas, que podem ser entidades jurídicas ou indivíduos. Como é tradicional neste tipo de sociedade, a responsabilidade do acionista é limitada ao montante de ações por ele detidas.

Aquando da constituição da sociedade, um quarto do capital social deve ser pago adiantadamente, caso seja pago em contribuição monetária. No caso de este ser pago em género, deve ser pago integralmente no ato de constituição da sociedade anónima. A sociedade pode emitir ações nominativas e ações ao portador, sendo o valor mínimo por ação de 100 dirham. As ações são negociáveis e transferíveis.

O capital social não pode ser inferior a 3 milhões de dirham, caso a empresa procure investimento público, ou a 300 000 dirham, caso essa situação não se verifique.

A sociedade é gerida por um ou mais representantes dos acionistas.

Sociedade por Quotas

O capital social mínimo de uma sociedade por quotas em Marrocos é de 10 000 dirham. O capital deve ser pago integralmente aquando da constituição da sociedade.

Pode ser formada por dois ou mais membros, que são apenas responsáveis até ao montante da sua participação na sociedade.

As ações devem ter valores nominais idênticos (de pelo menos 50 dirham) e não são negociáveis, podendo apenas ser transferidas por contrato. A transferência de partes sociais para terceiros fora da sociedade requer o consentimento dos restantes associados.

Os membros da sociedade, contrariamente a outros tipos societários, não precisam de ser comerciantes registados.

Sociedade em Comandita por Ações

A sociedade em comandita por ações, em que o capital se encontra dividido por ações, é constituída por um ou mais sócios comanditados, que respondem de forma ilimitada e solidária pelas dívidas da sociedade, e por sócios comanditários, nunca menos de três, que respondem até ao limite das suas participações.

Sociedade em Nome Coletivo

A sociedade em nome coletivo é um acordo entre, pelo menos, duas pessoas, no sentido de iniciar uma atividade económica sob uma firma.

Os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

Sociedade em Comandita Simples

A sociedade em comandita simples assume as mesmas regras básicas da sociedade em nome coletivo. A grande diferença é a existência de dois tipos de sócios, a saber:

- Sócios comanditados, com responsabilidade ilimitada e solidária pelas obrigações sociais e responsáveis pela administração da sociedade;
- Sócios comanditários, cuja responsabilidade é limitada à sua contribuição para a sociedade.

Trata-se de um tipo de sociedade relativamente raro em Marrocos.

Joint-Venture

A lei marroquina reconhece as *joint-ventures* com o propósito de conduzir uma ou mais operações comerciais. Os acordos de *joint-venture* são formados na forma e propósito acordados pelos parceiros e acarretam uma partilha de receitas.

Não podem tomar ações legalmente vinculativas, uma vez que não possuem estatuto jurídico.

Filiais

As filiais e subsidiárias de empresas estrangeiras são tratadas em Marrocos como entidades jurídicas independentes. Estas devem submeter os detalhes relativos à empresa-mãe, os seus representantes e delegação de poderes. A empresa-mãe deve submeter os dados relativamente à filial, aquando do registo em Marrocos.

Formalidades de Constituição de Empresa

A forma mais simples de constituir uma sociedade em Marrocos é deslocar-se a um dos vários CRI (Centros Regionais de Investimento), espalhados pelas principais cidades do país.

De forma a simplificar esta exposição, separamos os formalismos necessários à constituição e registo de uma empresa em Marrocos em 10 tipos distintos, a saber:

- Certificado negativo;
- Elaboração dos estatutos;
- Formulário de candidatura;
- Bloqueio de capital;
- Subscrição de declarações e pagamento;
- Depósito dos atos de constituição e formalidades de registo;
- Inscrição para efeitos de tributação e identificação fiscal;
- Inscrição no registo comercial;
- Afiliação à segurança social (CNSS);
- Publicação oficial.

O quadro seguinte apresenta de forma um pouco mais detalhada, os procedimentos associados a cada um destes atos, necessários à constituição de uma sociedade em Marrocos.

Quadro 9 – Principais formalidades a cumprir na constituição de uma sociedade em Marrocos

Certificado negativo
O certificado negativo é um documento emitido pelos serviços centrais de registo comercial, comprovando que não existe em Marrocos outra empresa com o nome escolhido para a sociedade e pode ser adquirido num dos CRI ou no Instituto Marroquino da Propriedade Industrial e Comercial (OMPIC). A reserva de nome diz respeito a todas as empresas. Os documentos necessários neste passo são: • Formulário de pedido de certificado negativo, disponível nos CRI; • Documento identificativo (bilhete de identidade ou passaporte), ou cópia de documento identificativo, caso o representante não seja o próprio. **Custo**: 230 dirham
Elaboração dos estatutos
Todas as sociedades devem elaborar os seus estatutos. Este passo e as formalidades à volta incluem, nomeadamente: • Cópia de documento identificativo (BI ou passaporte); • Montante do capital; • Repartição do capital; • Atividade da sociedade; • Nome ou nomes dos gestores. **Custo**: Taxa de 20 dirham por folha, para carimbos de legalização (imposto de selo); Honorários de gabinete jurídico; Taxa de registo equivalente a 1,5% do capital, num mínimo de 1 000 dirham.

Formulário de candidatura

Este passo abrange as sociedade comerciais, particularmente as sociedades anónimas, sociedades anónimas simplificadas e a sociedade em comandita por ações.

O formulário requer a assinatura dos subscritores.

Custo: Honorários de gabinete jurídico.

Bloqueio de capital

Estão abrangidas por esta formalidade as sociedades comerciais, particularmente as sociedades anónimas (SA), sociedades anónimas simplificadas (SAS) e sociedades por quotas (Lda).

O bloqueio de capital consiste na obtenção de um certificado por parte de um banco de que o capital mínimo exigido por lei, de acordo com o tipo de sociedade, se encontra bloqueado. Esse certificado deve ser pedido no prazo máximo de 8 dias após a receção dos fundos.

Apresenta-se de seguida a documentação necessária a cumprir este passo:

- Para SA e SAS: estatutos, certificado negativo, documento identificativo, boletins de subscrição;
- Para Lda: toda a evidência documental, com exceção das subscrições;
- Para SAS: bloqueio no valor total do capital;
- Para SA e Lda: bloqueio de um quarto do capital, nas sociedades em que o capital social ultrapassa os 100 000 dirham.

Subscrição de declarações e pagamento

Este passo diz respeito a sociedades anónimas, sociedades anónimas simplificadas e sociedades em comandita por ações.

Esta formalidade deve ser cumprida após autenticação da sociedade por parte de notário ou escritura elaborado por gabinete jurídico. A declaração deve ser apresentada no tribunal da área regional em que se encontra a sede social da empresa. Como documentação associada consideram-se os boletins emitidos pelo notário e o certificado de bloqueio de capital emitido pelo banco.

Custo: Honorários do notário.

Depósito dos atos de constituição e formalidades de registo

Ato formal que se aplica a sociedades anónimas, sociedades por quotas, sociedades em nome coletivo, sociedades em comandita simples e sociedades em comandita por ações.

O certificado de residência, contrato de arrendamento ou escritura de compra devem dar entrada no próprio mês do ato.

Custos:

- Para sociedades anónimas:
  - 1,5% do capital social, num mínimo de 1 000 dirham, acrescido de 20 dirham por folha para os estatutos;
  - Nomeação do Presidente e Conselho de Administração: 200 dirham
- Para os restantes tipos de sociedade:
  - 1,5% do capital social, num mínimo de 1 000 dirham, acrescido de 20 dirham por folha para os estatutos;
  - Nomeação do Gerente: 200 dirham.
- Para sociedades em nome coletivo e sociedades em comandita por ações:
  - Qualquer que seja o montante de capital, 1 000 dirham, acrescido de 20 dirham por folha para os estatutos;
- Para todas as sociedades:
  - Registo do contrato de arrendamento: 200 dirham.

Inscrição para efeitos de tributação e identificação fiscal
• Para empresas em nome individual: "Patente" (Taxa profissional de exerção), imposto sobre os rendimentos, imposto sobre o valor acrescentado. • Para sociedades (exceto sociedade em nome coletivo, opcional): Patente, impostos sobre o rendimento coletivo e imposto sobre o valor acrescentado. Os documentos a entregar são: • Acreditação para a prática da atividade; • Acordo de princípio para os estabelecimentos classificados; • Contrato de arrendamento, contrato de compra ou certificado de residência por entidade jurídica. **Custo**: Nenhum
Inscrição no registo comercial
Aplicável a todas as empresas, com exceção de *joint-ventures*. **Custo**: • Pessoa coletiva: 350 dirham • Pessoa singular: 150 dirham.
Afiliação à segurança social (CNSS)
Aplicável a todo o tipo de sociedades. **Custo**: Nenhum
Publicação oficial
Aplicável a todas as sociedades comerciais. • Para sociedades anónimas, sociedades anónimas simplificadas e grupos de interesse económico: publicação em jornal oficial de anúncios previamente ao registo comercial, e uma segunda publicação após registo, em jornal oficial de anúncios e no Boletim Oficial do Reino de Marrocos. • Para os restantes tipos de sociedade: publicação em jornal oficial de anúncios e Boletim Oficial do Reino de Marrocos, após registo comercial. **Custo**: Variável

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

Sistema Fiscal

O sistema fiscal marroquino compreende impostos diretos e indiretos, sendo a maior fonte de receita fiscal no país proveniente da cobrança de impostos indiretos. No âmbito do sistema fiscal marroquino, os principais impostos são, como na maioria dos países, os impostos sobre o rendimento das empresas (em Marrocos apelidado de imposto sobre as sociedades), os impostos sobre o rendimento das pessoas e o imposto sobre o valor acrescentado.

Em Marrocos, o ano fiscal é usualmente o ano civil, podendo, no entanto, as empresas optar por um ano fiscal diferente.

Descrevem-se de seguida, alguns dos principais impostos cobrados em Marrocos.

Imposto sobre as Sociedades

O sistema fiscal marroquino é territorial, ou seja, todas as empresas (residentes ou não residentes) estão sujeitas ao pagamento de imposto sobre as sociedades (*impôt sur les sociétés ou IS),* mas apenas sobre os rendimentos gerados por atividades levadas a cabo em Marrocos. Uma empresa estrangeira está sujeita ao pagamento de imposto sobre as sociedades em Marrocos caso tenha, ou venha a ter um estabelecimento permanente em Marrocos. Uma empresa é residente em Marrocos se estiver incorporada em Marrocos ou se este for o seu local de atividade.

As empresas são taxadas pela diferença entre o volume de negócios e as despesas. As despesas associadas ao funcionamento do negócio são geralmente dedutíveis, a não ser que sejam especificamente não-permitidas. Estas incluem juros de empréstimos acionistas em que as ações não tenham sido integralmente realizadas, juros de empréstimos de acionistas acima da taxa de juro anual oficial, sanções, multas e contribuição acrescida de solidariedade social.

A taxa normal de tributação é de 30%, havendo no entanto algumas exceções, nomeadamente:

- 8%, aplicável a empresas estrangeiras de construção civil, engenharia ou montagem de instalações industriais, calculado sobre o preço total do contrato, líquido de IVA e impostos similares;
- 10%, aplicável a empresas com matéria coletável igual ou inferior a 300 mil dirham;
- 10% ou 25 000 dólares, para bancos a operar em zonas francas ou centros financeiros, durante os primeiros 15 anos de atividade;
- 37%, aplicável a empresas de locação financeira e instituições de crédito;
- Tributação fixa de 500 dólares, durante os primeiros 15 anos de atividade, aplicável a empresas instaladas em centros financeiros;
- Isenção durante os primeiros 5 anos de atividade, aplicável a empresas exportadoras, com taxas reduzidas nos anos subsequentes, associadas ao volume de exportação;
- Taxa reduzida para empresas instaladas em zonas economicamente deprimidas;
- Empresas com o estatuto “Casablanca Finance City” estão isentas sobre a parte do volume de negócios em moeda estrangeira e em mais-valias provenientes de valores mobiliários estrangeiros, durante os primeiros 5 anos, após a obtenção do estatuto. Após este período, aplica-se uma taxa de 8,75%;
- Taxa mínima de tributação de 0,5%, independentemente da matéria coletável, calculada sobre o volume de negócios.

O imposto é pago em 4 parcelas idênticas e é baseado nos rendimentos do ano transato. O montante efetivamente pago é ajustado nos 3 meses seguintes ao período de contabilização. Empresas estrangeiras a operar sob o regime taxável a 8%, devem apresentar as suas declarações de rendimentos até ao dia 1 de abril de cada ano civil.

A falta de envio da declaração, erros na declaração, ou envio não atempado, implicam penalizações e multas para a empresa.

As declarações consolidadas não são permitidas, devendo cada empresa preencher a sua própria declaração.

Imposto sobre Rendimentos

Aplicável a indivíduos. Os indivíduos residentes são taxados pelo seu rendimento global, enquanto os não-residentes são taxados apenas pela parte dos seus rendimentos provenientes de atividades conduzidas em Marrocos.

Consideram-se residentes em Marrocos para fins fiscais os seguintes indivíduos:

- Indivíduos com residência habitual em Marrocos;
- Indivíduos presentes em Marrocos por um período mínimo de 183 dias, continuamente ou não, durante um determinado ano;
- Indivíduos cuja atividade profissional ou centro de interesse económico se localize em Marrocos.

Toda a compensação recebida por um indivíduo é taxável, incluindo salários, mesadas, pensões, anuidades, quaisquer benefícios laborais, rendimento proveniente de investimentos, rendimentos provenientes de imóveis e rendimentos provenientes de uma profissão ou negócio. A declaração de rendimentos deve ser submetida até 1 de março de cada ano civil.

As taxas são progressivas até aos 38%, apresentando-se no quadro seguinte a forma como estas de subdividem em escalões.

Quadro 10 – Escalões e taxas de rendimento de pessoas singulares em Marrocos

Escalões (em Dirham)	Taxa
0 – 30 000	0%
30 001 – 50 000	10%
50 001 – 60 000	20%
60 001 – 80 000	30%
80 001 – 180 000	34%
> 180 000	38%

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

O preenchimento de declarações conjuntas não é permitido, devendo cada pessoa preencher a sua própria declaração de rendimentos.

A falta de envio da declaração, erros na declaração, ou envio não atempado, implicam penalizações e multas para o indivíduo.

O sistema marroquino contempla diversas deduções à coleta.

Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)

O IVA é um imposto não-cumulativo, cobrado em todas as fases do ciclo de produção e distribuição e é cobrado em todas as atividades industriais, comerciais e artesanais, em bens e serviços prestados em Marrocos e em operações de importação.

A taxa normal de IVA é de 20%, com taxas reduzidas de 7%, 10% e 14%, aplicáveis em determinadas transações.

Existem isenções de pagamento de IVA, aplicáveis a exportações, materiais agrícolas e equipamentos de pesca, serviços de transporte internacionais, jornais e produtos alimentares básicos.

Imposto sobre Dividendos

Os dividendos recebidos pelos acionistas devem ser incluídos no apuramento do lucro da empresa, mas são 100% dedutíveis.

Tributação de Mais-valias

As mais-valias empresariais são tratadas como rendimentos normais, sendo taxadas à taxa normal aplicável em sede de imposto sobre as sociedades.

As mais-valias de indivíduos são submetidas para o rendimento pessoal, sendo geralmente tributadas a uma taxa de 20%. No entanto, a transmissão de terreno urbano pode ser taxada até 30%.

Contribuição de Solidariedade Social

Esta contribuição é cobrada sobre lucros e rendimentos e é calculada com base no lucro líquido no ano fiscal, com as taxas a variarem entre os 0,5% e os 2%. Este é um regime transitório que deverá terminar em 2015.

O quadro seguinte apresenta as taxas praticadas no âmbito deste imposto.

Quadro 11 – Contribuição de solidariedade social das empresas

Lucro (MAD)	Taxa
15.000.000 – 25.000.000	0,5%
25.000.001 – 50.000.000	1%
50.000.001 – 100.000.000	1,5%
> 100.000.000	2%

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

Impostos sobre os Salários

O pagamento de impostos sobre os salários é aplicável à remuneração bruta dos trabalhadores, à taxa de 1,6%.

Retenções na Fonte

- Dividendos – os dividendos pagos a não-residentes estão sujeitos a retenção na fonte à taxa de 15%, a menos que a taxa seja reduzida por tratado fiscal;
- Juros – juros pagos a um não-residente estão sujeitos a retenção na fonte à taxa de 10%, a menos que a taxa seja reduzida por tratado fiscal ou a maturidade exceda os 10 anos;
- *Royalties* – *royalties* pagos a um não-residente estão sujeitos a retenção na fonte à taxa de 10%, a menos que a taxa seja reduzida por tratado fiscal;
- Remessas de filiais – as remessas de lucros provenientes de filiais para empresa-mãe não residente estão sujeitas a uma taxa de 10%. A parte dos lucros correspondentes a atividades em Marrocos é taxada à taxa normal. A matéria coletável é calculada como se a filial fosse uma entidade completamente separada da empresa-mãe.
- Outros – Empresas sem sede social em Marrocos estão sujeitas a retenção na fonte de 10% pelos montantes pagos por assistência técnica, informação científica, técnica ou similar, taxas pelo uso ou direito de uso de determinados equipamentos, remunerações pelo transporte de mercadorias ou pessoas em Marrocos e outras comissões ou taxas.

Imposto sobre Sucessões

Um imposto de registo de 6% e um imposto sobre bens imóveis de 1%, são cobrados aquando da aquisição de propriedade.

Imposto de Selo

Aplicável a documentos legais e pode ir até aos 1 000 dirham.

Taxa Profissional

As empresas a operar em Marrocos estão sujeitas a uma "taxa profissional", baseada no valor locativo de edifícios, instalações, etc., utilizadas para o negócio, às taxas de 10%, 20% ou 30%, dependendo da atividade da empresa.

Imposto sobre Entradas de Capital

Não há lugar ao pagamento deste imposto em Marrocos.

Imposto Predial

Não é cobrado imposto predial às empresas, estando os proprietários individuais sujeitos a uma taxa progressiva de 0,025% a 0,5%.

Outros Impostos

- Taxa de registo de 3% na venda de ações em empresas não cotadas em bolsa;
- Taxa de 1% em operações de aumento de capital;
- Taxa municipal de 10,5% do valor locativo de bens imóveis situados em zona urbana e de 6,5% nas zonas periféricas.

Barreiras ao Comércio

As trocas comerciais de Marrocos com o exterior regem-se pelo disposto na Lei n.º 13-89, de 1992 (com alterações posteriores). De acordo com esta legislação, praticamente todas as mercadorias podem ser importadas livremente mas com respeito pelos limites impostos à proteção da moral, segurança e ordem públicas, da saúde, da fauna e flora, do património histórico, arqueológico e artístico nacional, ou para preservar a posição financeira do país.

Nesta sequência, existem produtos cuja importação se encontra proibida e produtos cuja importação se encontra sujeita a formalidades específicas.

Assim, é expressamente proibida a importação em Marrocos de algumas bebidas alcoólicas, como o absinto ou anis, armas de guerra, peças de armas ou munições de guerra, audiovisual que vá contra os bons costumes, tapetes alusivos ao tapete marroquino, etc. Quanto às mercadorias sujeitas a formalidades específicas, tratam-se de produtos que impliquem possível comprometimento da segurança e saúde dos marroquinos (controlo sanitário e fitossanitário de animais, vegetais, produtos animais e vegetais, armas e munições), valores morais (livros, revistas, filmes), património (produtos concorrentes a produtos que fazem parte do património nacional) ou ambiente (produtos químicos, produtos perigosos).

No que concerne aos produtos cuja importação é efetuada livremente é apenas exigido que o importador solicite, junto de uma instituição bancária autorizada para o efeito, um *Engagement d'Importation* (documento indispensável à tramitação aduaneira e à regularização dos pagamentos com uma validade de 6 meses).

Os produtos alimentares estão sujeitos a rigorosa regulamentação sanitária. Assim, a importação de animais vivos e produtos de origem animal deve ser acompanhada de um certificado veterinário, ficando estes ainda submetidos a inspeção prévia, por parte das autoridades locais. No que respeita aos produtos vegetais, é necessária a apresentação de um certificado fitossanitário, no qual deve constar que os mesmos se encontram livres de parasitas e foram embalados de acordo com as normas sanitárias em vigor. A importação de produtos farmacêuticos deve obter a concordância do *Ministère de la Santé,* a pedido do importador.

A Pauta Aduaneira de Marrocos segue o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias. Por sua vez, os direitos aduaneiros são calculados numa base *ad valorem* sobre o valor CIF (custo, seguro e frete) das mercadorias.

Os produtos comunitários e, como tal, os portugueses, beneficiam de isenções/reduções das taxas dos direitos de importação, conforme previsto no Acordo de Associação Euro-Mediterrânico.

Para que os bens possam beneficiar do regime preferencial quando da sua exportação para Marrocos, a origem comunitária deve ser comprovada mediante a apresentação do certificado de circulação de mercadorias EUR-1 ou de declaração emitida pelo exportador, numa nota de entrega ou em qualquer outro documento comercial, que descreva os produtos em causa de uma forma suficientemente pormenorizada para permitir a sua identificação (normalmente designada por declaração na fatura).

A declaração de origem na fatura pode ser feita por qualquer exportador, estando em causa remessas de mercadorias cujo valor não exceda 6.000 euros, ou por um "exportador autorizado" (procedimento simplificado) no que diz respeito a remessas de mercadorias de valor superior a esse montante.

O estatuto de "exportador autorizado" deve ser solicitado por escrito ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, devendo o pedido ser acompanhado de um *dossier*, em duplicado, de onde conste a informação referida no ponto 5.4.5. (página 99) do Manual de Origem das Mercadorias, da responsabilidade do Ministério das Finanças português.

No caso dos produtos sujeitos a contingentes pautais, os importadores devem entregar uma *Demande de Franchise Douanière* ao *Département du Commerce Extérieur / Direction de la Politique des Echanges Commerciaux / Division de la Réglementation et de la Facilitation Commerciale*.

Os direitos aduaneiros cobrados na entrada dos produtos comunitários em Marrocos, bem como a documentação exigida, podem ser consultados na página «*Market Access Database*», da responsabilidade da União Europeia.

Para além destes encargos, os produtos estão ainda sujeitos ao Imposto sobre o Valor Acrescentado, de acordo com as seguintes taxas: normal de 20% (generalidade dos bens); 14% (gorduras alimentares, chá, veículos automóveis para transporte de mercadorias, energia elétrica e aquecedores de água solares); 10% (por exemplo: sal de cozinha, arroz, patés e óleos alimentares); reduzida de 7% (por exemplo: alguns produtos alimentares, farmacêuticos e escolares). Há, ainda, alguns produtos sujeitos a taxas específicas (por exemplo, impostos especiais de consumo), tais como o vinho, tabaco, ouro, platina e prata.

No entanto, para além das barreiras alfandegárias, há ainda outros entraves menos palpáveis ao comércio em Marrocos.

Todos os anos, o Banco Mundial realiza um estudo intitulado "*Doing Business*", que pretende precisamente aferir da facilidade de fazer negócios num determinado país. Na sua edição de 2013, o anuário coloca Marrocos na 97ª posição entre 185 economias mundiais, caindo 4 posições face ao ano de 2012.

O quadro seguinte apresenta os principais resultados vertidos no anuário do Banco Mundial de 2013 relativamente à facilidade de fazer negócios em Marrocos.

Quadro 12 – *Ranking Ease of Doing Business 2013* do Banco Mundial, para Marrocos

Tópico	*Ranking* 2013	*Ranking* 2012	Alteração no *Ranking*
Criação de uma empresa	56	94	+38
Obtenção de licença de construção	79	74	-5
Obter eletricidade	92	89	-3
Registo de propriedade	163	146	-17
Aceder a crédito	104	97	-7
Proteção de investidores	100	98	-2
Pagamento de impostos	110	107	-3
Comércio Internacional	47	50	+3
Cumprimento de contratos	88	89	+1
Resolução de situação de insolvência	86	70	-16

Fonte: Banco Mundial

Como se pode ver, Marrocos apresenta melhorias significativas no processo de criação de uma empresa, tendo ganho 38 posições face ao *ranking* anterior. O país apresenta ainda uma facilidade no comércio internacional bastante apreciável.

No entanto, o registo de propriedade, o acesso ao crédito, a proteção de investidores e o pagamento de impostos, afiguram-se como dificuldades acrescidas para empresas que queiram entrar no mercado marroquino e que podem optar por outras alternativas mais apetecíveis nestes aspetos.

O quadro seguinte aprofunda um pouco mais o tópico "Comércio Internacional", mais relevante para a questão em estudo, apresentando uma comparação de Marrocos com alguns países do Norte de África, com a média dos países do Médio Oriente e Norte de África e com os países da OCDE, ilustrando os custos e tempos associados ao comércio internacional com Marrocos.

Quadro 13 – Indicadores de comércio internacional com Marrocos

Indicador	Marrocos	Argélia	Egito	Tunísia	Médio Oriente e Norte África	Países OCDE
Documentos para exportar (n.º)	6	8	8	4	6	4
Tempo para exportar (dias)	11	17	12	13	19	10
Custo para exportar (USD/contentor)	577	1 260	625	773	1 083	1 028
Documentos para importar (n.º)	8	9	9	7	8	5
Tempo para importar (dias)	16	27	13	17	22	10
Custo para importar (USD/contentor)	950	1 330	755	858	1 275	1 080

Procedimentos de Exportação	Duração (dias)	Custo (USD/ contentor)	Procedimentos de Importação	Duração (dias)	Custo (USD / contentor)
Preparação de documentos	6	127	Preparação de documentos	10	300
Desalfandegagem	1	100	Desalfandegagem	2	150
Portos e terminais	2	250	Portos e terminais	2	350
Transporte interior	2	100	Transporte interior	2	150
TOTAL	**11**	**577**	**TOTAL**	**16**	**950**

Fonte: Banco Mundial

Sistema Laboral

A força de trabalho em Marrocos compreende mais de 11 milhões de trabalhadores, dos quais cerca de 40% se encontram no setor primário, enquanto os setores secundário e terciário empregam 25% e 35% da força de trabalho, respetivamente.

O sistema laboral marroquino é fortemente baseado no sistema francês. A Constituição dá aos trabalhadores o direito à greve, sendo que apenas sindicatos com pelo menos 35% da força de trabalho da organização podem entrar em processos de negociação coletiva.

Há procedimentos definidos para a resolução de litígios, sendo que o Ministério do Trabalho e da Segurança Social de Marrocos é responsável pela proteção dos direitos dos trabalhadores, podendo intervir caso os interesses estratégicos sejam ameaçados.

Em 2004, o Governo marroquino aprovou um novo Código do Trabalho, em conformidade com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incluindo o direito à organização e negociação coletiva.

Com a introdução do novo Código do Trabalho, a idade mínima de acesso ao trabalho foi aumentada dos 12 para os 15 anos e a semana de trabalho foi reduzida de 48 para 44 horas. A jornada diária de trabalho fixou-se num máximo de 10 horas, estando previsto o pagamento de horas extraordinárias, caso esse limite não seja cumprido.

Ainda de acordo com o Código do Trabalho, o descanso semanal deve corresponder a um mínimo de 24 horas consecutivas para todos os funcionários e todos os trabalhadores têm direito a férias após 6 meses consecutivos de trabalho.

A Lei estipula que todos os trabalhadores devem receber um bónus de senioridade equivalente a 5% do salário após 2 anos de serviço, 10% após 5 anos, 15% após 12 anos, 20% após 20 anos e 25% após mais de 20 anos ao serviço.

O novo Código do Trabalho não só moderniza o anterior Código do Trabalho, como abre também espaço a maior flexibilidade. Os salários podem ser negociados livremente entre empregadores e trabalhadores, não podendo no entanto ser inferiores ao salário mínimo de 12,24 dirham/hora para a generalidade da economia e de 63,29 dirham/dia para o setor agrícola.

O Código do Trabalho marroquino define 3 modos distintos de recrutamento, a saber:

- Contrato sem termo – é o mais comum em Marrocos;
- Contrato a termo – é excecional e não pode ter uma duração superior a 24 meses. Este tipo de contrato pode ser estabelecido, apenas se for necessária a substituição de um trabalhador por outro em caso de suspensão de contrato de trabalho, caso haja um aumento temporário na atividade da empresa ou se a função que o candidato venha a desempenhar tenha um caráter sazonal;
- Contrato de trabalho temporário – aplicável em atividades sazonais e certos setores industriais. Pode ser aplicado apenas por 6 meses e não é renovável.

Em caso de despedimento, a indeminização a pagar ao trabalhador não pode ser superior a 1,5 meses por ano de trabalho, com um teto de 36 meses, independentemente da senioridade do trabalhador.

O Código do Trabalho é uma ferramenta imprescindível para qualquer empresário que planeie investir em Marrocos, uma vez que concentra num só documento, de forma precisa, a esmagadora maioria das *nuances* relacionadas com o relacionamento entre empregador e trabalhador como período probatório, período de notificação, compensação por horas extraordinárias, períodos de férias, rescisões e compensações, etc., permitindo à empresa efetuar o seu planeamento com antecedência, antecipando o risco legal e a exposição financeira a que pode estar sujeita, caso decida reorganizar o seu modelo de negócios ou caso decida pura e simplesmente encerrar atividade.

Em casos de disputa legal entre o trabalhador e a empresa, os tribunais tendem a decidir pelo trabalhador, sendo na maioria dos casos a rescisão sem justa causa, dando origem ao pagamento integral de compensação ao trabalhador.

Após cerca de 10 anos de aplicação do atual Código do Trabalho, começam a surgir processos de intenção no sentido de reformar o Código, como é o caso da recente tentativa de limitar o direito à greve.

Adicionalmente, muitas empresas sentem que o Código não estará já ajustado aos tempos que vivemos, considerando-o um risco para as suas atividades.

Com o surgimento de diversas agências de trabalho temporário no país, por vezes a operar nos limites da lei, o direito ao trabalho vitalício começa a evaporar-se, estando já os trabalhadores mais novos mais familiarizados com o conceito de adaptabilidade, tão presente nas forças de trabalho do mundo moderno.

Será assim expectável que, a curto prazo, o Governo marroquino encete uma nova reformulação do Código do Trabalho, beneficiando a flexibilidade no trabalho, garantindo, no entanto, a máxima proteção aos trabalhadores.

Regime Aplicável a Quadros Expatriados

Para entrada em Marrocos, os cidadãos estrangeiros devem pedir um visto de trabalho às autoridades diplomáticas e consulares marroquinas e um cartão de registo (indicando a atividade a desenvolver) à Segurança Social, válido por um período entre 1 e 10 anos e renovável por idênticos períodos de tempo. Para ser elegível, o cidadão estrangeiro deve possuir um contrato de trabalho em Marrocos autorizado pelo Ministério do Trabalho.

Os cidadão estrangeiros a trabalhar em Marrocos estão sujeitos à mesma lei geral que os cidadãos marroquinos, o Código de Trabalho, podendo ser levados em conta acordos especiais existentes entre Marrocos e Portugal.

Para que um cidadão estrangeiro possa trabalhar em Marrocos é necessário que se cumpram diversas formalidades e burocracias, sendo aconselhável a consulta do *website* do Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais. Para tal, pode seguir o link: http://www.emploi.gov.ma.

Adicionalmente, é necessário um certificado da ANAPEC (Agência Nacional para a Promoção do Trabalho e das Competências) que assegure a não-existência de candidatos marroquinos ao preenchimento da vaga a ser atribuída ao cidadão estrangeiro. Esta regra é aplicável também nas renovações de visto de trabalho.

Estão isentos desta obrigação os trabalhadores estrangeiros localizados temporariamente em Marrocos a efetuar trabalhos em regime de contratação pública, diretores de empresas, sócios e acionistas de empresas, representantes da empresas num período não superior a 6 meses, cônjuges de cidadãos marroquinos e descendentes de mães marroquinas que residam em Marrocos há mais de 6 meses.

Relativamente ao pagamento de impostos, os cidadãos considerados residentes são tributados pela totalidade dos seus rendimentos, enquanto os não-residentes são tributados apenas pela parte dos seus rendimentos que pode ser atribuída a atividades em Marrocos. Todas as categorias de rendimentos são consideradas. Os escalões e taxas de imposto são apresentados de seguida.

Quadro 14 – Escalões e taxas de rendimento de pessoas singulares em Marrocos

Escalões (em Dirham)	Taxa
0 – 30 000	0%
30 001 – 50 000	10%
50 001 – 60 000	20%
60 001 – 80 000	30%
80 001 – 180 000	34%
> 180 000	38%

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

Adicionalmente, os cidadãos estrangeiros devem também efetuar uma contribuição para a segurança social, que pode ir até aos 6%. Este é um regime transitório que deverá terminar em 2015. O quadro seguinte apresenta as taxas associadas a este imposto.

Quadro 15 – Contribuição de solidariedade social dos cidadãos estrangeiros

Lucro (MAD)	Taxa
360.000 – 600.000	2%
600.001 – 840.000	4%
> 840.000	6%

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

A transferência de salários obtidos em Marrocos para Portugal é livre, estando adicionalmente em vigor um acordo que elimina a dupla tributação dos rendimentos em Portugal e Marrocos.

Sistema Financeiro

Existem diversas formas de financiar um investimento em Marrocos, sendo de destacar as seguintes:

- Setor bancário;
- Capital de risco;
- Mercado bolsista;
- Fundos públicos;
- *Foncière Emergence*;
- Fundo Faro.

Setor Bancário

Começando pelo setor bancário, este tem beneficiado de um nível de regulamentação prudente, com níveis de incumprimento de financiamentos e exposição direta a moeda estrangeira relativamente baixos. No entanto, o financiamento elevado junto da banca, para financiar um elevado défice fiscal, representa uma ameaça.

Os progressos em termos de regulamentação, assim como a introdução, por parte do Governo, de novas normas tendendo a estabelecer o primeiro banco islâmico, deverão traduzir-se numa expansão e aprofundamento do sistema bancário. O objetivo é tornar Casablanca o centro financeiro regional.

Marrocos conta com um banco central, 19 bancos comerciais e 35 empresas financeiras.

O Bank al-Maghrib (banco central marroquino) tem como missão a emissão de notas e moedas de curso legal no país, assim como assegurar a estabilidade dos preços, utilizando para tal instrumentos de política monetária. Compete também ao banco central assegurar o bom funcionamento do sistema bancário e o controle da atividade das instituições de crédito e similares.

O banco central estabeleceu a sua taxa de juro diretora em 3%, não sendo de prever alterações significativas no curto prazo. Mantendo-se a inflação controlada à volta dos 3%, deverá o banco central manter a sua política monetária expansionista.

Alguns dos serviços e produtos disponibilizados pelos bancos marroquinos são:

- Financiamento para empresas estrangeiras disponível na mesma base que para as empresas marroquinas;
- Maior parte dos bancos marroquinos estão ligados ao sistema Swift, permitindo rápida transferência de divisas para todo o mundo;
- Os bancos repatriam ganhos obtidos em Marrocos, desde que o investimento original tenha sido registado no “Foreign Exchange Office”;
- Contas em Dirham como noutras divisas podem ser abertas para não residentes;
- Alguns bancos têm ATM’s que disponibilizam divisas diferentes do Dirham e o uso de cartões de débito e crédito é cada vez mais corrente.

A figura seguinte apresenta os principais bancos a operar em Marrocos. As condições de financiamento de projetos são geralmente estabelecidas caso a caso, sendo assim aconselhável que os interessados entrem em contacto com as instituições de crédito para se informarem sobre as condições de financiamento aplicáveis ao seu projeto.

Instituições financeiras autorizadas em Marrocos

19 Bancos comerciais

35 Empresas financeiras

6 Bancos *offshore*

13 Associações de microcrédito

10 Empresas intermediárias na transferência de fundos

Banco	Ranking Marrocos	Ranking Mundial
Attijariwafa Bank	1	484
Banque Marocaine du Commerce Extérieur-BMCE Bank	2	662
Crédit Populaire du Maroc	3	733
Banque Centrale Populaire	4	899
Société Générale Marocaine de Banques	5	1.401
Crédit Agricole du Maroc	6	1.465
Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie BMCI	7	1.503
Crédit du Maroc	8	1.910

Fonte: Millennium BCP

Figura 11 – Sistema bancário em Marrocos

Capital de Risco

Ao longo da última década, o capital de risco tem permitido às empresas marroquinas iniciar a sua atividade e desenvolver os seus projetos. Os capitais de risco desempenham um papel muito relevante no financiamento das empresas em Marrocos, essencialmente na fase inicial de investimento.

Este é um mercado que tem crescido consideravelmente, tendo o seu valor evoluído de cerca de MAD 400 milhões no ano 2000 para mais de 6 mil milhões atualmente, havendo razões para acreditar que esta tendência de crescimento se mantenha no futuro.

Mercado Bolsista

Apenas as sociedades de capitais são elegíveis para listagem, especificamente empresas de responsabilidade limitada e empresas de responsabilidade limitada por ações, podendo operar no mercado bolsista de Casablanca. O valor nominal das ações não pode ser inferior a MAD 50 e a emissão a MAD 20 milhões.

Fundos Públicos

Esta forma de financiamento, envolve três programas fundamentais desenvolvidos pelo Estado marroquino para apoio a empresas privadas, a saber:

- *Imtiaz;*
- *Moussanada;*
- *Emergence Invest*.

Imtiaz

O Imtiaz é um programa de apoio direto ao financiamento concebido pelo Estado marroquino, para apoiar PME com projetos de elevado potencial.

Materializando-se num subsídio até MAD 5 milhões por empresa apoiada, colmata 20% das necessidades de financiamento, incluindo impostos, facilitando o acesso ao crédito das PME de forma rápida e transparente.

O processo de seleção de beneficiários é efetuado através de concurso nacional, julgado por um comité com representantes públicos e privados.

Para mais informações sobre este programa aconselha-se a consulta do *site* da Agência Nacional para a Promoção de PME em http://www.anpme.ma.

Moussanada

O objetivo do programa Moussanada é o de melhorar a produtividade das PME através de uma abordagem inovadora que permite às empresas escolherem benefícios de uma lista pré-definida, de acordo com as suas necessidades específicas.

Esses benefícios podem ser a integração de novas tecnologias, apoio à gestão (estratégia, qualidade, organização, etc.) ou às atividades básicas da empresa (produção, processos produtivos, *design*, investigação e desenvolvimento, etc.).

A contribuição estatal pode ir até MAD 1 milhão, ao abrigo deste programa.

Para mais informações sobre este programa aconselha-se a consulta do *site* da Agência Nacional para a Promoção de PME em http://www.anpme.ma.

Emergence Invest

Como parte da sua estratégia governamental para o apoio às empresas, o Estado marroquino estabeleceu 3 fundos públicos/privados de investimento: capital de risco, desenvolvimento de capital e transmissão de capital.

Os objetivos desta iniciativa passam pela libertação de muitas PME de problemas de subcapitalização, acelerar o crescimento das PME, facilitar operações de transmissão e *takeover* de PME, permitir às PME beneficiar de experiencia de gestão (através de Conselhos de acionistas) e melhorar o financiamento a longo prazo para possibilitar um acesso mais facilitado ao financiamento por via do setor bancário.

Para tal, os fundos têm ao seu dispor cerca de MAD 750 milhões para apoiar empresas cujos lucros não ultrapassem os MAD 100 milhões e que apresentam forte potencial de crescimento.

Foncière Emergence

Esta forma de apoio permite aos beneficiários implantarem a sua atividade em complexos industriais, com vantagem financeira para a empresa. O fundo dedica-se à aquisição de propriedades em complexos industriais para arrendar a empresas interessadas. Para tal, dispõe de cerca de MAD mil milhões.

Fundo Faro

O Fundo Faro foi lançado em 2010, com o intuito de favorecer as relações entre países de ambos os lados do mediterrâneo.

Com um orçamento de 1 milhão de euros, o fundo permite a empresas europeias estudar a viabilidade de projetos inovadores com parceiros do sul do mediterrâneo, do ponto vista técnico, financeiro, legal, comercial ou de gestão. Cada projeto tem um subsídio máximo de 20 mil euros, financiando até metade dos custos com os trabalhos e é apenas válido para empresas com menos de 250 colaboradores.

Para mais informações sobre este programa aconselha-se a consulta do *site* do Fundo Faro em http://www.faro-um.org.

Regime Aplicável ao Repatriamento de Lucros e Outras Transferências Financeiras

Em Marrocos, é considerado investimento estrangeiro todo o investimento em moeda estrangeira, realizado por residentes ou não residentes, por pessoa singular ou coletiva, ou por pessoa singular marroquina estabelecida no estrangeiro.

Os investidores estrangeiros gozam de um sistema de convertibilidade que permite total liberdade para:

- Conduzir investimentos em Marrocos;
- Repatriar o lucro produzido por esses investimentos;
- Repatriar as receitas advindas da venda ou liquidação do investimento.

A transferência de capitais para o exterior pode ser assim feita livremente, sem limitações de montante ou tempo, após pagamento de impostos devidos e apresentação da documentação necessária. As categorias de rendimentos que podem ser livremente transferidos são as seguintes:

- Dividendos distribuídos por empresas marroquinas;
- Remunerações a diretores;
- Lucros de empresas marroquinas subsidiárias de empresas estrangeiras;
- Rendimentos de rendas;
- Juros de empréstimos.

Legislação Contratual das Atividades de Construção

Marrocos tem neste momento em curso uma autêntica revolução em termos da legislação aplicável às atividades de construção. Sob a forma do "Regulamento Geral das Atividades de Construção", peça legislativa aprovada em maio de 2013 e que se espera que entre em vigor no primeiro trimestre de 2014, o legislador pretende unificar uma série de legislação dispersa existente sobre a matéria, simplificando os processos administrativos e aumentando a fiscalização no setor, permitindo um aumento dramático na competitividade e transparência no setor da construção marroquino.

Têm surgido diversas iniciativas no sentido de agilizar a construção em Marrocos, sendo de relevar a criação de um *guichet* único, uma *one-stop-shop* para empresários interessados em obter as autorizações necessárias a um projeto de construção, em 2011.

De facto, analisando o ranking anual *Doing Business*, percebe-se facilmente a evolução a que Marrocos tem assistido em termos da simplificação da burocracia associada às atividades de construção. Se em 2006 eram necessários 114 dias para a obtenção de uma autorização de construção, em 2014 são necessários apenas 97 dias, sendo que o custo associado a esta autorização desceu também consideravelmente, colocando Marrocos no 81º lugar, num ranking constituído por 189 países. Especificamente, o estabelecimento de ligações de abastecimento de água e saneamento é um processo que demora cerca de 57 dias em Marrocos.

Acordos Bilaterais com Portugal e a UE

Entre os diversos acordos estabelecidos entre os dois países, merecem particular destaque os mencionados no quadro seguinte.

Quadro 16 – Acordos bilaterais Portugal/Marrocos

Acordo Bilateral	Ano
Protocolo de Partenariado	1993
Protocolo Financeiro	1993
Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos	1995
Acordo sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias	1995
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	2000
Convenção sobre Segurança Social (e Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção)	2000
Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação	---
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	---
Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos (versão de 2008)	---

Nota: Acordos que não apresentam a data ainda não entraram em vigor

Fonte: AICEP

De seguida, descrevem-se cada um dos acordos bilaterais mencionados previamente.

Protocolo de Partenariado

O Protocolo de Partenariado, estabelecido entre Portugal e Marrocos em 1993, prevê um estreitamento de relações entre empresas portuguesas e marroquinas e o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países.

Assim, as partes comprometem-se a desenvolver todos os esforços neste sentido, protegendo o investimento da outra parte, tratando-o de forma equitativa e providenciando um fácil repatriamento dos capitais.

O Protocolo prevê ainda contributos estatais e taxas de juro bonificadas (até 60%) para empresas mistas (portuguesas e marroquinas).

Protocolo Financeiro

O Protocolo Financeiro, estabelecido entre Portugal e Marrocos em 1993, propõe-se a promover as trocas comerciais entre os dois países. Assim, o Governo português compromete-se a apoiar o financiamento das importações marroquinas de bens e serviços de origem portuguesa, sob a forma de uma linha de crédito de 200 milhões de dólares.

Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos

O Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, estabelecido entre Portugal e Marrocos em 1995, visa a promoção e a proteção dos investimentos nos dois estados contratantes.

Os estados asseguram o tratamento equitativo do investimento, sendo o tratamento igual ao concedido pelas partes aos seus nacionais ou sociedades da nação mais favorecida. O acordo autoriza a transferência de pagamento de juros, dividendos, benefícios e outras receitas correntes, rendas, amortizações, empréstimos, venda ou liquidação do investimento, indeminizações, entre outras, de um estado para o outro.

Acordo sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias

O Acordo sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias, estabelecido entre Portugal e Marrocos em 1995, visa favorecer os transportes rodoviários e de mercadorias entre as duas partes contratantes, facilitando a circulação entre ambos os estados. O transporte de mercadorias entre os dois estados está sujeito ao regime de autorização prévia.

As empresas portuguesas estão isentas do pagamento de uma taxa aplicadas à circulação em Marrocos (Lei n.º 16-99, do Reino de Marrocos).

Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento

A Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, estabelecida entre Portugal e Marrocos em 2000, aplica-se, em Marrocos, sobre os seguintes impostos:

- O imposto geral sobre o rendimento das pessoas singulares (*l'impôt général sur le revenu des personnes physiques*);
- O imposto sobre as sociedades *(l'impôt sur les sociétés*);
- O imposto sobre os rendimentos das ações ou partes sociais e rendimentos assimilados (*la taxe sur les produits des actions ou parts sociales et revenus assimilés*);
- O imposto sobre os lucros imobiliários;
- A contribuição para a solidariedade nacional;
- O imposto sobre os rendimentos de investimentos com rendimento fixo;
- O imposto sobre os lucros da cessação de ações e partes sociais.

A Convenção é também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos atuais ou a substituí-los, assegurando que os rendimentos são apenas tributados num dos estados.

A Convenção aplica-se a cidadãos residentes de ambos os estados, ou seja, qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direção ou a qualquer outro critério de natureza similar.

Quadro 17 – Princípios básicos da convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento

Rendimentos dos bens imobiliários
Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufira de bens imobiliários situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.
Lucros das empresas
Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua atividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.
Empresas associadas
No caso de empresas associadas, com parceiros dos dois estados, se um dos estados tributar a empresa nacional e incluir os lucros de uma empresa associada do outro estado já previamente tributados no país de origem, será efetuado um reajustamento do imposto pago.
Dividendos
Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado. Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, mas se o beneficiário efetivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá: • 10% do montante bruto dos dividendos pagos se o seu beneficiário efetivo for uma sociedade que, por um período ininterrupto de dois anos anteriormente ao pagamento dos dividendos, detenha, diretamente, pelo menos 25% do capital da sociedade que paga os dividendos; • 15% do montante bruto dos dividendos, nos restantes casos.
Juros
Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado. No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efetivo dos juros for residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 12% do montante bruto dos juros.
Mais-valias
Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufira da alienação de bens imobiliários situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.
Profissões independentes
Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras atividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que esse residente disponha, de forma habitual, no outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício das suas atividades. Neste último caso, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa.

Profissões dependentes
Os salários, ordenados e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado. Não obstante, há casos em que os rendimentos poderão ser tributados no estado de residência de um trabalhador que exerça funções em outro estado, a saber: • O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de 12 meses com início ou termo no ano fiscal em causa; • As remunerações pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; • As remunerações não suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.
Pensões
As pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Fonte: Resolução da Assembleia da República n.º 69-A/98

Convenção sobre Segurança Social (e Acordo Administrativo relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção)

A Convenção sobre Segurança Social, estabelecida entre Portugal e Marrocos, em 2000, consagra a igualdade de tratamento, em matéria de segurança social, entre os dois estados.

O Decreto n.º 27/99, de 23 de julho, estabelece as disposições gerais sobre esta matéria, disposições relativas à determinação da legislação aplicável e disposições especiais relativas às diferentes categorias de prestações (doença, maternidade, invalidez, velhice, morte, desemprego, prestações familiares, acidentes de trabalho e doenças profissionais), bem como outras disposições diversas.

O Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos não entrou ainda em vigor.

Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação

O Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação, estabelecido entre Portugal e Marrocos em 1997, mas ainda sem data de entrada em vigor, visa promover uma maior cooperação política, económica, financeira, cultural, jurídica, consular, no âmbito da defesa e em outros setores, entre os dois países.

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica

O Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, estabelecido entre Portugal e Marrocos em 2008, mas ainda sem data de entrada em vigor, tem por objeto o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica entre as Partes e a promoção da sociedade da informação e do conhecimento na base dos princípios da igualdade e do benefício mútuo.

Essa cooperação desenvolve-se sob a forma de intercâmbio de informação e de documentação científica e tecnológica, intercâmbio de cientistas, investigadores e técnicos com vista à preparação de projetos de investigação conjuntos, elaboração e realização de projetos conjuntos de investigação e desenvolvimento, promoção e organização conjunta de conferências, seminários e outros eventos sobre temas de interesse comum, realização de consultas mútuas sobre temas relacionados com a política científica e tecnológica e de apoio ao desenvolvimento da sociedade da informação, divulgação dos resultados científicos e tecnológicos e das descobertas resultantes das atividades de cooperação desenvolvidas, partilha de experiências no domínio do ensino experimental das ciências e da popularização da cultura científica e apoio à criação de redes eletrónicas que promovam o conhecimento mútuo das melhores práticas.

Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos (versão de 2008)

O Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos (versão de 2008), estabelecido entre Portugal e Marrocos em 2008, mas ainda sem data de entrada em vigor, visa adaptar o anterior acordo, com entrada em vigor em 1995, a novas realidades.

O Acordo aplica-se a todos os investimentos realizados por investidores de uma das Partes no território da outra Parte, antes e após a sua entrada em vigor, em conformidade com o direito vigente na última, com exceção dos diferendos relativos a investimentos emergentes antes da respetiva entrada em vigor.

Os dois estados comprometem-se a promover e proteger os investimentos do outro estado no seu território.

Continuam-se a aplicar os princípios da equidade de tratamento do investimento face a nacionais e investidores estrangeiros, bem como a liberdade de transferência de capitais, rendimentos, venda ou alienação do investimento, indeminizações, salários, etc.

Incentivos ao Investimento Estrangeiro

Desta análise sobre os incentivos ao investimento em Marrocos são omitidos incentivos que não tenham qualquer aplicação a empresas ligadas de alguma forma ao setor da água.

Assim, os incentivos ao investimento em Marrocos, podem assumir três formas fundamentais, a saber:

- Incentivos ao abrigo da lei geral;
- Esquema convencional de incentivos;
- Incentivos em zonas francas.

Para além destes incentivos, as empresas podem ainda beneficiar do estatuto "Casablanca Finance City", mais dirigido a empresas ligadas ao setor financeiro ou à implantação de sedes internacionais/regionais para grupos económicos, havendo também um esquema de incentivos para bancos e *holding offshore*. Caso deseje saber mais acerca destes incentivos, deve dirigir-se ao website da Agência de Desenvolvimento do Investimento de Marrocos, seguindo o link http://www.invest.gov.ma.

De seguida, descreve-se cada uma das formas de apoio ao investimento em Marrocos consideradas no âmbito deste estudo.

Incentivos ao Abrigo da Lei Geral

Os incentivos ao abrigo da lei geral traduzem-se em apoios nas seguintes vertentes:

- Direitos de importação;
- Impostos sobre as sociedades ou sobre os rendimentos;
- Imposto sobre o valor acrescentado e direitos de importação;
- Taxa profissional;
- Repatriamento de capitais.

Direitos de Importação

Taxa mínima de 2,5% e máxima de 10% *ad valorem*, aplicada a bens de equipamento, utensílios e suas partes, peças sobressalentes e acessórios considerados necessários à promoção e desenvolvimento do investimento.

Impostos sobre as Sociedades ou sobre os Rendimentos

O quadro seguinte apresenta os benefícios neste âmbito e os potenciais beneficiários.

Quadro 18 – Benefícios no âmbito dos impostos sobre as sociedades ou sobre os rendimentos

Benefícios	Beneficiários
Isenção total, seguida de redução permanente da taxa de imposto Isenção total nos 5 primeiros anos fiscais e taxa reduzida após (taxa sobre as sociedades de 17,5% e taxa sobre os rendimentos de 20%)	• Empresas exportadoras de bens/serviços, no montante do volume de negócios correspondente a moeda estrangeira; • Empresas que vendam produtos acabados a exportadores situados em zonas de exportação.
Redução permanente da taxa de imposto Taxa de 17,5% sobre as sociedades e de 20% sobre os rendimentos	• Empresas com residência fiscal ou sede na província de Tanger e cuja atividade principal seja praticada na jurisdição da província.
Redução temporária da taxa de imposto Taxa reduzida nos 5 primeiros anos fiscais (taxa sobre as sociedades de 17,5% e taxa sobre os rendimentos de 20%). Entre 2011 e 2015, a taxa de imposto sobre as sociedades sobe 2,5 p.p. ao ano e a taxa de imposto sobre os rendimentos sobe 2,2 p.p./ano – depois de 2015 aplica-se a lei geral).	• Empresas estabelecidas em zonas "prioritárias", para operações, vendas e serviços levadas a cabo nessas zonas.
Imposto sobre as sociedades de 10%	• Empresas com um lucro igual ou inferior a MAD 300 mil.

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

Imposto sobre o Valor Acrescentado e Direitos de Importação

As empresas podem beneficiar de isenção de direitos de importação e/ou isenção de IVA nas operações internas, pelo período de 2 anos, em bens de investimento.

Taxa Profissional

As empresas ou indivíduos podem beneficiar de uma redução permanente de 50% do valor da taxa profissional, caso a sua residência fiscal ou sede se localize na província de Tanger e cuja atividade principal se localize no perímetro da província. Podem ainda beneficiar de uma isenção total nos primeiros 5 anos de atividade, nos casos de novas atividades profissionais, construções de qualquer tipo, materiais e ferramentas adquiridas.

Repatriamento de Capitais

Os cidadãos estrangeiros em Marrocos podem transferir livremente receitas provenientes do investimento, sem qualquer limitação de valor ou tempo, após pagamento de impostos devidos em Marrocos. Essas receitas incluem:

- Dividendos ou outras formas de comissões sobre lucros distribuídas em Marrocos;
- Comissões pagas a Diretores;
- Lucros gerados por filiais marroquinas de empresas estrangeiras;
- Rendimentos de rendas;
- Juros de empréstimos.

É também possível a transferência de lucros provenientes da venda ou liquidação do investimento, incluindo ganhos de capital.

Esquema Convencional de Incentivos

Para além das isenções fiscais atribuídas ao abrigo da lei geral, a legislação marroquina permite também a atribuição de vantagens fiscais, financeiras e alfandegárias especiais aos investidores, como parte de acordos ou contratos de investimento estabelecidos com o poder público. Esta situação pode traduzir-se em:

- Isenção de IVA nas importações;
- Isenção de direitos de importação;
- Contribuição do Estado para determinadas despesas de investimento (através de um Fundo de Promoção do Investimento);
- Contribuição do Estado para determinadas despesas de investimento em setores industriais específicos e no desenvolvimento de novas tecnologias (através do Fundo Hassan II para o Desenvolvimento Económico e Social).

Estas vantagens são cumulativas, podendo ser utilizadas em simultâneo no mesmo investimento.

Isenção de IVA nas Importações e de Direitos de Importação

Para ter acesso a estas isenções, as empresas devem realizar um investimento igual ou superior a MAD 200 milhões, estando sujeito a assinatura de contrato de investimento com o Estado, aprovado pela Comissão de Investimento.

O quadro seguinte apresenta os principais benefícios das empresas que optem por esta isenção.

Quadro 19 – Benefícios da isenção de IVA nas importações e de direitos de importação

Benefícios da isenção de IVA nas importações e de direitos de importação	
Isenção de IVA	• Isenção de IVA na importação de bens de equipamento, materiais e utensílios, durante 36 meses; • Aplicável a partes, peças, peças sobressalentes e acessórios importados aquando da importação dos equipamentos supramencionados.
Isenção de direitos de importação	• Isenção de direitos de importação sobre bens de equipamento, materiais e utensílios, durante 36 meses.

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

Fundo de Promoção do Investimento

O Fundo de Promoção do Investimento pode ser utilizado pelas empresas, mediante assinatura de contrato de investimento com o Estado marroquino, aprovado pela Comissão de Investimentos. O Fundo oferece diversos benefícios às empresas, sendo que a contribuição estatal não pode exceder 5% do investimento total ou, no caso de investimento em áreas suburbanas ou rurais, 10% do investimento total.

O quadro seguinte apresenta os critérios de elegibilidade e os benefícios ao dispor das empresas no Fundo de Promoção do Investimento.

Quadro 20 – Critérios de elegibilidade e benefícios associados ao Fundo de Promoção do Investimento

Critérios de elegibilidade e benefícios do Fundo de Promoção ao Investimento	
Critérios de elegibilidade	Pelo menos um dos seguintes critérios deve ser cumprido: • Investimento igual ou superior a MAD 200 milhões; • Criação de, pelo menos, 250 empregos estáveis; • Estabelecimento do investimento em regiões prioritárias de investimento (Al Hoceima, Berkane, Boujdour, Chefchaouen, Es-Smara, Guelmim, Laayoune, Larache, Nador, Oued Ed-Dahab, Oujda-Angad, Tangier-Asilah, Fahs-Bni-Makada, Tan-Tan, Taounate, Taourirt, Tata, Taza e Tetouan); • Assegurar a transferência de tecnologia; • Contribuir para a proteção ambiental.
Benefícios	• Contribuição estatal até 20% dos custos de aquisição de terrenos; • Contribuição estatal até 5% dos custos em infraestruturas; • Contribuição estatal até 20% dos custos com formação.

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

Fundo Hassan II

O Fundo Hassan II para o desenvolvimento económico e social destina-se a apoiar o investimento em alguns setores industriais marroquinos, exigindo a assinatura de um contrato de investimento com o Fundo. O apoio deste Fundo exige um investimento mínimo de MAD 10 milhões (excluindo impostos sobre a importação e outros impostos), incluindo um investimento mínimo de MAD 5 milhões em bens de equipamento.

O Fundo destina-se ao apoio aos setores automóvel, aeronáutico, da produção de componentes eletrónicos e a atividades relacionadas com nanotecnologia, microeletrónica e biotecnologia, sendo assim o apoio a empresas ligadas ao setor dos resíduos aplicável apenas em casos muito específicos que se insiram numa destas duas últimas tipologias.

De qualquer forma, o quadro seguinte apresenta as principais características do Fundo Hassan II.

Quadro 21 – Características do Fundo Hassan II

Características do Fundo Hassan II
• Limitado a 15% do investimento total e a um financiamento de MAD 30 milhões; • Contribuição até 30% na aquisição de edifícios para uso profissional (limitado a MAD 2.000/m^2, excluindo impostos); • Contribuição até 15% na aquisição de bens de equipamento novos (excluindo impostos sobre a importação e outros impostos).

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

Incentivos em Zonas Francas

As empresas estrangeiras podem ainda beneficiar de operar em zonas francas marroquinas. No entanto, para serem elegíveis, pelo menos 70% do volume de negócios da empresa deverá ser atingido pela via das exportações, sendo necessária uma autorização do governador e da comissão da zona franca da região.

O quadro seguinte apresenta as principais características deste tipo de incentivo ao investimento.

Quadro 22 – Características dos incentivos em zonas francas

Taxas aduaneiras
• Isenção ilimitada de taxas aduaneiras; • Processo de desalfandegagem simplificado.
Impostos
Imposto sobre as sociedades Isenção total durante 5 anos e uma taxa de 8,75% nos 20 anos seguintes. **Imposto sobre os rendimentos** Isenção total durante 5 anos e uma taxa reduzida em 80% nos 20 anos seguintes. **Taxa profissional** Isenção durante 15 anos. **Imposto sobre o valor acrescentado** Isenção ilimitada para bens e serviços importados do território de origem para zonas francas. **Taxas de registo** Isenção em incorporações e aumentos de capital.
Repatriamento de capitais
• Sem restrições ao repatriamento e conversão do capital; • Liberdade total para transações em moeda estrangeira; • Possibilidade de utilização de notas de banco em moeda marroquina para benefício específico de residentes, nomeadamente pagamento de salários, custos de transporte, etc.

Fonte: Agence Marocaine de Développement des Investissement (AMDI)

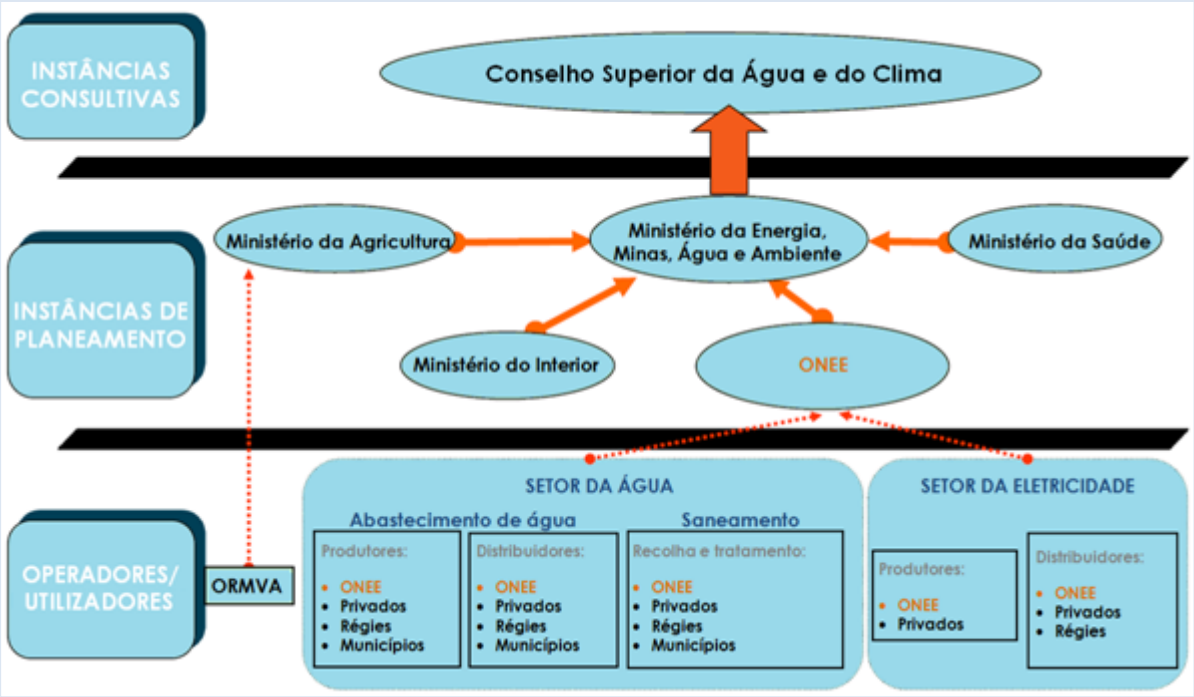
3. *CLUSTER* DA ÁGUA

3.1. Organização Institucional do Setor

As instituições do setor da água marroquino podem ser agrupadas em três níveis distintos, a saber:

- Instâncias consultivas;
- Instâncias de planeamento;
- Operadores utilizadores.

A figura seguinte apresenta um organograma do setor da água em Marrocos, identificando os seus principais intervenientes, estabelecendo um ponto de partida para a discussão sobre a organização institucional que é efetuada neste capítulo.



Fonte: ONEE

Figura 12 – Organização institucional do setor da água marroquino

Como se pode ver, o Conselho Superior de Água e do Clima é o órgão consultivo no topo da pirâmide organizacional do setor, sendo o planeamento efetuado por 4 ministérios e pela ONEE, a Direção Nacional de Eletricidade e Água Potável de Marrocos.

Ao nível dos operadores, destaque para a ONEE, que conjuntamente com entidades privadas, municípios e as *régies*, entidades municipais e/ou multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, são responsáveis pela produção e distribuição de água e pela recolha e tratamento de saneamento líquido.

Administração Central, Regional e Local

As principais Instituições Governamentais do Setor da Água em Marrocos são as seguintes:

- **Ministério da Energia, Minas, Água e Ambiente – Secretaria de Estado do Ambiente**

  (Ministère de l'Energie, des Mines, de l'Eau et de l'Environnement – Département de l'Environnement, MEMEE).

- **Ministério da Energia, Minas, Água e Ambiente – Secretaria de Estado da Água**

  (Ministère de l'Energie, des Mines, de l'Eau et de l'Environnement – Département de l'Eau, MEMEE).

- **Ministério do Interior**

  (Ministère de Intérieur).

- **Ministério da Agricultura e Pescas**

  (Ministère de l'Agriculture et de la Pêche Maritime).

- **Direções regionais**

  ORMVA's.

De uma forma genérica, a cada uma destas entidades estão atribuídas as funções descritas no seguinte quadro:

Quadro 23 – Funções das principais instituições governamentais no setor da água marroquino

Entidade	Descrição
Secretaria de Estado do Ambiente	Elabora e implementa a política ambiental marroquina.
Secretaria de Estado da Água	Tutela a gestão de recursos hídricos e abastecimento em alta.
Ministério do Interior	Tutela os serviços de abastecimento e saneamento de água a nível municipal.
Ministério da Agricultura e Pescas	Tutela os sistemas de irrigação à agricultura.
Direções regionais	Tutela os sistemas de irrigação à agricultura a nível regional.

De seguida, descrevem-se de forma mais detalhada cada uma destas instituições, as suas competências e atribuições e o papel que desempenham no *cluster* da água de Marrocos e qual a importância estratégica que podem assumir para as empresas nacionais.

Secretaria de Estado do Ambiente

Royaume du Maroc

Ministère de l'Energie, des Mines, de l'Eau et de l'Environnement
Département de l'Environnement

Ministro da Energia, das Minas, da Água e do Ambiente

Abdelkader AMARA

A missão essencial da Secretaria de Estado do Ambiente de Marrocos é implementar a política nacional de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

A Secretaria assume **seis funções fundamentais**, a saber:

- **Informativa**, através da recolha de informação, elaboração de relatórios e monitorização ambiental.
- **Incentivo**, através da implementação de instrumentos financeiros de apoio às boas práticas ambientais e da realização de programas e projetos-piloto em matéria de desenvolvimento sustentável.
- **Mudança de comportamentos**, através de programas educativos e cursos de formação.
- **Aproximação às preocupações ambientais dos cidadãos.**
- **Dimensão legislativa,** em consonância com a política ambiental governamental e com os interesses da sociedade civil.
- **Ligação entre as dimensões ambiente, economia e sociedade**.

Contactos

Endereço:	N°9, Avenue Al Araar, 420/1 Secteur 16, Hay Riad, Rabat, Maroc
Telefone:	+ 212 0537 576 647 /0537 576 661
Fax:	+212 0537 570 471
Email:	sg@environnement.gov.ma
URL:	http://minenv.gov.ma
Ministro:	Abdelkader AMARA

Secretaria de Estado da Água

Royaume du Maroc

Ministère de l'Energie, des Mines, de l'Eau et de l'Environnement
Département de l'Eau

Ministro da Energia, das Minas, da Água e do Ambiente

Abdelkader AMARA

A Secretaria de Estado da Água tem como objetivo promover o desenvolvimento do Setor da Água, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

As suas atividades fundamentais são:

- Pesquisa e avaliação de recursos hídricos.
- Disponibilização de água às populações.
- Planeamento, desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos.
- Preservação do património hidráulico.
- Pesquisa e desenvolvimento na área da água.
- Acompanhamento do processo de alteração climática.

Na página web da Secretaria de Estado da Água podem encontrar-se instrumentos interessantes como guias de procedimentos no domínio público hidráulico e uma ferramenta SIG, acessíveis seguindo os respetivos *links*:

http://www.water.gov.ma/index.cfm?gen=true&id=20&ID_PAGE=157

http://www.water.gov.ma/index.cfm?gen=true&id=19&ID_PAGE=162

Contactos

Endereço:	Rue Hassan Benchekroun, Agdal Rabat, BP Rabat Chellah
Telefone:	+212 5 37 77 87 27
Fax:	+212 5 37 77 86 96
Email:	info@water.gov.ma
URL:	http://www.water.gov.ma
Ministro:	Abdelkader AMARA

Ministério do Interior

Ministére de l'Intérieur

Ministro do Interior

Mohamed HASSAD

O Ministério do Interior tem a seu cargo as tradicionais atribuições de um Ministério da Administração Interna, tutelando matérias como as forças de segurança, segurança nacional, supervisão do poder local, organização de eleições ou imigração, tutelando ainda os serviços de abastecimento e saneamento de água a nível municipal.

Contactos

Endereço:	Quartier administratif-Rabat
Telefone:	+212 05 37 76 03 56 / 05 37 76 05 26
Fax:	+212 05 37 21 40 30
Ministro:	Mohamed HASSAD

Ministério da Agricultura e das Pescas

Ministère de l'Agriculture et de la Pêche Maritime

Ministro do Agricultura e das Pescas

Aziz AKHANNOUCH

O Ministério da Agricultura e das Pescas de Marrocos está encarregue de levar a cabo a política agrícola do país, nomeadamente, ao nível da água de irrigação, fundamental para o setor agrícola local.

Está a implementar uma estratégia de economia de água e valorização da irrigação agrícola, baseada em investimentos e parcerias com o setor público e privado. Entre 2002 e 2007, o Ministério levou a cabo cerca de 70 projetos em parceria internacional.

Contactos

Endereço:	Avenue Mohamed V, Quartier administratif Place Abdellah Chefchaouni, Rabat
Telefone:	+212 (0)537 66 53 00
Email:	info@madrpm.gov.ma
URL:	http://www.agriculture.gov.ma
Ministro:	Aziz AKHANNOUCH

Direções Regionais de Desenvolvimento Agrícola

(Offices Régionaux de mise en valeur agricole, ORMVA)

As Direções Regionais, ou ORMVA's, têm como missão essencial tutelar os sistemas de irrigação à agricultura a nível regional.

Em Marrocos, existem 9 entidades regionais com esta função, a saber:

- Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Gharb
- Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Tadla
- Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Tafilalet (ORMVATf)
- Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Ouarzazate
- Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Moulouya
- Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Souss-Massa
- Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Haouz
- Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Loukkos
- Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Doukkala

Apresentam-se, de seguida, os contactos para estas entidades.

Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Gharb

Endereço:	Rue Idriss Alakbar, BP 79 Kénitra-Maroc
Telefone:	+212 037 37 45 02
Fax:	+212 037 37 43 86
Email:	dirormvag@gmail.com
URL:	http://www.ormvag.ma

Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Tadla

Endereço:	B.P. 244 Fkih Ben Saleh
Telefone:	+212 05 23 43 51 36
Fax:	+212 05 23 43 50 18
Email:	contact@ormvatadla.com

Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Tafilalet (ORMVATf)

Endereço:	Tafilalet, B.P. 17 Errachidia, Maroc
Telefone:	+212 05 35 572 504
Fax:	+212 05 35 572 252
Email:	contact@ormvatafilalet.ma
URL:	http://www.ormvatafilalet.ma

Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Ouarzazate

Endereço:	Avenue Mohamed V, 45000 Ouarzazate Maroc
Telefone:	+212 05 24 88 26 14
Fax:	+212 05 24 88 34 42
Email:	info@ormva-ouarzazate.ma
URL:	http://www.ormva-ouarzazate.ma

Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Moulouya

Endereço:	B.P. 643 Berkane
Telefone:	+212 05 36 61 34 68
Fax:	+212 05 36 61 29 28

Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Souss-Massa

Endereço:	Rue des Administrations Publiques B.P. 21 Agadir
Telefone:	+212 05 28 84 08 27
Fax:	+212 05 28 84 65 21

Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Haouz

Endereço:	Avenue Hassan II B.P. 2411 Marrakech
Telefone:	+212 05 24 43 10 09
Fax:	+212 05 24-44-97-93

Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Loukkos

Endereço:	Avenue de la Municipalité B.P. 48 Ksar El Kébir
Telefone:	+212 053 991 86 55
Fax:	+212 05 39 91 82 03

Entidade Regional de desenvolvimento agrícola de Doukkala

Endereço:	Avenue Jamia Al Aarabia B.P. 58 El Jadida
Telefone:	+212 05 23 35 33 44
Fax:	+212 05 23-34 22 72

Agências e Entidades Relevantes

Conselho Superior para a Água e o Clima

(Le Conseil Superieur de l'Eau et du Climat)

O Conselho Superior para a Água e o Clima (CSAC) constitui-se como um fórum de concertação da política nacional de água, garantindo através da credibilidade de que goza, a implementação das suas recomendações no seio dos principais intervenientes do setor da água marroquino.

Tendo por base legal a Lei n.º 10-95, o CSAC encarrega-se de formular orientações de caráter genérico sobre a política nacional de água e do clima e de avaliar a estratégia nacional sobre alterações climáticas e o seu impacto nos recursos naturais hídricos, o plano nacional de água e os planos de gestão integrada de recursos hídricos.

O CSAC é composto por representantes do Estado e das entidades públicas intervenientes no setor da água e por representantes dos utilizadores da água, das assembleias municipais ou regionais, de estabelecimentos de ensino superior e de investigação científica, do setor de engenharia nacional e de associações profissionais.

A legislação permite a participação de qualquer interveniente competente do setor da água nas reuniões do Conselho, caso surja essa necessidade.

Desde a sua criação em 1981, o Conselho já reuniu por 10 vezes.

Embaixadas

Embaixada de Portugal em Marrocos

Contactos	
Endereço:	5, Rue Thami Lamdouar, Souissi - Rabat 10 170, Maroc
Telefone:	(+212) 5 37 75 64 46 / 47 / 49 / 50
Fax:	(+212) 5 37 75 64 45
Email:	embaixada@ambportugalrabat.org
URL:	http://ambportugalrabat.org
Embaixador:	Francisco Manuel da Fonseca Xavier ESTEVES

Embaixada de Marrocos em Portugal

Contactos	
Endereço:	Rua Alto do Duque, 21 (Ao Restelo), 1400-009 Lisboa, Portugal
Telefone:	(+351) 21 300 80 80
Fax:	(+351) 21302 09 35
Email:	sifmar@emb-marrocos.pt
URL:	http://www.emb-marrocos.pt
Embaixadora:	Karima BENYAICH

AICEP Rabat

A AICEP Portugal Global conta com uma rede de mais de 200 profissionais espalhados por uma vasta Rede Externa que têm como objetivo apoiar a internacionalização da economia Portuguesa.

As principais funções desenvolvidas por esta rede são:

- Prospeção geral do mercado e levantamento de oportunidades de negócio para as empresas portuguesas.
- Organização de atividades específicas de promoção de Portugal e/ou de produtos e serviços portugueses no mercado local.
- Identificação de parceiros de negócio locais para empresas portuguesas.
- Apoio na preparação e realização de programas de negócio de empresas e entidades portuguesas no mercado.
- Orientação a potenciais investidores locais interessados em Portugal.
- Aconselhamento de empresas portuguesas interessadas em investir no mercado local.
- Intermediação junto das entidades locais e apoio na instalação no mercado e *follow up* do negócio de empresas portuguesas.
- Disponibilização de informação relacionada com a oferta portuguesa (empresas, produtos e serviços) a importadores locais.

Contactos	
Endereço:	5, Rue Thami Lamdouar, B. Postale 5050 Souissi – Rabat, Maroc
Telefone:	(+212) 5 37 75 24 72 / 5 37 65 69 86
Fax:	(+212) 5 37 65 69 84
Email:	aicep.rabat@portugalglobal.pt
URL:	http://www.portugalglobal.pt/PT/ARedeaicep/Paginas/ARedeAicep.aspx?idPontoRede=39
Diretor:	Rui CORDOVIL

Câmara do Comércio e Indústria Luso-Marroquina em Portugal (CCILM)

A Câmara do Comércio e Indústria Luso-Marroquina trabalha arduamente na aproximação dos mercados português e marroquino. Para o efeito, a CCILM organizou mais de uma centena e meia de missões empresariais, várias participações de empresas portuguesas em certames marroquinos, programou inúmeras prospeções ao mercado vizinho para as empresas suas afiliadas e preparou seminários e *workshops* diversos. Foram, de igual modo, enquadradas várias delegações empresariais marroquinas durante as suas visitas a Portugal.

Contactos	
Endereço:	Edifício ISLA - Quinta do Bom Nome - Estrada da Correia, 53 , Carnide - 1500-210 Lisboa
Telefone:	(+351) 21 397 00 36
Fax:	(+351) 21 397 05 88
Email:	ccilm@lx.isla.pt
URL:	http://www.ccilm.pt

Maiores Operadores de Serviços de Águas

Operadores Públicos

Direção Nacional de Eletricidade e Água Potável de Marrocos (ONEE)

(L'Office National de l'Electricité et de l'Eau Potable, ONEE)

A Direção Nacional de Eletricidade e Água Potável de Marrocos apresenta como principais objetivos do seu funcionamento o abastecimento de água potável a nível nacional, o controlo de qualidade dessa mesma água, a gestão do saneamento e potenciar o acesso à rede de abastecimento de água e saneamento por parte das populações urbanas e rurais.

Esta entidade é a maior produtora e distribuidora de água a nível nacional, assegurando 80% da produção (que chega a 96% da população urbana e 91% da população rural) e contando com mais de 1,2 milhões de clientes, espalhados por mais de quinhentas municipalidades em meio urbano. Ao nível do saneamento, a Direção Nacional de Eletricidade e Água Potável de Marrocos chega a mais de 41 municípios, servindo mais de 1,7 milhões de pessoas.

É assumido um projeto ambicioso de futuro, com investimentos planeados nas infraestruturas de água e saneamento de cerca de 34 mil milhões de Dirhams para o período 2011-2015, repartindo-se MAD 19 mil milhões pelo setor da água (13,4 mil milhões em zona urbana e 5,5 mil milhões em zona rural) e 15 mil milhões pelo setor do saneamento.

As principais metas para este período são:

- Aumentar a taxa de ligação à rede de abastecimento de água para os 96%, em meio urbano;
- Aumentar o acesso a água potável para os 95% em meio rural;
- Melhorar o desempenho da rede de abastecimento de água em mais de 75%, em meio urbano;
- Aumentar o fluxo de água distribuída em 14 m^3/s, em meio urbano (atualmente é de 52 m^3/s);
- Implementar projetos de saneamento em todos os municípios em que assegura o abastecimento de água;
- Tratar um fluxo de águas residuais adicional de 200 000 m^3/dia (atualmente é de 160 000 m^3/dia);
- Contribuir para a melhoria das condições sanitárias de cerca de 1,6 milhões de pessoas.

Constitui parte fundamental da intervenção da ONEE o fomento da cooperação internacional com entidades públicas e privadas, na implementação de projetos de abastecimento de água e saneamento no país, apresentando já um vasto historial nesta matéria. Destacam-se os seguintes projetos em desenvolvimento:

Projeto	Montante
Abastecimento de água e saneamento em Khouribga	MAD 1,85 mil milhões
Saneamento em Oued Zem e Bejaad	MAD 320 milhões
Abastecimento de água e saneamento em Grand Nador	MAD 948 milhões
Abastecimento de água em Ouarzazate	MAD 300 milhões
Abastecimento de água em Tanger	MAD 1 570 milhões
Abastecimento de água e saneamento em Chefchaouen e Ouezzane	MAD 850 milhões

De seguida, apresentam-se os contactos relevantes da Direção Nacional de Eletricidade e Água Potável de Marrocos, bem como das respetivas direções regionais.

▶ Contacto Geral

Endereço:	Avenue Belhassan El ouazzani, BP.Rabat-Chellah 10002, Rabat Maroc
Telefone:	+212 (0537) 75 96 00
Fax:	+212 (0537) 65 06 49
Email:	onepbo@onep.ma
URL:	http://www.onep.ma
Diretor Geral:	Ali Fassi FIHRI

▶ Contactos Áreas de interesse

Direção de Saneamento e Ambiente

Endereço:	Av Oulad Mrah, Youssoufia - Rabat
Telefone:	+212 (0537)-632353
Email:	fbenosmane@onep.org.ma
Responsável	Fadila BENOSMANE

Direção do abastecimento de água potável

Endereço:	IMM 76, Rue Sebou- Agdal-Rabat
Telefone:	+212 (0537)-773755 – (0537)-771757
Email:	ajahid@onep.org.ma
Responsável	Abdellah JAHID

▶ Contactos Direções Regionais

Direção Regional do Sul – Agadir (DR1)

Endereço:	Rue du 18 Novembre
Telefone:	+212 (0528) 84 21 76 / 84 20 55
Fax:	+212 (0528) 82 34 00
Email:	b-sadik@onep.org.ma
Responsável:	Brahim SADIK

Direção Regional de Tensiftl – Marraquexe (DR2)

Endereço:	Av. Mohamed V Angle Rue Badr Gueliz
Telefone:	+212 (0524) 43 93 46 / 43 15 79
Fax:	+212 (0524) 43 91 09
Email:	mbelkoudssi@onep.org.ma
Responsável:	Malika BELKOUADSSI

Direção Regional do Centro – Khouribga (DR3)

Endereço:	Rue Angle My Abdellah / Tadla
Telefone:	+212 (0523) 49 89 05 / 06
Fax:	+212 (0523) 49 89 10
Email:	onepdr3@iam.net.ma
Responsável:	Mustapha ENNOUHI

Direção Regional Noroeste – Kenitra (DR4)

Endereço:	5 Rue Ibn Rochd
Telefone:	+212 (0537) 36 10 06 / (0537) 36 42 09
Fax:	+212 (0537) 36 10 05
Email:	mnaoubi@onep.org.ma
Responsável:	Mohammed NOUBI

Direção Regional do Centro Norte – Fes (DR5)

Endereço:	88 Rue de soudan nouvelle ville
Telefone:	+212 (0535) 62 45 61 / 62 64 25
Fax:	+212 (0535) 62 10 34
Email:	mberkia@onep.org.ma
Responsável:	Mohammed BERKIA

Direção Regional de Oujda Oriental (DR6)

Endereço:	Place de l'Union Africaine
Telefone:	+212 (0536) 68 46 01 / 03
Fax:	+212 (0536) 68 17 21
Email:	ndahmani@onep.org.ma
Responsável:	Noureddine DAHMANI

Direção Regional do Centro Sul – Meknès (DR7)

Endereço:	20 rue Antsirabe BP 54 Ville Nouvelle
Telefone:	+212 (0535) 52 05 08 / 52 28 98
Fax:	+212 (0535) 52 41 95
Email:	bhadir@onep.org.ma
Responsável:	Bouchaib HADIR

Direção Regional Províncias Subsarianas – Laayoune (DR8)

Endereço:	Quartier Administratif
Telefone:	+212 (0528) 89 37 61 /18
Fax:	+212 (0528) 89 24 93
Email:	onepdr8@iam.net.ma
Responsável:	Abdessalam JOULID

Direção Regional Tanger Norte (DR9)

Endereço:	60, Avenue Omar Ibn Alkhattab, Tanger
Telefone:	+212 (0539) 94 02 08 / (0539) 94 39 71
Fax:	+212 (0539) 94 52 58
Email:	mabaina@onep.org.ma
Responsável:	Med Adil BAINA

Direção Regional Costa Atlântica (DRC)

Endereço:	Station de Traitement ONEP, Avenue Mohamed Belhassan El ouazzani BP. Rabat-Chellah 10002 / Rabat - Maroc
Telefone:	+212 (0537) 75 91 49
Fax:	+212 (0537) 75 88 97
Email:	adahhou@onep.org.ma
Responsável:	Abbes DAHOU

Entidades Municipais ou Intermunicipais de Distribuição de Água e Eletricidade

(Régies Autonomes Intercommunales de Distribution d'Eau et d'Électricité)

As Entidades Municipais estão habilitadas à produção e distribuição de água potável e eletricidade e à gestão do sistema de saneamento.

Em Marrocos, existem 12 entidades deste tipo, abastecendo de água potável 12 cidades de nível médio/grande. Os mesmos operadores prestam serviços de saneamento em 11 cidades e de eletricidade em 7 cidades.

As maiores cidades servidas por estas entidades de nível regional são Agadir, Fez, Marraquexe e Oujda. Podem-se encontrar entidades desta tipologia também nas cidades de Chaouia, El Jadida, Kenitra, Larache, Safi,Tadla e Taza.

Muitas destas entidades são controladas por conjuntos de municípios, assumindo nesse caso a denominação de "entidade intermunicipal".

Enumeram-se de seguida as 12 entidades municipais de distribuição de água e eletricidade existentes em Marrocos:

- Entidade Autónoma Multisserviços de Agadir
- Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Chaouia
- Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água, Eletricidade e Saneamento Líquido das Províncias de El Jadida e Sidi Bennour
- Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Fez
- Entidade Autónoma de Distribuição de Água, Eletricidade e Saneamento Líquido da Província de *Kénitra*
- Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade da Província de Larache
- Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Marraquexe
- Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Meknès
- Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Oujda
- Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Tadla
- Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Taza
- Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Safi

De seguida, apresenta-se uma breve descrição sobre cada uma destas entidades de nível regional, bem como os contactos disponíveis.

Entidade Autónoma Multisserviços de Agadir

(Régie Autonome Multi Services d'Agadir – RAMSA)

A Entidade Autónoma Multisserviços de Agadir (RAMSA) é um estabelecimento público, de caráter industrial e comercial, que dispõe de autonomia financeira, apresentando-se como a principal operadora na distribuição de água e gestão de saneamento na região da Grande Agadir. Atualmente, serve cerca de 200 000 clientes num aglomerado de mais de 800 000 pessoas. A taxa média de cobertura é de cerca de 98%.

Funciona em coordenação com a ONEE (Direção Nacional de Água) e assume funções de planeamento, gestão de infraestruturas e exploração. A sua zona de atuação consiste em 4 zonas urbanas e uma zona rural, a saber:

- Município de Agadir (Agadir, Anza, Tikiouine e Bensergao);
- Município de Dcheira;
- Município de Inezgane;
- Município de Aït Melloul;
- Município de Aourir.

Para efeito meramente indicativo, apresenta-se de seguida um quadro com as principais tarifas aplicadas (valores em MAD).

Tarifas Particulares		
Prestações	**Água**	**Saneamento**
De 0 a 6 m³	3,16	0,55
De 7 a 20 m³	8,31	1,37
De 21 a 40 m³	10,25	2,73
> 41 m³	10,30	2,73
Encargos fixos	6,42	3,21

Tarifas Industriais	
Água	**Saneamento**
6,17	3,25
10,70	16,05

A RAMSA tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos, com o número de clientes a crescer 26% entre 2007 e 2011 e a procura de serviços de água a aumentar 14%, para o mesmo período. A capacidade média atual de produção de água é de 1 250 l/s.

Ao nível do saneamento, a taxa de ligação à rede ronda os 98%, apresentando esta um comprimento total de cerca de 2 000 km.

Para o período 2011-2015, estão previstos investimentos na ordem dos MAD 1 150 milhões.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o *link* http://www.ramsa.ma/Accueil/EspaceFournissseur/Appelsdoffres.aspx.

Contactos

Endereço:	Rue 18 Novembre Q.I Agadir
Telefone:	+212 05 28 82 96 00 / 05 28 82 96 00
Fax:	+212 05 28 22 01 15
Email:	regie_ramsa@menara.ma
URL:	http://www.ramsa.ma
Diretor Geral:	Ali BENAZOUZ

Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Chaouia

(Régie Autonome de Distribution d'Eau et d'Electricité de la Chaouia - RADEEC)

A Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Chaouia (RADEEC) é um organismo público de caráter industrial e comercial. Serve uma população de mais de 230 000 pessoas, contando com cerca de 58 000 clientes, abrangendo 7 municípios de cariz urbano e 4 municípios rurais, nas regiões de Settat e Berrechid.

A taxa de atendimento no setor água é de 92%, produzindo mais de 10 milhões de m^3 de água por ano para distribuição por uma rede com mais de 1 000 km de comprimento. A taxa de atendimento ao nível do saneamento varia entre os 98% nas zonas mais desenvolvidas e os 60% em zonas rurais.

Trata-se de uma entidade em claro crescimento, com o número de clientes a aumentar em mais de 40% no quinquénio 2008-2012.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o *link* http://www.radeec.ma/a.o.html.

Contactos

Endereço:	Boulevard Mohamed V, BP :30,Settat
Telefone:	+ 212 523.40.31.37/(212) 523.40.25.31
Fax:	+212 523.40.35.03
Email:	radeec@gmail.com/radeec@menara.ma
URL:	http://www.radeec.ma
Diretor Geral:	Jamal BENFADOUL

Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água, Eletricidade e Saneamento Líquido das Províncias de El Jadida e Sidi Bennour

(Régie Autonome Intercommunale de Distribution d'Eau, d'Électricité et d'Assainissement Liquide des Provinces d'El Jadida et de Sidi Bennour- RADEEJ)

Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água, Eletricidade e Saneamento Líquido das Províncias de El Jadida e Sidi Bennour (RADEEJ) assegura a distribuição de água nas regiões de El Jadida e Sidi Bennour. Conta com cerca de 90 000 clientes, a uma taxa média de crescimento superior a 6% ao longo dos últimos anos.

Os investimentos levados a cabo por esta entidade superaram, nos últimos 5 anos, os MAD 168 milhões.

Contactos

Endereço:	Avenue houmane el fetouaki – EL JADIDA
Telefone:	+212 0523 34 21 98
Fax:	+212 0523 37 38 96
Email:	raddeja1@menara.ma
URL:	http://www.radeej.ma
Diretor Geral:	Jamal BENFEDDOUL

Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Fes

(Régie Autonome Intercommunale de Distribution d'Eau, et d'Électricité de Fes – RADEEF)

A Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Fes (RADEEF) é uma entidade pública e industrial com personalidade jurídica e autonomia financeira, vinculada ao Ministério do Interior e efetua a gestão da rede de abastecimento de água e saneamento da cidade de Fes e dos municípios de Sefrou, Bhalil, Bir Tam-Tam, Ras Tabouda, Sidi Harazem, Ain Timgnai, Ouled Tayeb, Douar Ait Taleb e Douar Ait El Kadi. Serve uma população de mais de 1,2 milhões de pessoas.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o link http://www.radeef.ma/Accueil/EspaceFournisseurs/Avisdappelsdoffres.aspx.

Contactos

Endereço:	Rue de Soudan, 30000, Fès
Telefone:	+212 035 62 50 15
Fax:	+212 035 62 07 95
Email:	radeef@fesnet.net.ma
URL:	http://www.radeef.ma
Diretor Geral:	Mohamed Najib LAHLOU

Entidade Autónoma de Distribuição de Água, Eletricidade e Saneamento Líquido da Província de *Kénitra*

(Régie Autonome de Distribution d'Eau d'Electricité et d'Assainissement liquide de la province de Kénitra – RAK)

A Entidade Autónoma de Distribuição de Água, Eletricidade e Saneamento Líquido da Província de Kénitra (RAK) envolve uma zona de ação que cobre Kénitra, Mehdya, Haddada, Sidi Taïbi e Moulay Bousselham. A população servida por esta entidade ronda as 500 000 pessoas, contando com cerca de 90 000 clientes, número que cresce de forma sustentada desde 2006. A taxa de ligação à rede é de cerca de 94%.

Em 2010, esta entidade despendeu uma verba superior a MAD 4 300 milhões em serviços de terceiros, em serviços relacionados com água e saneamento.

Para o período 2010-2014, estão previstos investimentos de cerca de MAD 58 milhões no Setor Água (entre infraestruturas, distribuição de água, meios de exploração e trabalhos reembolsáveis) e 716 milhões em saneamento.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o link http://www.rak.ma/rak/Accueil/Espacefournisseur/Avisdappeldoffres.aspx.

Contactos

Endereço:	8, rue Idriss Al Akbar 14000 – KENITRA
Telefone:	+212 05 37 37 47 46
Fax:	+212 0537 374 772
Email:	(via website)
URL:	http://www.rak.ma
Diretor Geral:	El Hassan BOUKOUTA

Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade da Província de Larache

(Régie Autonome Intercommunale de Distribution d'Eau et d'Electricité de la Province de Larache – RADEEL)

A Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade da Província de Larache (RADEEL) gere o abastecimento de água, saneamento e eletricidade na Província de Larache. O número de clientes deste organismo tem vindo a crescer, evoluindo favoravelmente cerca de 22% entre 2007 e 2011 (52 920 clientes na vertente água e 24 480 clientes na vertente saneamento).

A taxa de atendimento na vertente água ronda os 94% e os 88% na vertente saneamento.

O investimento aumentou mais de 60% entre 2008 e 2011, estando previstos cerca de MAD 485 milhões para o período 2010-2014.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o link http://www.radeel.ma/Accueil/Fournisseurs/Appelsdoffres/tabid/222/language/fr-FR/Default.aspx.

Contactos

Endereço:	1647, Lotissement Maghreb Al jadid
Telefone:	+212.539.52.09.25
Fax:	+212.539.52.03.25
Email:	radeel2010@gmail.com
URL:	http://www.radeel.ma
Diretor Geral:	Hamid BENKHADRA

Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Marraquexe

(Régie Autonome de Distribution d'Eau et d'Electricité de Marrakech – RADEEMA)

A RADEEMA assegura a distribuição de água e eletricidade, bem como a gestão do serviço de saneamento líquido na cidade de Marraquexe. Estes três campos de ação cobrem uma área de 24 000 hectares e uma população de cerca de 1 milhão de pessoas.

Em 2011, esta entidade apresentava 228 527 clientes no setor água, registando um aumento de 7% face a 2010. Os setores água e saneamento representam cerca de um terço das receitas da RADEEMA.

No mesmo ano de 2011, o investimento efetuado por esta entidade chegou aos MAD 771 milhões, sendo que 16% se inseriram no setor água, 72% em saneamento e os restantes 12% no setor eletricidade.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o link http://www.radeema.ma/tabid/227/tabid/397/Default.aspx.

Contactos

Endereço:	Av. Mohamed VI boite postale 520 - Marrakech
Telefone:	+212 024 42 43 00
Fax:	+212 024 44 78 53
Email:	radeema.1@menara.ma
URL:	http://www.radeema.ma
Diretor Geral:	Mustapha El HABTI

Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Meknès

(Régie Autonome de Distribution d'Eau et d'Electricité de Meknès – RADEEM)

Entidade responsável pelo abastecimento de água, saneamento e eletricidade em Meknès, servindo uma população de mais de meio milhão de habitantes.

O quadro seguinte apresenta as informações de contacto para esta entidade.

Contactos	
Endereço:	78, Avenue de l'Armée Royale, 50000 Meknès
Telefone:	+212 05 35 52 18 01
Fax:	+212 05 35 52 28 22
Email:	radeemdr@menara.ma
URL:	---
Diretor Geral:	Najib Lahlou MIMI

Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Oujda

(Régie Autonome Intercommunale de distribution d'Eau et d'Electricité d'Oujda – RADEEO)

A Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Oujda (RADEEO) gere o abastecimento de água, saneamento e eletricidade em Oujda, servindo uma população com cerca de 450 000 habitantes.

A entidade investiu mais de MAD 120 milhões entre 2003 e 2007 no setor água, estando previsto para o período 2010-2014, um investimento na casa dos MAD 432,5 milhões, apenas na vertente saneamento.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o link http://www.radeeo.ma/appels_offres_cours.php.

Contactos	
Endereço:	60000 Oujda Bd Idriss El Akbar boite postale 418 - 60001 Oujda
Telefone:	+212 036 68 20 75
Fax:	+212 036 68 96 65
Email:	radeeo@menara.ma
URL:	http://www.radeeo.ma
Diretor Geral:	Abdelaziz NACER

Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Tadla

(Régie Autonome de distribution d'Eau et d'Electricité de Tadla – RADEET)

A Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Tadla (RADEET) gere o abastecimento de água, saneamento e eletricidade em Tadla.

Para o período 2009-2013, a RADEET prevê um montante de investimento de cerca de MAD 424 milhões, sendo 41% destinados ao setor água e 59% a atividades de saneamento.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o link http://www.radeet.ma/ao.htm.

O quadro seguinte apresenta as diversas formas existentes de entrar em contacto com os responsáveis da RADEET.

Contactos	
Endereço:	Avenue Hassan II Beni-Mellal
Telefone:	+212 O23 48 32 07 et
Fax:	+212 023 48 33 87
Email:	radeetbeniMellal@yahoo.fr
URL:	http://www.radeet.ma
Diretor Geral:	Rachid BENCHEKHI

Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Taza

(Régie Autonome de distribution d'Eau et d'Electricité de Taza – RADEETA)

A RADEETA é responsável pelo serviço público de distribuição de água e eletricidade na cidade de Taza e pela captação de água e exploração dos reservatórios de água da cidade. Nas suas funções cabem adicionalmente a prospeção, estudo, execução e exploração das novas reservas de água que serão necessárias no futuro.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o link http://www.radeeta.ma/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=118.

O quadro seguinte apresenta as diversas formas existentes de entrar em contacto com os responsáveis da RADEETA.

Contactos	
Endereço:	163, Avenue Allal El Fassi-Taza Al Jadida B.P 137, Taza, Maroc
Telefone:	+212 05 35 67 32 51
Fax:	+212 05 35 67 26 07
Email:	(via website)
URL:	http://www.radeeta.ma
Diretor Geral:	Ahmed OUKKAS

Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Safi

(Régie Autonome Intercommunale de distribution d'Eau et d'Electricité de Safi – RADEES)

A RADEES é responsável pelos serviços de água, saneamento e eletricidade em Safi, contando com mais de 57 500 clientes no setor água e 53 000 clientes no setor saneamento.

No período 2002-2008, esta entidade realizou investimentos na vertente água na casa dos MAD 70 milhões, enquanto que na vertente saneamento, considerando agora o período 2005-2008, o investimento se cifrou em cerca de MAD 46 milhões.

Os concursos de fornecimento abertos por esta entidade podem ser consultados seguindo o link http://www.radees.ma/Accueil/Fournisseur/Appelsdoffres/AvisAppeldoffre.aspx.

O quadro seguinte apresenta as diversas formas existentes de entrar em contacto com os responsáveis da RADEES.

Contactos	
Endereço:	Avenue Moulay Driss 1 er BP:218-Safi- Maroc
Telefone:	+212 05 24 61 91 20
Fax:	+212 05 24 62 31 94
Email:	radees@radees.ma
URL:	http://www.radees.ma
Diretor Geral:	Mohamed FOUTOUHI

Empresa de Distribuição de Água, de Eletricidade e Saneamento de Casablanca (*Lydec*)

(Lyonnaise des Eaux de Casablanca)

A Lydec é um operador de serviços públicos que gere a distribuição de água e eletricidade, a recolha de águas residuais e pluviais e a iluminação pública para cerca de 5 milhões de habitantes na região de Grande Casablanca, servindo os municípios de Casablanca, Mohammedia e Aïn Harrouda. É detida maioritariamente pelo grupo *Suez Environment*, sendo os outros acionistas fundamentais a *Fipar Holding* (Grupo CDG) e a *RMA Watanya*.

Ao nível da distribuição de água, a Lydec conta com o fornecimento de dois distribuidores nacionais: a ONEE (*Office National de l'Eau Potable*) e a SEOR (*Société des Eaux d'Oum Erbiaa*).

Ao nível da gestão do saneamento (águas residuais e águas pluviais) a Lydec administra uma infraestrutura com mais de 4 130 km e desenvolve a rede de esgotos da área de influência.

Em 2011, os resultados relativos à vertente água atingiram os MAD 1.086 milhões, enquanto na vertente saneamento se fixaram nos MAD 315 milhões. Estas duas vertentes representam 28% do volume de negócios da empresa.

No mesmo ano, os investimentos na vertente água chegaram aos MAD 297 milhões e os investimentos na vertente saneamento aos MAD 691 milhões. Em conjunto, estas duas vertentes representam 76% dos investimentos realizados em 2011.

Os concursos de fornecimento abertos por esta empresa podem ser consultados seguindo o link https://client.lydec.ma/site/fr/avis-d-appels-d-offres.

O quadro seguinte apresenta as diversas formas existentes de entrar em contacto com a Lydec.

Contactos	
Endereço:	48, Boulevard Mohamed Diouri - Casablanca
Telefone:	+212 05 22 31 20 20
Email:	contact@lydec.co.ma
URL:	https://client.lydec.ma
Direto Geral	Jean-Pascal DARRIET
Presidente:	Dominique MANGIN D'OUINCE (Grupo Suez)

A empresa conta ainda com 14 agências, que se enumeram de seguida:

Agência	Endereço
Yacoub El Mansour	Bd Ghandi, angle avenue Yacoub El Mansour
Koutoubia	5, Résidence Koutoubia, Aïn Chock
Oum Errabii	Angle Bd Oum Errabii et Bd Oued Sebou
Aïn Sebaâ	25, angle allées des Mûriers et des Eucalyptus
Dar Lamane	Dar Lamane, bloc A
Ben M'Sick	Dar Touzani, km7, Bd Mohammed VI
Moulay Rachid	Angle avenue N et Bd Akid El Allam

Agência	Endereço
Diouri	48, rue Mohamed Diouri
Moulay Hassan 1er	Angle av. Moulay Hassan 1er et rue Gouraud
Ouled Ziane	Route Ouled Ziane (près de la gare routière)
Sidi Bernoussi	Angle Bd Ben Said Salah et Bd Mokhtar Ben Ahmed El Garnaoui
Sidi Moumen	37, Hay Al Ouala – lotiss. Taliby - Attacharouk
Hassan II	52, avenue Hassan II
El Alia	287, Bd de la Résistance, El Hassania 1

Empresa de Distribuição de Água, de Eletricidade e Saneamento de Tanger e Tétouan (AMENDIS)

(Societé des Eaux et d´Electricité du Nord-AMENDIS)

Trata-se de uma empresa detida maioritariamente pelo grupo Veolia. Esta concessão serve os municípios de Tanger e Tétouan ao nível do abastecimento de água, saneamento e eletricidade.

Serve mais de um milhão e meio de habitantes, só em Tânger. Em Tétouan serve 850 000 mil habitantes na vertente água e 610 000 na vertente saneamento.

Os resultados alcançados em Tânger atingiram os MAD 1.414 milhões e em Tétouan MAD 702 milhões, isto no ano de 2010.

O montante de investimento previsto para a duração do contrato é de cerca de MAD 3,7 mil milhões em Tânger e de MAD 3,9 mil milhões em Tétouan.

É uma empresa com certificação de qualidade, seguindo os parâmetros da ISO 9001 e com certificação em segurança e saúde no trabalho, seguindo os parâmetros da OHSAS 18001, atestando que é uma organização que se rege pelos mais elevados padrões de qualidade e de segurança.

O quadro seguinte apresenta as diversas formas existentes de entrar em contacto com os responsáveis da AMENDIS.

Contactos	
Endereços:	3 rue Okbalbnou Naffiy 90 000 Tanger Lotissement Aviation - BP 399, 93150 Tétouan
Telefone:	+ 212 039 32 80 00 + 212 37 68 48 60 (Veolia Environment)
Fax:	+212 039 32 80 01
Email:	
URL:	http://www.client.veoliaenvironnement.ma/Tanger http://www.client.veoliaenvironnement.ma/Tetouan
Direto Geral	Jean-Michel TIBERI

A empresa conta ainda com 24 agências, que se enumeram de seguida:

Agência	Endereço
Imam Ghazali	30, Rue Imam Ghazali
Braness	Rue Sanaoubar
Al Majd	Lotissement Al Maid, lot 30 Av. El Qods n
Souani	105, Rue Haroun Rachid
Rouida	73, Rue Mouley Slimana
Dradeb	72 bis, Rue Imam Mouslim Ain Hayani
Moulay Youssef	Angle Av. Moulay Youssef et la Paix
Boukhalef	En face du Dispensaire Gzenaya
Bir Chifa	Lotissment Al Khair 8 lot 3
Ard Bouhsain	Lotissement Ard Boushain
Assila	Rue Allal Bem Abdellah et Mansour Dahb
Place de Suede	Rue Abi Jarir Tabarani

Agência	Endereço
Ard Boushain	Lotissement Ard Bouhsain
Grand Socco	Place 9 Avril Grand Socco
Grands Comptes	Av. Allal Al Fassi Lot Aviation Agence AL MATAR
AZLA	Route Ooued laou
Oued laou	Av. Al Massira
F'NIQD	Rue Mohamed Zarktouni
M'DIQ	Rue Moussa Ibn Noussair
Matar	Lottissement Aviation
AL QUODS	Route de Tanger
AL AZHAR	Rue Maarakat Anoual
AL MANDRI	Av. Abdelkhalak Torres, rue Chéfchaouen
MARTIL	Av. Moulay Abdeslam

Empresa de Distribuição de Água, de Eletricidade e Gestão de Saneamento de Rabat (REDAL)

(Societé REDAL)

Empresa detida na sua totalidade pelo grupo Veolia, sendo que a EDP era acionista maioritária aquando da formação da sociedade.

Esta concessão serve o município de Rabat/Salé. Encontra-se encarregue dos serviços de água, saneamento e eletricidade desde 1999.

A empresa serve cerca de 2 milhões de habitantes e conta com mais de 1 700 colaboradores, tendo já investido, ao longo da duração do contrato, mais de MAD 14 mil milhões.

É a prova viva do sucesso do modelo de parceria público-privada, em função da boa gestão que tem sido levada a cabo ao longo dos últimos anos.

A REDAL tem efetuado uma forte aposta no setor, particularmente ao nível do saneamento, tendo alocado um montante de MAD 1,83 mil milhões a investir nesta vertente até ao final do ano de 2013.

O quadro seguinte apresenta as diversas formas existentes de entrar em contacto com os responsáveis da REDAL.

Contactos	
Endereço:	10000 Rabat 6, rue Al Hoceima , Hassan boite postale 161 - 10001 RABAT
Telefone:	+212 37 23 82 00 + 212 37 68 48 60 (Veolia Environment)
Fax:	+212 037 72 36 34
Email:	communication@redal.co.ma
URL:	http://www.client.veoliaenvironnement.ma/Redal
Direto Geral	Jean-Michel TIBERI

A empresa conta ainda com 24 agências, que se enumeram de seguida:

Agência	Endereço
Hay Essalam	Secteur 11, à proximité de la mosquée Mohammadi
Bettana	Souk Lakhmiss. Av. Al Fad
Kariat Ouled Moussa	2, Angle Av.Amir Sidi Mohamed et rue Chaouatiaa
My Ismaïl	Av. Chahid Mohamed Ben Hammou, secteur 2
Bab Sebta	Rue El Ayoubi, Bab Sebta
Tabriquet	Angle Av.Mly youssef et Mohamed V
Hay Rahma	1427, rue n°8, Hay Rahma
Laayaada	Av.Bnou Haitam – Commune Urbaine de Laayaada
Bouknadel	Lot Zerdal, Bouknadel
Salé Al Jadida	Av.Fquih Ben Ali Doukali
Agdal	Rue Amrou Bennacer Az-zammouri
Hay Nahda	Av. Mohamed Ben Hassan El Ouzzani derrière la Préfecture de Youssoufia

Agência	Endereço
Takaddoum	144,Avenue Houman Foutouaki
Youssoufi	Krimate- Cité Bouregreg- 141, Av.Kandafa
Hassan	6, rue Al Houceima
Océan	Angle rue Helsenki et rue Roudani
Amal	Angle Av. Al Jihad et Av. Al Massira n°5
Fath	Hay El Fath
Riad	Avenue ARROUMANE HAY RIAD
Témara	Av.Hassan II- Témara (prés de la Gendarmerie royale)
Massira	Angle Av.Omar Ibn Khatab et My Idriss 1er
Harhoura	Centre Commercial Laayoune-Magasin n°5
Skhirat	Route Principale Skhirat-Centre
Bouzinaka	Av. Hassan II (prés de Banque Populaire)

Principais Entidades Adjudicantes

O quadro seguinte enumera as principais entidades adjudicantes do setor da água em Marrocos e que são, no essencial, entidades já previamente referidas e enquadradas no âmbito do funcionamento do setor.

Quadro 24 – Principais entidades adjudicantes do setor da água marroquino

Principais entidades adjudicantes do setor da água em Marrocos
Ministério da Energia, Minas, Água e Ambiente
Ministério do Interior
Ministério da Agricultura e Pescas
Direção Nacional de Eletricidade e Água Potável de Marrocos (ONEE)
Direções Regionais da ONEE
Direção Regional do Sul – Agadir (DR1)
Direção Regional de Tensiftl – Marraquexe (DR2)
Direção Regional do Centro – Khouribga (DR3)
Direção Regional Noroeste – Kenitra (DR4)
Direção Regional do Centro Norte – Fez (DR5)
Direção Regional de Oujda Oriental (DR6)
Direção Regional do Centro Sul – Meknès (DR7)
Direção Regional Províncias Subsarianas – Laayoune (DR8)
Direção Regional Tanger Norte (DR9)
Direção Regional Costa Atlântica (DRC)
Entidade Autónoma Multisserviços de Agadir (RAMSA)
Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Chaouia (RADEEC)
Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água, Eletricidade e Saneamento Líquido das Províncias de El Jadida e Sidi Bennour (RADEEJ)
Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Fez (RADEEF)
Entidade Autónoma de Distribuição de Água, Eletricidade e Saneamento Líquido da Província de Kénitra (RAK)
Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade da Província de Larache (RADEEL)
Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Marraquexe (RADEEMA)
Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Meknès (RADEEM)
Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Oujda (RADEED)
Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Tadla (RADEET)
Entidade Autónoma de Distribuição de Água e Eletricidade de Taza (RADEETA)
Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água e Eletricidade de Safi (RADEES)
Empresa de Distribuição de Água, de Eletricidade e Saneamento de Casablanca (Lydec)
Empresa de Distribuição de Água, de Eletricidade e Saneamento de Tanger e Tétouan (Amendis)
Empresa de Distribuição de Água, de Eletricidade e Gestão de Saneamento de Rabat (REDAL)

Principais Associações Profissionais e Empresariais

Associação Marroquina de Operadores Públicos e Privados de Água e Saneamento (AMEPA)

(L'Association Marocaine d'Eau Potable et l'Assainissement, AMEPA)

Fundada em 1997 por operadores públicos e privados do setor de água e saneamento de Marrocos (produtores, distribuidores, industriais e engenharia), esta associação conta com mais de 120 membros. A associação trabalha em parceria com os seus membros, autoridades locais, associações nacionais e internacionais do setor da água, universidades e centros de investigação.

A associação organiza eventos a nível nacional e internacional de promoção do setor da água, facilitando o contacto entre os intervenientes do setor e abordando os temas mais relevantes do setor.

Consultando o site da associação, podem encontrar-se contactos dos seus vários membros.

Contactos	
Endereço:	Station de traitement ONEE - Bouregreg Rabat, Av.MOhamed Belhassan El Ouzzani BP Rabat Chellah, Rabat-Maroc
Telefone:	(+212) 5 37 76 86 53
Fax:	(+212) 5 37 76 86 51
Email:	amepa@onep.org.ma
URL:	http://www.amepa-maroc.com

Associação Nacional para a Melhoria das Práticas Agrícolas, de Irrigação, de Drenagem e do Meio Ambiente (ANAFIDE)

(Association Nationale des Améliorations Foncières, de l'Irrigation, du Drainage et de l'Environnement, ANAFIDE)

A ANAFIDE é uma ONG com mais de 40 anos de experiência no desenvolvimento rural e agrícola. Detém estatuto de utilidade pública e é o representante oficial de Marrocos na Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem (CIGR).

Entre os seus membros, contam-se quadros de diversos organismos públicos, semipúblicos e privados, mantendo estreitas relações com inúmeras instituições e associações nacionais e internacionais. Foram criados comités técnicos nas áreas da gestão da irrigação, infraestruturas, desenvolvimento rural, comunicação, edição e informação, que permitem à associação desempenhar as suas funções de apoio ao setor da água com a máxima competência.

A sua atuação é sentida fundamentalmente através da organização de eventos do setor da água, lançamento de publicações e criando fóruns para o contacto entre as variadas entidades a operar no setor da água marroquino.

Contactos	
Endereço:	2, Rue Haroun Errachid, Agdal, Rabat-MAROC
Telefone:	(+212) 61 09 41 75 / 37 67 03 20 / 37 67 03 20
Fax:	(+212) 37 67 03 03 / 37 670 303
Email:	anafide.ma@gmail.com
URL:	http://www.anafide.org

Principais Universidades e Centros de Investigação

Universidade Cadi Ayyad (UCA)

(Université Cadi Ayyad, UCA)

A UCA, para além das suas funções de formação em diversas áreas de ensino, tem como missão a investigação tecnológica e científica, a difusão de informação, a cooperação nacional e internacional e a participação na economia local e regional.

Contactos	
Endereço:	Bd. Abdelkrim Khattabi, B.P. 511 - Marrakech
Telefone:	(+212) 5 24 43 48 85
Fax:	(+212) 5 24 43 44 94
Email:	presidence@uca.ma / sg@uca.ma
URL:	http://www.uca.ma

Universidade Al Akhawayn (AUI)

(Al Akhawayn University, AUI)

A AUI é uma entidade pública sem fins lucrativos, independente, assente numa formação em língua inglesa, baseada no sistema educacional norte-americano. Oferece cursos nas áreas das humanidades e ciências sociais, ciência e engenharia e gestão de empresas.

Estabeleceu parcerias com importantes entidades nacionais e internacionais.

Contactos	
Endereço:	Avenue Hassan II, 104, 53000 Ifane, Maroc
Telefone:	(+212) 5 35 86 20 00
Fax:	(+212)-5 35 56 71 50
Email:	AlAkhawayn@aui.ma
URL:	http://www.aui.ma

Universidade Mohammed V-Agdal (UM5A)

(University Mohammed V-Agdal, UM5A)

A Universidade Mohammed V-Agdal presta serviços de investigação científica e tecnológica, estabelecendo parcerias com instituições públicas e privadas dos setores produtivos e de serviços em Marrocos. A sua oferta formativa centra-se nas letras e humanidades, ciências, direito e gestão e economia.

Contactos	
Endereço:	Avenue Al Oumam AlMouttahida -ex Nations Unies, Agdal, 10000 Rabat, Maroc
Telefone:	(+212) 05 37 27 27 50
Email:	contact@um5a.ac.ma
URL:	http://www.um5a.ac.ma

Instituto Internacional de Água e Saneamento (IEA)

(Institut International de l'Eau et de l'Assainissement, IEA)

O Instituto Internacional de Água e Saneamento (IEA) foi criado em 2008 com o objetivo de desenvolver atividades de formação e investigação no setor da água.

As suas principais tarefas consistem em formar e capacitar os recursos humanos com vista à melhoria da gestão do setor da água, desenvolver os serviços de água e saneamento através do recurso a tecnologias, métodos e práticas de gestão adequadas e prestar assistência técnica internacional a operadores do setor da água. O IEA está neste momento a prestar assistência técnica em países como o Senegal e a Mauritânia, desenvolvendo parcerias com entidades de diversos países, sendo de destacar o envolvimento com entidades espanholas.

A missão da IEA é democratizar o acesso à água e saneamento das populações de Marrocos e promover uma abordagem integrada do setor da água a nível nacional.

Contactos	
Endereço:	Station de tratement, Av. Mohamed Belhassan El Ouazzani,, BP : Rabat-Chellah 10002
Telefone:	(+212) 5 37 75 99 95
Fax:	(+212) 5 37 63 91 58
Email:	contact@iea.ma
URL:	http://www.iea.ma

Instituto Científico de Rabat

(L'Institut Scientifique)

O Instituto Científico de Rabat foi criado em 1920 e tem por objetivo desenvolver atividades de investigação na área das ciências naturais, nomeadamente com flora, fauna e solos.

Entre as suas funções principais estão a inventariação do ambiente físico e biológico, a criação de coleções para o Museu Natural da História Natural, a construção de uma biblioteca e a renovação de laboratórios, observatórios e qualquer instalação necessária à investigação científica.

O Instituto é composto pelos departamentos da botânica e ecologia vegetal, ciências da terra (geologia, cartografia, geomorfologia, física da terra e teledeteção) e da zoologia e ecologia animal.

Contactos	
Endereço:	Avenue Ibn Battota, B.P. 703, Agdal 10106 Rabat - Maroc
Telefone:	(+212) 5 37 77 45 48 / 5 37 77 45 49 / 5 37 77 45 50
Fax:	(+212) 5 37 77 45 40
Email:	direction@israbat.ac.ma
URL:	http://www.israbat.ac.ma

Agências de Apoio ao Desenvolvimento

Banco Africano de Desenvolvimento – Departamento Nacional de Marrocos (MAFO)

(Banque Africaine de Developpement – Bureau National du Maroc, MAFO)

O Departamento Nacional de Marrocos do Banco Africano de Desenvolvimento apoia e financia grandes projetos de infraestruturas, nomeadamente ao nível da água e do saneamento, nos mais variados países africanos. Disponibiliza ainda linhas de crédito e empréstimos, com o intuito de apoiar pequenas e médias empresas.

Em 2011, o investimento do Banco Africano no norte de África equivalia a cerca de 22% do investimento total realizado pelo banco.

Dois dos projetos mais significativos conduzidos pelo Banco Africano são precisamente em Marrocos: o Programa de Desenvolvimento do Setor Financeiro em Marrocos e o Programa de Investimento 2008-2018 do *Office Chérifien des Phosphates* (OCP) de Marrocos.

Foi aprovado no final de 2012 um projeto desta entidade, dirigido ao setor da água em Marrocos avaliado em mais de 240 milhões de euros. O início do projeto está previsto para novembro de 2013 e terá como foco a região de Marraquexe. O projeto está a ser implementado pela ONEE, a Direção Nacional de Eletricidade e Água Potável de Marrocos.

Contactos	
Endereço:	Bâtiment B7 Parc Technopolis Sala Al Jadida B.P. 592 Rabat Chelah, Maroc
Telefone:	(+212) 5 30 17 73 00
Fax:	(+212) 5 38 01 44 02
Email:	y.fal@afdb.org
URL:	http://www.afdb.org/en/countries/north-africa/morocco
Representante:	Yacine FAL

Banco Europeu de Investimento – Agência de Rabat

(Banque Européene d'Investissment – Bureau de Rabat)

O Banco Europeu de Investimento presta serviços de financiamento e consultoria em projetos em todo o mundo. É o maior mutuário e mutuante multilateral a nível mundial, contando com mais de 30 escritórios regionais e mais de 50 anos de experiência.

As suas operações incluem o Reino de Marrocos, país onde possui uma delegação regional.

Em 2011, o Banco Europeu de Investimento aprovou 700 milhões de euros de financiamento adicionais com destino ao Reino de Marrocos.

Contactos	
Endereço:	Riad Business Center, Aile sud, Immeuble S3, 4 étage, Boulevard Er-Riad, 10100 Rabat
Telefone:	(+212) 5 37 56 54 60
Fax:	(+212) 5 37 56 53 93
Email:	rabat@eib.org
URL:	http://www.eib.org/infocentre/contact/offices/morocco.htm
Diretor:	Guido PRUD'HOMME

Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

(Agence Française de Dévelopment, AFD)

A Agência Francesa de Desenvolvimento é uma instituição financeira e a principal agência de apoio ao desenvolvimento de países em vias de desenvolvimento e territórios estrangeiros de França. Os instrumentos financeiros ao dispor da AFD são garantias, empréstimos, subvenções e participações.

A AFD investiu em Marrocos, desde 2007, mais de 1.700 milhões de euros. Ao nível do setor da água, contribuiu com 180 milhões de euros para o programa do OCP, com horizonte temporal até 2020, nas vertentes de saneamento e dessalinização.

A AFD investiu ainda na melhoria do acesso das populações rurais a água potável (20 milhões de euros), despoluição e saneamento (65 milhões de euros) e na irrigação (40 milhões de euros).

Outras áreas de atuação são o financiamento de PME e o apoio a PPP e concessões nas áreas do ambiente, nomeadamente da água.

Contactos	
Endereço:	162, avenue Mohammed VI, Souissi – (Rabat) / 15, avenue Mers-Sultan (Casablanca)
Telefone:	(+212) 537 63 23 94/95 (Rabat) / (+212) 522 22 78 74 (Casablanca)
Fax:	(+212) 537 63 23 97 (Rabat) / (+212) 522 29 53 98 (Casablanca)
Email:	afdrabat@afd.fr (Rabat) / afdprocasablanca@groupe-afd.org (Casablanca)
URL:	http://www.afd.fr/home/pays/mediterranee-et-moyen-orient/geo/maroc/afd-maroc
Diretor:	Joël DALIGAULT

Agência de Desenvolvimento Alemã (GIZ)

(Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, GIZ)

A GIZ auxilia o governo alemão em matéria de cooperação internacional, desenvolvendo uma grande variedade de serviços, em diversos setores de atividade. Marrocos é um país prioritário para a GIZ, com quem trabalha em parceria já desde 1975, mantendo um escritório em Rabat desde 1999.

A atuação da GIZ em Marrocos está assente em três vertentes fundamentais: desenvolvimento económico sustentável, uso e gestão da água e ambiente e alterações climáticas. Um dos seus objetivos passa também por criar oportunidades de *networking* entre os intervenientes dos vários setores de atividades económica marroquina e potenciais parceiros internacionais.

Em Marrocos, o seu principal contributo para o setor da água passa pela participação no Programa Agire (*Programme d'Appui à la Gestion Intégrée des Ressouurces en Eau*).

Contactos	
Endereço:	2, Avenue Tour Hassan Rabat Hassan, B.P. 433, 10 000 Rabat R.P.
Telefone:	(+212) 5 37 20 45 17
Fax:	(+212) 5 37 20 45 19
Email:	giz-marokko@giz.de
URL:	http://www.giz.de/en/worldwide/340.html
Diretor:	Jürgen DIERLMAIER

Banco Mundial

(World Bank)

O Banco Mundial é uma fonte vital de financiamento e assistência técnica nos países em vias de desenvolvimento, constituído por 188 países membros e presente em mais de 100 países. O Banco Mundial possui um escritório em Marrocos, Rabat.

O Banco Mundial auxilia os países através da conceção de empréstimos com baixas taxas de juro, créditos sem juros e bolsas. As suas áreas de atuação fundamentais são educação, saúde, administração pública, infraestruturas, desenvolvimento dos setores financeiro e privado, agricultura e gestão ambiental e dos recursos naturais. Os beneficiários desta ajuda podem ser governos, outras instituições multilaterais, bancos comerciais, agências de créditos às exportações e investidores privados.

Um projeto de relevo desenvolvido pelo Banco Mundial em Marrocos traduziu-se numa parceria com a RADEEJ (Entidade Autónoma Intermunicipal de Distribuição de Água, Eletricidade e Saneamento Líquido das Províncias de El Jadida e Sidi Bennour) ao nível do saneamento (investimento de 67 milhões de euros).

Entre 2008 e 2012, o Banco Mundial prestou apoio a Marrocos num montante a rondar os 1 900 milhões de dólares, estando a maioria do investimento alocado ao aproveitamento de energia solar, água e saneamento, inclusão social e emprego.

Contactos	
Endereço:	7, Rue Larbi Ben Abdellah, Souissi, Rabat, Maroc
Telefone:	(+212) 5 37 63 60 50
Email:	ialaoui@worldbank.org
URL:	http://www.worldbank.org/en/country/morocco
Diretor:	Simon GRAY

3.2. Estratégia Governamental para o Setor

Introdução

Em Marrocos, a política que delineia a estratégia governamental para o setor da água assume a forma da Estratégia da Água. Esta estratégia define os princípios orientadores para o desenvolvimento do setor a médio/longo prazo, sendo no entanto de destacar outras iniciativas que assumem particular relevo para o crescimento e modernização do setor, nomeadamente:

- Programa Nacional de Saneamento Líquido e Tratamento de Águas Residuais (PNA);
- Programa Nacional de Saneamento em Meio Rural (PNAR);
- Programa Nacional de Recuperação do Défice de Abastecimento de Água e Saneamento em Bairros Periurbanos Desfavorecidos (PNRD);
- Lei da Água (Lei n.º 10-95).

De seguida, descrevem-se no essencial, cada uma destas políticas orientadoras do governo marroquino.

Estratégia da Água

No sentido de dar um novo impulso à política nacional marroquina para o setor da água, surge em 2009 um novo quadro de referência para o setor, sob a forma da Estratégia da Água.

Esta nova estratégia visa dotar o Reino de Marrocos dos mecanismos necessários para um desenvolvimento sustentado do setor da água, preparando o país para a impressibilidade das variáveis climáticas.

Assim, sem prejuízo dos investimentos previstos em outros programas dirigidos ao setor da água, a Estratégia da Água contempla um investimento adicional de 82 mil milhões de dirhams para o período 2010-2030.

A Estratégia para a Água pode ser desagregada em seis eixos fundamentais, a saber:

- **Gestão da procura de água e valorização dos recursos hídricos;**
- **Gestão e desenvolvimento da oferta de água;**
- **Preservação e proteção dos recursos hídricos, habitats naturais e áreas de maior fragilidade;**
- **Redução das vulnerabilidades naturais e adaptação às alterações climáticas;**
- **Continuação das reformas legais e institucionais;**
- **Melhoria da informação e dos meios e capacitação de recursos humanos.**

Aborda-se de seguida cada um destes eixos de forma breve.

Gestão da Procura de Água e Valorização dos Recursos Hídricos

Num contexto de escassez de recursos hídricos, como é o caso em Marrocos, o recurso à gestão da procura de água e valorização dos recursos hídricos torna-se num imperativo nacional. Para tal, o país recorre à implementação de instrumentos de caráter técnico, regulamentar e financeiro.

Para atacar este problema, o Governo marroquino estabelece prioridade para as suas áreas de intervenção distintas: a irrigação agrícola e as águas de abastecimento, industriais e de turismo. Assim, o quadro seguinte apresenta as principais metas propostas nesta matéria.

Quadro 25 – Metas do eixo "gestão da procura de água e valorização dos recursos hídricos"

Meta	Potencial de poupança
Poupança ao nível da irrigação	
Reconversão para irrigação local	2 mil milhões m^3/ano (40 000 ha por ano)
Melhoria do sistema de abastecimento às áreas irrigadas	400 milhões m^3/ano
Poupança ao nível do abastecimento, indústria e turismo	
Melhoria da rede de abastecimento urbano	120 milhões m^3
Incentivo ao uso de tecnologias de poupança de água	
Revisão do sistema de tarifas	
TOTAL	**2,52 mil milhões m^3/ano**

Fonte: Estratégia da Água de Marrocos

Como se pode ver, Marrocos espera obter uma poupança de mais de 2,5 mil milhões de m^3 anuais de água, a maioria dos quais provenientes de uma reforma no setor agrícola, através da reconversão para irrigação local.

Gestão e Desenvolvimento da Oferta de Água

Ao nível da oferta de água, o Governo marroquino tem efetuado um grande esforço, pretendendo mobilizar mais de 3 mil milhões de m^3 de água até 2030, da forma que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 26 – Metas do eixo "gestão e desenvolvimento da oferta de água"

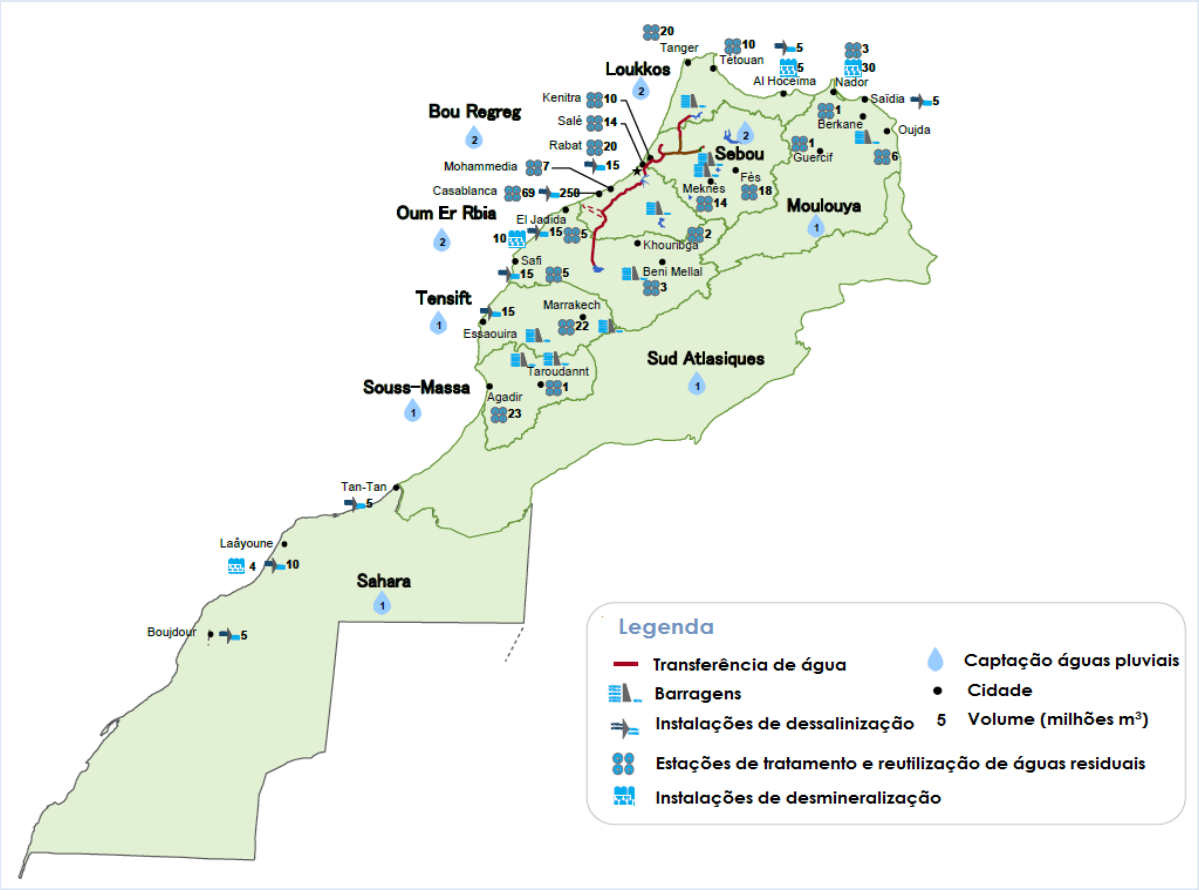
Meta	Mobilização de água
Mobilização de água convencional	
Construção de 3 grandes barragens por ano (60 barragens)	1,7 mil milhões m^3/ano
Construção de pequenas barragens para desenvolvimento local (1000 barragens)	
Programas de transferência de água Norte-Sul	800 milhões m^3/ano
Mobilização de água não convencional	
Programas de dessalinização e desmineralização	400 milhões m^3/ano
Programas de tratamento e reciclagem de águas residuais	300 milhões m^3/ano
Recolha de águas pluviais	
TOTAL	**3,2 mil milhões m^3/ano**

Fonte: Estratégia da Água de Marrocos

As metas para a mobilização de água totalizam os 3,2 mil milhões de m^3 anuais, em grande medida provenientes da construção de 3 grandes barragens por ano, num total de 60 barragens, no horizonte temporal de duração da Estratégia da Água.

Para levar estas metas a efeito, o Governo marroquino está a estudar a possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas, particularmente ao nível dos grandes projetos de transferência de água e dessalinização, bem como na construção de pequenas barragens.

As ações de mobilização de recursos hídricos encontram-se sintetizadas na figura seguinte.



Fonte: Estratégia da Água de Marrocos

Figura 13 – Cartografia das ações de mobilização de água em Marrocos

Preservação e Proteção dos Recursos Hídricos, Habitats Naturais e Áreas de Maior Fragilidade

A preservação dos recursos hídricos em Marrocos centra-se em três vertentes fundamentais, a saber:

- Proteção e restituição de águas subterrâneas;
- Proteção dos resíduos hídricos contra a poluição;
- Proteção de bacias hidrográficas, zonas húmidas e oásis.

A proteção de águas subterrâneas é fundamental para Marrocos, uma vez que estas reservas de água têm sido fundamentais para a agricultura do país e para o combate ao êxodo rural e à desertificação das regiões interiores, sendo que o nível de exploração atual é verdadeiramente insustentável.

A estratégia passará assim por:

- Limitação da bombagem de águas subterrâneas (revisão de tarifas, revisão dos limites à exploração em áreas de sobre-exploração, eliminação de subvenções e incentivos à sobre-exploração, implementação de perímetros de interdição e restrição de bombagem, uso de técnicas mais económicas, implementação de licenças de autorização à profissão, etc.);
- Reforço dos sistemas de controlo e sancionatórios (reforço das competências da "polícia da água");
- Substituição dos recursos subterrâneos por outros de diferente espécie;
- Programas de recarga artificial (180 milhões de m^3 anuais);
- Reinserção de águas residuais (100 milhões de m^3 até 2030);
- Substituição dos volumes de águas subterrâneas recolhidos pela ONEE e entidades municipais por águas superficiais (90 milhões de m^3 até 2030);
- Reforço das responsabilidades das Agências de Bacias Hidráulicas (ABH) na gestão das bacias.

Ao nível da proteção dos resíduos hídricos contra a poluição, os objetivos são os seguintes:

- Aceleração do Programa Nacional de Saneamento e Tratamento de Águas Residuais (com uma meta de taxa de atendimento em serviços de saneamento de 90% até 2030);
- Implementação de um Programa de Saneamento Rural (também com uma meta de taxa de atendimento em serviços de saneamento de 90% até 2030);
- Desenvolvimento de um Programa Nacional de Prevenção e Luta contra a Poluição Industrial;
- Implementação de um Plano Nacional de Gestão de Lixos Domésticos e Similares.

Em termos de proteção de bacias hidrográficas, zonas húmidas e oásis, a Estratégia da Água projeta as seguintes medidas:

- Proteção das bacias hidrográficas a montante de barragens contra a erosão;
- Programa de proteção de fontes aquíferas;
- Programa de proteção de zonas húmidas e lagos naturais;
- Preservação dos oásis e luta contra a desertificação;
- Proteção do litoral;
- Limitação e controlo da bombagem nas bacias afetadas diretamente e nos lagos naturais;
- Melhoria da alimentação dos lagos através do desvio de cursos de água e gestão dos limites e de pequenas barragens a montante.

Redução das Vulnerabilidades Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas

Em virtude da sua localização geográfica e das alterações climáticas, Marrocos está confrontado com riscos naturais associados a fenómenos extremos: inundações e secas.

Ao nível da melhoria da proteção de pessoas e bens contra situações de inundação, a Estratégia para a Água prevê as seguintes medidas:

- Completar as ações previstas no Plano Nacional de Proteção Contra Inundações (objetivo: 20 áreas a serem protegidas todos os anos);
- Integrar o risco de inundação no Plano de Ordenamento do Território, no planeamento urbano e no Plano de Gestão de Bacias Hidrográficas;
- Melhorar o sistema de informação de previsão meteorológica e da hidrologia urbana;
- Desenvolver um sistema de alerta de cheias e planos de socorro e salvamento;
- Desenvolver mecanismos financeiros (seguros e fundos de catástrofes naturais).

Em termos da mitigação dos efeitos das secas, o objetivo é implementar uma estratégia de nível nacional. Para tal, o Governo marroquino pretende implementar as seguintes medidas:

- Implementação de planos de gestão de situações de seca, em cada uma das bacias hidrográficas do país;
- Caracterização das secas (identificação e proposta de indicadores de monitorização);
- Implementação de medidas estruturais (diversificação das fontes de aprovisionamento de água);
- Elaboração de Planos de Emergência;
- Desenvolvimento de mecanismos financeiros, seguros e fundos de catástrofes naturais.

Continuação das Reformas Legais e Institucionais

Desde o início da década de 90, Marrocos tem vindo a implementar uma série de medidas legislativas, que se traduzem em leis de extrema relevância para o setor da água, como é o caso da Lei da Água (Lei 10-95) ou de diversas leis de índole ambiental. Nessa legislação, são adotados princípios tão importantes como o do poluidor-pagador ou a criação das Agências de Bacias Hidrográficas.

No entanto, estes avanços legais devem ser complementados por textos focalizados na prevenção e luta contra as inundações, na gestão da água em períodos de seca ou na implementação do princípio do poluidor-pagador. Devem ainda ser focalizadas áreas omissas na legislação nacional, como é o caso da descarga de águas residuais no mar, a dessalinização de água do mar ou da economia da água.

Um estudo realizado em 2011 permitiu identificar o estado-da-arte da implementação de textos legislativos no setor da água. Como se pode ver no quadro seguinte, há ainda um longo caminho a percorrer nesta matéria.

Quadro 27 – Estado-da-arte do quadro legislativo do setor da água em Marrocos, em 2011

Natureza do texto	Publicado	Pendente de aprovação	Em revisão	Em elaboração	Total	% de Realização
Decretos	27	2	2	0	31	87
Despachos	52	6	5	37	100	52
TOTAL	**79**	**8**	**7**	**37**	**131**	**60**

Fonte: Estratégia da Água de Marrocos

Melhoria da Informação e dos Meios e Capacitação de Recursos Humanos

De forma a acompanhar a aplicação das medidas previstas na Estratégia da Água, o Governo marroquino planeou um grande investimento na formação dos recursos humanos e na aquisição de equipamentos no setor da água. Assim, a Estratégia da Água contempla as seguintes medidas:

- Modernização da administração e desenvolvimento de sistemas de informação, particularmente de um sistema de informação da água, dirigido a profissionais do setor, bem como do grande público;
- Modernização de infraestruturas;
- Reforço da investigação e desenvolvimento;
- Capacitação de recursos humanos.

Em conclusão, em termos quantitativos, a Estratégia da Água implica, como já se viu anteriormente, um impacto de cerca de 2,5 mil milhões de m^3 anuais de água adicionais, de poupança pelo lado da procura e um impacto de cerca de 3,2 mil milhões de m^3 de recursos adicionais, pelo lado da oferta.

Adicionalmente, são ainda esperados impactos de índole qualitativa, nomeadamente:

- Um uso mais responsável dos recursos hídricos, através de uma alteração nos hábitos de consumo;
- Melhoria das tecnologias de irrigação e aposta em culturas de grande valor acrescentado;
- Valorização de água atualmente perdida no mar e reposição dos *stocks* de águas subterrâneas;
- Acesso generalizado a água potável nas zonas urbanas e rurais;
- Diminuição da poluição nas áreas urbanas, melhoria das taxas de atendimento de saneamento nas zonas rurais (90% em 2030) e a generalização de práticas de reutilização de águas residuais;
- Proteção dos lagos naturais contra a poluição e situações de seca extrema.

Programa Nacional de Saneamento Líquido e Tratamento de Águas Residuais (PNA)

O Programa Nacional de Saneamento Líquido e Tratamento de Águas Residuais (PNA) foi lançado em 2005 e tem um horizonte temporal com término em 2030.

O PNA fixa objetivos específicos para 2016, 2020 e 2030, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 28 – Metas de saneamento preconizadas no PNA

Meta	2016	2020	2030
Taxa de atendimento na vertente saneamento em meio urbano	75%	80%	100%
Volume de águas residuais tratadas	50%	80%	100%
Tratamento de águas residuais ao nível terciário e sua reutilização		50%	100%

Fonte: Ministério do Interior

Deste modo, os principais impactos do PNA serão a melhoria das condições sanitárias das comunidades intervencionadas, bem como das bacias hidrográficas do país. Os impactos do PNA podem também ser sentidos ao nível do turismo, criação de emprego e da dinamização do mercado da água.

O PNA propõe-se, em linhas gerais, a reabilitar e expandir a rede de saneamento em Marrocos, fazer um melhor aproveitamento de águas pluviais e construir estações de tratamento primário, secundário e terciário em 330 cidades marroquinas e centros urbanos, contemplando uma população de cerca de 10 milhões de habitantes.

Podem ainda estabelecer-se eixos de apoio às metas fundamentais definidos no Programa, a saber:

- Combate à poluição industrial;
- Reformulação do quadro jurídico;
- Desenvolvimento de capacidades organizacionais, financeiras e humanas;
- Maior aproveitamento das águas residuais;
- Mobilizar intervenientes do setor e sociedade civil;
- Melhoria das condições de acesso a saneamento em meio rural.

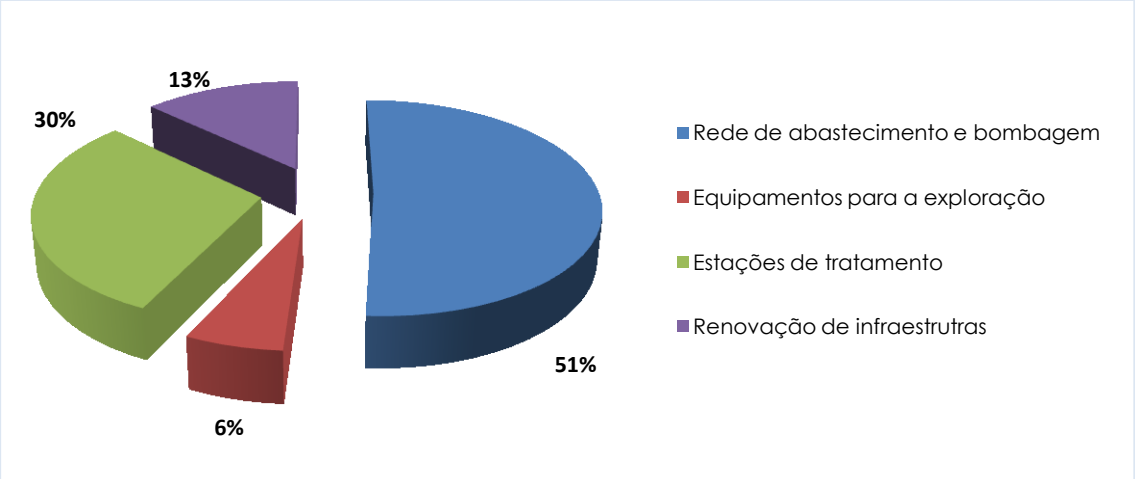
A elegibilidade de projetos a integrarem o PNA está dependente das seguintes condições:

- Disponibilidade de estudos técnicos;
- Mobilização dos financiamentos;
- Importância do projeto para a saúde das populações;
- Relevância dos impactes ambientais das águas residuais no ambiente;
- Possibilidade de reutilização de águas residuais;
- Importância e concentração das povoações;
- Imperativos ligados à proteção contra inundações;
- Atividades de desenvolvimento económico-social programadas pelo estado ou coletividades locais.

O modo de realização do PNA contempla 3 vertentes distintas, a saber:

- Cooperação técnica;
- Cooperação financeira;
- Parceria público-privada.

O custo do Programa está estimado em cerca de 50 mil milhões de dirhams, só até ao ano de 2020. A maior fatia do investimento encontra-se alocada à rede de abastecimento e bombagem, como se pode ver na figura seguinte.



Fonte: Ministério do Interior

Figura 14 – Distribuição dos Investimentos do PNA

Entre 2012 e 2016, é implementada a terceira tranche do Programa, beneficiando cerca de 5 milhões de pessoas em 80 cidades distintas. Só em 2013, o Programa prevê um investimento de 900 milhões de dirhams.

A realização do PNA fica a cargo da ONEE e das entidades municipais.

Programa Nacional de Saneamento em Meio Rural (PNAR)

O Programa Nacional de Saneamento em Meio Rural (PNAR) é um instrumento previsto no Plano Nacional de Saneamento Líquido e Tratamento de Águas Residuais (PNA).

O PNAR surge da necessidade de dedicar especial atenção às zonas rurais marroquinas, uma vez que o PNA assume um carácter essencialmente urbano e periurbano. Paralelamente, o PNA não cobre pequenos agrupamentos de habitações rurais, nem estes beneficiam de qualquer sistema de evacuação e tratamento de águas residuais.

O PNAR não foi ainda elaborado, sendo as prioridades definidas pelo governo marroquino nesse sentido, as seguintes:

- Diagnóstico do estado-da-arte em matéria de saneamento líquido;
- Análise comparativa das opções possíveis (ao nível de técnicas, tecnologias, institucionais, financeiras, etc.);
- Elaboração do PNAR;
- Identificação das medidas de acompanhamento do PNAR.

Como resultado deste Programa, espera-se a conceção de uma Estratégia de Saneamento Rural para Marrocos.

Programa Nacional de Recuperação do Défice de Abastecimento de Água e Saneamento em Bairros Periurbanos Desfavorecidos (PNRD)

O PNRD não foi ainda estabelecido, sendo que o seu foco de atenção está dirigido à diminuição das disparidades inter-regionais em matéria de saneamento em Marrocos, centrando o seu raio de ação nos bairros mais desfavorecidos do país.

Os objetivos do PNRD são os seguintes:

- Redução do défice de abastecimento de água e saneamento em bairros periurbanos desfavorecidos;
- Eliminação dos fatores crónicos de acumulação do défice de abastecimento e saneamento;
- Aumento da velocidade de convergência com os objetivos de desenvolvimento no acesso a serviços de água e saneamento nos bairros desfavorecidos.

Em temos quantitativos, o quadro seguinte ilustra os objetivos definidos pelo Programa.

Quadro 29 – Objetivos do PNRD

Objetivo	
Acesso a água potável	160 000 famílias
Acesso a saneamento	240 000 famílias

Fonte: Ministério do Interior de Marrocos

O custo total do Programa encontra-se estimado em 5,5 mil milhões de dirhams. Os investimentos distribuem-se da forma apresentada no quadro seguinte.

Quadro 30 – Investimentos do PNRD

Investimento	
Acesso a água potável	1,38 mil milhões de dirhams
Acesso a saneamento	4,13 mil milhões de dirhams
TOTAL	**5,5 mil milhões de dirhams**

Fonte: Ministério do Interior de Marrocos

Lei da Água (Lei n.º 10-95)

A Lei da Água teve na sua génese o desejo de estabelecer uma política nacional para o setor da água baseada numa perspetiva de longo prazo, que tenha em consideração, por um lado, a evolução dos recursos e, por outro, as necessidades de recursos hídricos em Marrocos. Institui premissas legais no sentido da racionalização da água, da democratização do acesso à água, do fomento da solidariedade inter-regional e da redução das disparidades entre cidades e país, no âmbito de programas cujo objetivo seja assegurar a segurança hidrológica por todo o país.

Esta Lei é também originada pela necessidade de efetuar mais um contributo para a criação de um quadro legal para parcerias entre a administração e as regiões, com vista à redução das disparidades.

Assim, a Lei da Água constitui a base legal para a política nacional de recursos hídricos de Marrocos. A Lei será abordada em maior detalhe no capítulo deste manual referente ao quadro legal e regulatório específico ao setor da água (Capítulo 3.5. Quadro Legal e Regulatório Específico ao Setor).

Investimentos Associados à Estratégia Governamental para o Setor

Em matéria de investimentos, a Estratégia da Água prevê a alocação de 82 mil milhões de dirhams para o período compreendido entre 2010 e 2030. Existem, no entanto, outros programas com investimentos no setor devidamente quantificados. O quadro seguinte ilustra isso mesmo.

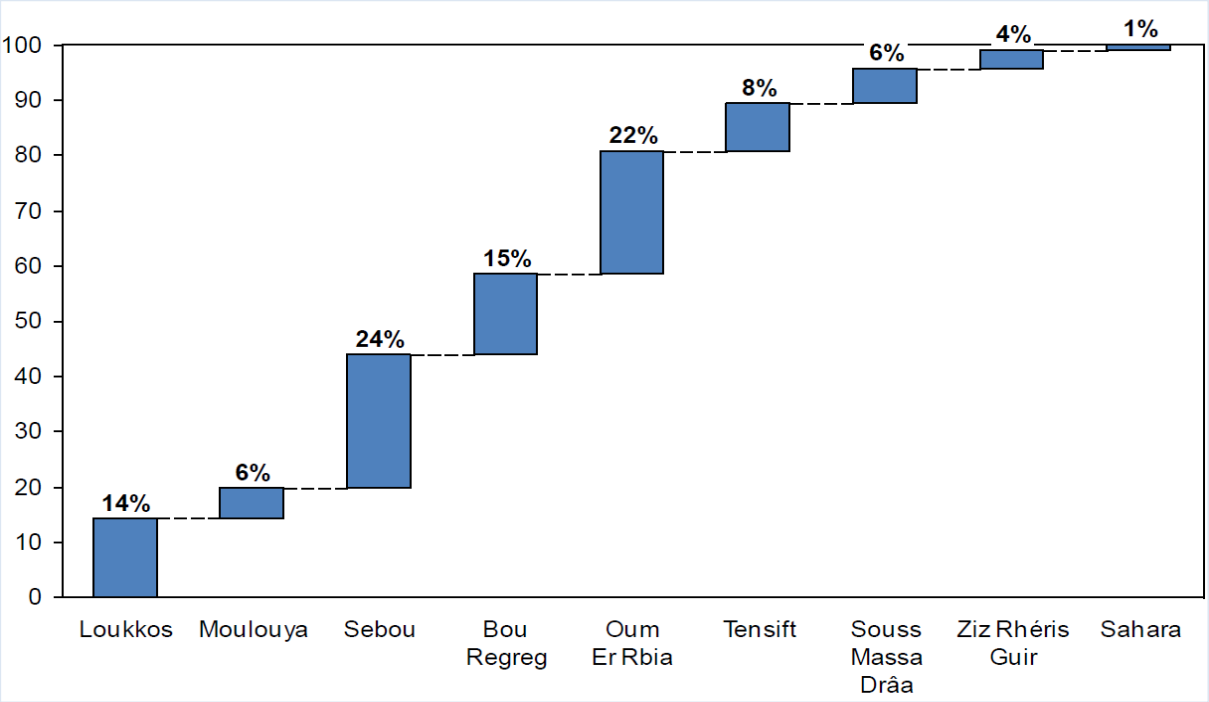
Quadro 31 – Plano de Investimentos no setor da água marroquino

Eixo	Custo Total	Ação	Custo da Estratégia da Água	Custo de outras ações
Gestão da Procura de Água	MAD 33 mil milhões	Poupança de água na irrigação	3	29
		Poupança de água na indústria	<1	
Gestão e desenvolvimento da oferta de água	MAD 65 mil milhões	Barragens	28	
		Transferências de água	20	
		Dessalinização e desmineralização	12	
		Captação de águas pluviais	<1	
		Exploração de águas subterrâneas	<1	
		Acesso a água potável em meio rural		5
Preservação e proteção dos recursos hídricos, habitats naturais e áreas de maior fragilidade	MAD 43 mil milhões	Saneamento em meio urbano		34
		Reciclagem de águas residuais	3	
		Proteção de recursos hídricos subterrâneos	<1	
		Recarga artificial de águas subterrâneas	<1	
		Proteção de lagos naturais	<1	
		Saneamento em meio rural	5	
Redução das vulnerabilidades naturais	MAD 4 mil milhões	Proteção contra inundações	4	1
Melhoria da informação, meios e recursos humanos	MAD 5 mil milhões	Delimitação do domínio público hidráulico	<1	
		SI, competências e equipamentos	5	
Custo Total =	**MAD 151 mil milhões**		**MAD 82 mil milhões**	**MAD 69 mil milhões**

Fonte: Estratégia da Água de Marrocos

Estes investimentos serão distribuídos por cada uma das bacias hidrográficas de Marrocos, sendo que, naturalmente, às bacias com maiores capacidades ou situadas em regiões de maior nível populacional, corresponderá uma maior fatia do investimento.

Assim, como se pode ver na figura seguinte, as bacias de Sebou, Oum Er Rbia e Bou Regreg serão aquelas em que será efetuado o maior investimento.



Fonte: Estratégia da Água de Marrocos

Figura 15 – Distribuição dos investimentos pelas bacias hidrográficas marroquinas

3.3. Papel das Instituições Financeiras Multilaterais

Introdução

O mercado das multilaterais financeiras apresenta um enorme potencial no que diz respeito a oportunidades de negócio, investimento e parcerias internacionais.

As oportunidades de negócio para empresas junto das Instituições Financeiras Internacionais (IFI) compreendem:

▷ **O Mercado de *procurement*** (contrato de licitação pública para aquisição de bens e serviços)

Designa-se por *procurement* a aquisição de bens, obras e serviços através de concursos lançados no âmbito de financiamentos, concessões e/ou créditos feitos por qualquer Instituição Financeira Multilateral a entidades públicas dos países beneficiários.

Embora a competição seja grande, estes concursos constituem atrativas oportunidades de negócio para as empresas, ao mesmo tempo que contribuem para o seu prestígio.

▷ **O Setor Privado** (Financiamento de Projetos de Investimento)

O denominado setor privado das IFI estabelece operações bilaterais com empresas ou com a Banca (excluindo o setor público), tendo por objetivo:

- Facultar o acesso ao crédito às empresas das regiões e países excluídos do mercado privado de capital;
- Financiar programas em países considerados de risco elevado para o investimento privado.

As oportunidades nesta área compreendem o financiamento de projetos de investimento de empresas privadas, desde que os referidos projetos se incluam nas diretrizes da respetiva IFI, no que se refere ao desenvolvimento dos países beneficiários, contribuindo, desta forma, para o seu desenvolvimento sustentável. A atração desta forma de financiamento reside nas condições vantajosas de financiamento que as IFI oferecem, em relação às condições existentes no mercado.

▷ **Os *Trust Funds,*** ou Fundos de Cooperação Técnica

Trata-se de fundos que Portugal mantém junto de algumas IFI e cujos recursos se destinam a financiar serviços de consultoria e assistência técnica nos países beneficiários, essenciais para a posterior implementação dos projetos dessa IFI.

Constituem também uma oportunidade para as empresas nacionais visto que, em alguns destes *Trust Funds,* parte dos montantes ainda se encontram destinados apenas a empresas portuguesas, sendo estes designados por "fundos ligados", em oposição aos "fundos desligados" aos quais as empresas de qualquer país membro da IFI podem concorrer.

Estes instrumentos são geridos pelos bancos, sendo os projetos a que se destinam apresentados ao país doador para aprovação e as empresas intervenientes selecionadas pelo gestor do projeto.

As multilaterais financeiras, de uma forma genérica, oferecem os seguintes produtos financeiros aos seus clientes, privados ou públicos:

- Empréstimos a longo-prazo, com taxas de juro de mercado;
- Empréstimos a longo-prazo com juros bonificados;

- Participações de capital;
- Garantias;
- Donativos destinados ao financiamento de atividades específicas nos países de menor rendimento;
- Produtos de financiamento estruturado e gestão de risco;
- Programas de facilitação do comércio internacional;
- Fundos de cooperação técnica (*Trust Funds*), bilaterais ou multilaterais, constituídos por doadores para financiamento específico de determinadas áreas de projetos de consultadoria e assistência técnica.

As IFI definem as regras de *procurement* que estabelecem os critérios a seguir pela entidade promotora local no fornecimento de bens, na execução de obras e na contratação de serviços de consultoria para a elaboração de estudos ou para a gestão de determinados procedimentos. Estas aquisições são financiadas pelo projeto mediante concursos públicos nacionais e/ou internacionais.

As multilaterais financeiras, de uma forma genérica, oferecem as seguintes oportunidades de negócio às empresas, consultores e banca nacional:

- Contratos de licitação pública para prestação de serviços;
- Contratos de licitação pública para realização de obras;
- Contratos de licitação pública para satisfação das próprias necessidades das IFI (*corporate procurement*);
- Participação, como investidor, promotor ou cofinanciador, em projetos de natureza privada ou projetos de parcerias público-privadas, desde que contribuam para o desenvolvimento económico ou social dos países beneficiários;
- Contratos de consultadoria, gerados quer pelos departamentos de operações de cada Banco, quer pelos Fundos portugueses de cooperação técnica junto do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As IFI financiam projetos que são implementados na sua maioria pelas agências executoras (AE), normalmente departamentos governamentais dos países beneficiários, responsáveis pela licitação dos bens, obras públicas e serviços, de acordo com os critérios definidos pelas IFI.

Uma listagem dos projetos em curso e oportunidades de negócio no âmbito destas instituições pode ser encontrada no capítulo 4.3 deste estudo, referente aos principais projetos em curso no setor da água em Marrocos.

De seguida, é abordado o papel das Instituições Financeiras Multilaterais, a sua relevância para o desenvolvimento de Marrocos, o seu impacto no setor da água e o seu relevo para os privados que queiram investir no setor da água em Marrocos, podendo aproveitar as oportunidades criadas por estas instituições.

Principais Instituições Financeiras Multilaterais a Operar em Marrocos

As Instituições Financeiras Multilaterais mais ativas em Marrocos, particularmente no setor da água, são o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). De seguida, estabelece-se uma curta caracterização das operações destas duas instituições em Marrocos.

Banco Mundial

Está atualmente em implementação, a Estratégia de Parceria (CPS) entre o Banco Mundial e o Reino de Marrocos, que compreende o período 2010 – 2013.

Mas a parceria entre esta instituição multilateral e Marrocos vem já de trás, com uma Estratégia de Assistência (CAS), que deu bons resultados e se realizou entre 2005 e 2009.

De facto, alguns dos benefícios introduzidos pela CAS 2005 – 2009 foram a manutenção da estabilidade macroeconómica do país, aumento da eficiência do setor financeiro, melhoria no acesso ao crédito ou melhoria na gestão e acesso a abastecimento de água e saneamento, bem como ao nível social, nas vertentes educação ou acesso dos pobres a habitação.

Particularmente ao nível do setor da água, a parceria entre o Banco Mundial e Marrocos levou a uma melhoria do enquadramento legal, financeiro e institucional no setor da água, melhoria do acesso e tratamento em diversas bacias hidrográficas e melhorias na *performance* técnica e financeira dos operadores do setor da água.

Com base nos resultados alcançados pela CAS 2005 – 2009, construi-se a CPS 2010 – 2013, que consiste numa abordagem flexível, de forma a manter-se alinhada com o Programa do Governo marroquino, com vigência entre 2012 e 2016, e baseia-se em três pilares distintos, a saber:

- Crescimento, emprego e competitividade;
- Serviços aos cidadãos;
- Sustentabilidade.

Apesar de os empréstimos para a política de desenvolvimento do país continuarem a ser o aspeto fulcral da atuação do Banco Mundial em Marrocos, o Banco continua a desenvolver importantes programas de investimentos focalizados em determinados setores, como é o caso no setor da água e saneamento, estradas ou agricultura, bem como um importante projeto de energia solar.

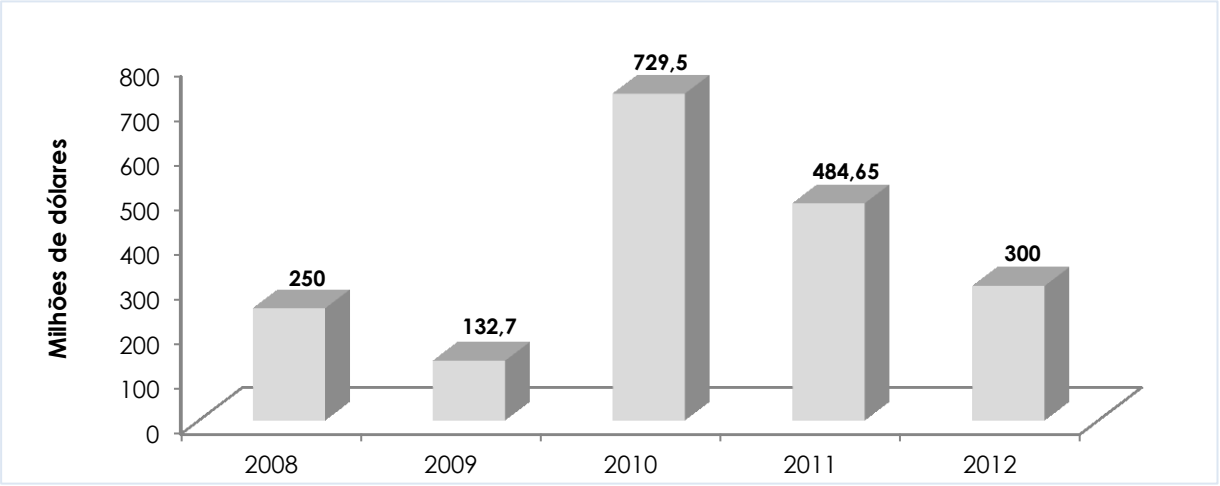
O *portfolio* de empréstimos para o período de vigência da CPS consiste em 13 operações distintas, com um valor total de 1 595,3 milhões de dólares.

A atuação do Banco no país foca-se em investimentos nos setores financeiro e das infraestruturas e em algumas atividades selecionadas ligadas aos setores social e da indústria transformadora, de reconhecido valor acrescentado.

Adicionalmente, o Banco continuará a apoiar a melhoria do clima de investimento no país e a promover as parcerias público-privadas.

A figura seguinte apresenta um resumo dos empréstimos efetuados pelo Banco Mundial em Marrocos, entre 2008 e 2012.

Está já projetado uma nova CPS a ser implementada a partir de 2014.



Fonte: Banco Mundial

Figura 16 – Empréstimos concedidos pelo Banco Mundial em Marrocos

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

Também o Banco Africano de Desenvolvimento está a implementar a sua estratégia em Marrocos, que se iniciou em 2012 e termina em 2016.

Essa estratégia assenta em dois pilares fundamentais, a saber:

- Fortalecimento da governação e inclusão social;
- Apoio ao desenvolvimento de infraestruturas "verdes".

No primeiro pilar, a ação do Banco concentra-se no fortalecimento da capacidade de gestão estratégica da governação (eficiência da Administração Pública, desenvolvimento do E-Gov, modernização da lei orgânica em lei financeira, etc.), modernização do setor financeiro e desenvolvimento de capital humano e apoio a iniciativas de promoção do emprego.

O segundo pilar concentra-se no apoio ao crescimento "verde" (energia limpa e gestão da água), apoio a maior competitividade em termos de logística (melhoria das infraestruturas) e apoio ao acesso a infraestruturas básicas por parte da população (água e saneamento, energia e transportes).

Estes dois pilares assumem como metas a consolidação do enquadramento macroeconómico, fortalecimento das capacidades nacionais para políticas de implementação e supervisão, melhoria do clima de negócios, competitividade e desenvolvimento do setor privado, criação de emprego e apoio à redução da pobreza e ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e proteção ambiental, mitigação e preocupação com os efeitos das alterações climáticas.

O grande objetivo do Banco em Marrocos é o fortalecimento das bases para um crescimento sustentável e inclusivo.

O BAD, através do seu apoio ao setor da água, que é em Marrocos, extremamente vulnerável aos efeitos adversos das alterações climáticas, vai multiplicar esforços no sentido de incrementar as sinergias entre as políticas definidas pelo Executivo e os próprios predicados do Banco.

Assim, os objetivos do BAD para o setor da água vão no sentido de:

- Aumentar o acesso generalizado da população a água potável;
- Fortalecimento do setor do saneamento;
- Racionalização dos recursos para irrigação;
- Sustentabilidade e segurança das infraestruturas existentes.

Estas áreas necessitam de um crescimento acelerado e sustentado.

O investimento no setor da água contempla as seguintes ações:

- Proteção ambiental através de melhoria na gestão dos recursos hídricos;
- Aumento da qualidade e quantidade dos recursos disponíveis;
- Assegurar o abastecimento de água nas zonas rurais (aumentar de 92% em 2012, para 96%, até 2016) e urbanas (manter em 100%);
- Fortalecimento da produção e distribuição de água potável e das infraestruturas de saneamento;
- Melhor mobilização e alocação dos recursos financeiros do setor da água;
- Aumentar o *output* de distribuição para os 77% até 2016 e 80% até 2020 (de 72% em 2012);
- Aumentar o *output* de produção para 96% até 2016 (de 94,4% em 2012);
- Aumentar a taxa de ligação de 92% em 2012 para 96%, até 2016;
- Aumentar a taxa de ligação a saneamento para 75%, até 2016;
- Melhorar a eficiência dos sistemas de irrigação;
- Promover a conservação de águas de irrigação;
- Converter 30 000 hectares para irrigação;
- Mapeamento da irrigação a nível nacional.

Só entre 2012 e 2014, o pacote de investimentos ao abrigo do BAD deverá rondar os 1 500 milhões de euros, sendo os montantes para 2015 e 2016 definidos mais tarde. Perspetivas otimistas de Marrocos assumem que o pacote pode chegar aos 4 mil milhões de euros.

Conselhos Úteis e Erros a Evitar

Conselhos úteis	Erros a evitar
• Considerar o relacionamento com as multilaterais financeiras como uma aposta estratégica de médio e longo prazo, requerendo constância, consistência e determinação; • Adaptar o produto oferecido à idiossincrasia marroquina, e tomar em consideração a concorrência local e internacional; • Concentrar esforços e apostar no máximo em uma ou duas instituições; • Analisar com detalhe os procedimentos e requerimentos dos concursos lançados pelas IFI; • Analisar horizontalmente os *pipelines* de projetos das IFI no setor da água em Marrocos; • Possuir experiência prévia no país; • Estabelecer parcerias com empresas ou consultores locais. Este aspeto é importante na medida em que as IFI fomentam a componente e a contratação local nas suas políticas de contratação internacional (recomenda-se que as empresas nacionais concorram com as suas empresas subsidiárias locais, caso as possuam, e não a partir da sede em Portugal); • Deter presença ou contatos privilegiados em Marrocos, particularmente num contexto de crescimento dos concursos lançados localmente pelas agências executoras locais; • Se possível, construir uma base de dados própria de consultores e peritos para a elaboração de expressões de interesse e propostas; • Destacar um elemento da equipa para pesquisa, seleção e preparação de candidaturas às manifestações de interesse e concursos; • Estabelecer contactos frequentes, ex-ante e ex-post, com os responsáveis pelos projetos identificados na IFI e na agência executora; • Posicionar-se o mais a montante possível no ciclo do projeto, sendo que um acesso atempado à informação permitirá à empresa definir de forma mais adequada a sua estratégia; • Participar ativamente nos seminários de oportunidades de negócio em cada instituição, em missões empresariais às sedes dos bancos e em encontros com os escritórios locais destas instituições à margem de missões empresariais ao país; • Preparar cuidadosamente as expressões de interesse a projetos destas instituições, ajustadas aos requerimentos e perfil do projeto e evitando informação excessiva e desnecessária; • É essencial que as empresas tenham capacidade de cumprir os critérios técnicos descritos nas especificações do concurso. A superioridade técnica de uma proposta é fundamental na escolha do vencedor. Regra geral, a qualificação técnica da proposta representa 80% da nota final, deixando ao preço da proposta os restantes 20%.	• Entrega das propostas fora de prazo; • Não respeitar o prazo de validade das propostas; • Não entregar os documentos requeridos nos Termos de Referência (TdR); • Apresentar a proposta numa língua diferente da solicitada nos Termos de Referência; • Não respeitar a obrigatoriedade de apresentar a declaração de conflitos de interesse; • Ignorar a proibição de incluir membros do governo/entidades públicas locais na equipa da proposta técnica da empresa; • No caso de obras, não apresentar o Acordo de Consórcio; • A ausência de registo da empresa na base de dados da instituição, em caso de obrigatoriedade; • Não respeitar o tipo, valor e prazo da garantia bancária da proposta que é solicitada, quando aplicável; • Não respeitar o preço dos cadernos de encargos e respetivos portes, quando aplicáveis. • Apresentação de uma proposta técnica que não cumpre os requisitos identificados nos TdR; • Mencionar custos na proposta técnica; • Não apresentar os CV dos elementos-chave da equipa, ou apresentar CV que não se enquadrem nos requisitos exigidos e de fraca qualidade; • Discrepância entre os termos de referência solicitados e os apresentados, tanto em termos de peritos como de custos pessoas/mês apresentados; • Falta de clareza no papel e responsabilidade da empresa associada; • Excesso ou escassa responsabilidade do "team-leader"; • Não mencionar prazos de entrega.

3.4. Participação do Setor Privado, Incluindo Regime Aplicável a Parcerias Público-Privadas (PPP)

Introdução

O Governo marroquino caracteriza como parcerias público-privadas todas as formas de cooperação em que o Estado, os municípios ou comunidades intermunicipais, os estabelecimentos públicos, as empresas públicas ou qualquer pessoa jurídica de direito público, confia a parceiros de direito privado, através de um contrato administrativo, de duração predefinida, denominado "contrato de parceria público-privada", a responsabilidade de cumprir com princípios acordados, sejam eles de conceção, de financiamento total ou parcial, de construção ou reabilitação, de manutenção e/ou de exploração de uma obra ou infraestrutura necessária ao fornecimento de um serviço público.

Pode dizer-se que Marrocos vive neste momento um clima propício para uma maior participação dos privados em setores tradicionalmente públicos da economia, derivado em grande medida dos seguintes pontos:

- Adoção de uma nova Constituição em julho de 2011, que consagra os princípios da separação de poderes, da responsabilidade pública à prestação de contas e o direito à igualdade de acesso aos serviços públicos;
- Vontade do Governo eleito em janeiro de 2012 de recorrer ao uso de PPP para reforçar a oferta de serviços e infraestruturas económicas e sociais;
- Vontade em acelerar o ritmo de crescimento económico do país, reforçar a sua competitividade, generalizar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e infraestruturas;
- Implementação de políticas de cariz regional;
- Otimização da alocação de recursos do estado, limitando o recurso a dívida pública e mobilizando o investimento privado.

Até 2020, mais de 700 mil milhões de dirhams serão investidos pelo Governo marroquino, maioritariamente ao nível da energia, agricultura, educação e infraestruturas, o que representa um enorme potencial para os privados e para o estabelecimento de parcerias público-privadas.

No setor da energia por exemplo, quase metade da capacidade produtiva está já em contratos de PPP.

O setor da água é um dos setores considerado prioritário pelo governo marroquino para a implementação de parcerias público-privadas. De facto, os setores considerados prioritários são os seguintes:

- Produção de água e eletricidade;
- Distribuição de águas de irrigação;
- Distribuição de água e eletricidade;
- Saneamento líquido;
- Transporte ferroviário e aéreo;
- Construção e exploração de autoestradas;
- Transportes urbanos;
- Atividades portuárias e aeroportuárias;
- Correios;
- TIC e audiovisual.

Em Marrocos, há quatro categorias de fornecedores de serviços urbanos de água e saneamento, a saber:

- Concessionários privados (agregam cerca de 38% dos clientes marroquinos);
- Serviços públicos municipais (agregam cerca de 31% dos clientes marroquinos);
- A companhia pública nacional, a ONEE (agrega cerca de 28% dos clientes marroquinos);
- Municípios que prestam os serviços diretamente (agrega cerca de 3% dos clientes marroquinos).

Na vertente das concessões privadas, dois operadores fornecem serviços de água e saneamento às regiões de Casablanca, Rabat, Tânger e Tetouan.

As privatizações no setor da água em Marrocos começaram no final da década de 90, com o consórcio Lydec (atualmente detido maioritariamente pelo grupo Suez) a assumir a concessão do abastecimento de água na cidade de Casablanca, por um período de 30 anos.

Esta concessão levou à repetição de experiências similares em Rabat, Tânger e Tetouan. A concessão da cidade de Rabat ficou a cargo da Veolia, em 2008, enquanto as concessões em Tânger e Tetouan foram atribuídas à Amendis em 2002, uma subsidiária da Veolia.

A Lydec conta ainda com outra concessão na cidade de Casablanca, renovada no ano 2000.

O quadro seguinte apresenta uma breve caracterização da relevância destas concessões no setor da água marroquino.

Quadro 32 – Concessões no setor da água em Marrocos

Localização	Contrato	Empresa	População Servida		
			Água	Saneamento	Total
Casablanca	Sistema de abastecimento de água e saneamento	Lydec	3 800 000	1 300 000	3 800 000
Casablanca	Fornecimento de água em massa	Lydec			
Rabat	Sistema de abastecimento de água e saneamento	Veolia	2 900 000	2 200 000	2 900 000
Tânger e Tetouan	Sistema de abastecimento de água e saneamento	Veolia			

Fonte: GWI

Marrocos precisa ainda de efetuar um grande esforço de modernização, no que concerne a contratos de concessão e de parceria público-privada. De facto, o quadro jurídico atual nesta matéria é praticamente inexistente, obsoleto e arcaico, com disposições legais muito associadas a um período de protecionismo, com regras rígidas e fragmentadas entre setores. É um quadro legal que passa grande parte dos riscos para os parceiros privados e que oferece poucas obrigações de transparência e de livre concorrência.

As consequências desta situação são o recurso a contratos altamente complexos, esquemas de financiamento pouco flexíveis, garantias excessivas exigidas aos investidores, dificuldades de implementação e, fundamentalmente, negociações muito demoradas e complexas com as entidades responsáveis.

Em Marrocos, o quadro legal em matéria de parcerias público-privadas é atualmente definido pelas seguintes peças legislativas:

- Lei n.º 54-05, relativa à concessão de serviços públicos;
- Legislação setorial;
- Novo projeto de lei das PPP (ainda não em vigor).

Abordam-se de seguida cada uma destas peças legislativas.

Lei n.º 54-05

A Lei n.º 54-05 é a principal peça legislativa que estipula as condições dos contratos de concessão e delegação de serviços públicos em Marrocos e aplica-se aos contratos de gestão de serviços e de obras públicas celebrados pelos municípios ou comunidades intermunicipais e instituições públicas.

Considera-se gestão delegada como um contrato pelo qual uma pessoa jurídica de direito público, chamada "delegante" concede, por um período limitado, a gestão de um serviço público por que é responsável a uma pessoa jurídica de direito público ou privado, conhecido como "delegatário", ao reconhecer o direito deste a receber uma remuneração dos utentes do serviço ou a fazer um lucro sobre a referida gestão. Gestão delegada também pode envolver a criação e/ou gestão de uma obra pública, contribuindo para o exercício do serviço público delegado.

O delegatário é responsável pelo serviço público, em conformidade com os princípios da igualdade dos utilizadores, pela continuidade do serviço e adaptação às mudanças tecnológicas e económico-sociais. O delegatário presta os seus serviços com o menor custo e nas melhores condições de segurança, qualidade e proteção ambiental.

As partes contratantes envidarão esforços para manter o equilíbrio financeiro do contrato de gestão, tendo em conta as exigências do serviço público e uma compensação justa para o delegatário.

Os contratos de concessão podem ser acordados por meio de concurso público, negociação direta (em casos excecionais – urgência do serviço, defesa nacional, segurança pública ou caso o serviço só possa ser desempenhado por uma entidade em particular) ou por oferta espontânea por parte de um privado.

Todos os contratos de concessão são de duração limitada e esta terá em linha de conta o tempo necessário para o delegatário recuperar o seu investimento.

Os bens devem necessariamente retornar ao delegante no final do contrato e aqui se incluem, terrenos, edifícios, estruturas, instalações, equipamentos e mobiliário disponibilizado pela entidade delegante ou adquirido pelo cessionário nas condições estabelecidas no contrato de gestão. Também bens móveis podem aqui ser abrangidos, desde que se considere que são fundamentais para o exercício do serviço público e não podem ser alienados, transferidos ou alugados durante toda a duração do contrato.

A Lei estabelece, entre outras coisas, os direitos e deveres das concessões. Aqui ficam alguns dos mais relevantes:

- O direito à subcontratação, sendo que a concessão assume a responsabilidade para com a entidade delegante e esta situação deve estar prevista no contrato de concessão/parceria público-privada;
- O direito à ocupação do domínio público durante a duração do contrato, caso seja solicitado e aprovado pela entidade competente;

- A concessão é gerida por conta e risco do privado;
- As concessões devem estar de acordo com a lei das sociedades aplicável em território marroquino;
- A concessão deve ter como objeto exclusivo a gestão do serviço público contratado;
- A concessão pode explorar atividades complementares ao serviço público contratado, de cariz comercial ou industrial, desde que necessárias aos utilizadores dos serviços públicos ou suscitáveis de contribuir para uma melhor prestação dos serviços. Estas atividades serão controladas pela entidade delegante da mesma forma que as atividades de serviço público concessionadas;
- A concessão não está isenta de obter as autorizações necessárias ao nível de urbanismo, ocupação do domínio público, segurança e proteção ambiental;
- Obrigatoriedade de realização de vários tipos de seguros durante a duração do contrato de concessão;
- Obrigatoriedade da implementação de sistemas de informação, gestão, certificação e controlo interno por parte da concessão;
- Obrigatoriedade de publicitação de informação financeira;
- O contrato de gestão fixa os princípios e modalidades de tarifação ou remuneração do serviço concessionado.

No entanto, o quadro legal estabelecido pela Lei n.º 54-05 é manifestamente insuficiente, estando o governo marroquino a trabalhar num novo projeto de lei que abrange os contratos de concessão e as parcerias público-privadas.

Legislação Setorial

Em termos da legislação aplicável ao setor da água em Marrocos, há duas peças legislativas fundamentais que devem ser tomadas em consideração:

- Lei n.º 10-95 (Lei da Água);
- Decreto n° 2-97-487 (Estabelece os procedimentos de autorização e concessão no domínio público hidráulico).

A Lei n.º 10-95, ou Lei da Água, estabelece alguns princípios fundamentais para os contratos de concessão no setor da água.

Segundo a lei, as seguintes tipologias de uso da água estão sujeitas a contratos de concessão:

- Desenvolvimento de nascentes minerais e termais, bem como a exploração das águas provenientes dessas mesmas nascentes;
- Estabelecimento por um período de 5 anos, no domínio público hidrológico, de infraestruturas cujo objetivo seja a proteção contra cheias ou acumulação de águas, ou para desviar águas, bem como o uso dessas mesmas águas;
- Desenvolvimento de lagos, lagoas e pântanos;
- Captação de águas subterrâneas, cursos de água ou canais, quando o limite for superior ao definido pela Agência da Bacia correspondente, ou quando as águas sejam destinadas a uso público;
- Captação de água em cursos de água ou canais com a finalidade de geração de energia hidroelétrica.

As concessões são direitos reais com duração limitada, que não conferem qualquer título de propriedade sobre o domínio hidrológico público às entidades concessionárias.

O contrato de concessão determina, entre outras matérias:

- O fluxo de captação de água permitido;
- O modo de utilização da água;
- Responsabilidades e obrigações específicas da concessionária;
- A taxa a ser paga pelo beneficiário da concessão;
- O termo da concessão, que não pode exceder 50 anos;
- A natureza das obras e os tempos de execução das várias fases planeadas;
- As medidas a serem tomadas pela concessionária para evitar a degradação da qualidade dos recursos hídricos;
- Caso aplicável, os termos em que a modificação ou diminuição do volume de água captada permitido pode ser feito, bem como a compensação a que esta situação pode dar origem;
- Caso aplicável, as condições de compra, perda ou renúncia de direitos de concessão, bem como os termos que regem o retorno das infraestruturas para o Estado, quando a concessão termina.

Sem prejuízo das cláusulas específicas previstas no contrato de concessão, a caducidade da concessão poderá ser decidida em função de:

- Utilização das águas para fins que não o propósito autorizado ou fora da área de utilização prevista;
- Não pagamento das taxas nos momentos acordados;
- Incapacidade de utilizar as águas concedidas dentro dos prazos previsto no contrato de concessão;
- Não-cumprimento das obrigações de saúde, particularmente em casos de águas termais.

Em caso de cessação da concessão, a Agência de Bacia pode restaurar a área ao seu estado inicial e, se necessário, sendo paga pelo ex-concessionário.

Caso o interesse público assim o determine, podem ser efetuadas modificações nas instalações alvo do contrato de concessão, salvo contrário estipulado em contrato, tendo então a concessionária direito a uma indeminização.

No caso de violação da regulamentação do setor da água por parte de alguma concessionária, as entidades públicas competentes podem ordenar a demolição de qualquer infraestrutura construída ilegalmente num prazo de 15 dias que, se não respeitado, permite às entidades públicas competentes agirem como sentirem necessário e às custas da entidade concessionária.

Já o Decreto n° 2-97-487, que estabelece os procedimentos de autorização e concessão no domínio público hidráulico, serve como um complemento à Lei n.º 10-95 e estabelece os procedimentos burocráticos necessários à realização de um contrato de concessão.

Novo Projeto de Lei das Parcerias Público-Privadas

O novo projeto de lei das PPP surge como uma tentativa de uniformizar o regime aplicável aos contratos de PPP, para os vários setores de atividade económica, que se regem pela Lei n.º 54-05 e por diversa legislação aplicável setorialmente.

A principal mudança de paradigma imposta por este projeto de lei relaciona-se com o aumento da transparência, uma partilha de riscos mais equitativa, uma análise fundamentada da necessidade da parceria público-privada e uma remuneração oferecida baseada na eficiência e no desempenho do parceiro privado.

O novo projeto de lei define que os contratos de parceria público-privada só devem ser estabelecidos caso se prove que a sua realização acarreta uma melhor relação custo/benefício face a outras modalidades possíveis. Esta avaliação terá sempre em conta a a complexidade do projeto, o seu custo global, a duração do contrato, a repartição dos riscos e os níveis de *performance* e satisfação dos clientes oferecidos.

Os métodos de adjudicação de contratos de parceria público-privada são o concurso público, o diálogo concorrencial e, excecionalmente, a negociação direta.

Os concursos públicos devem reger-se por procedimentos com total transparência, sendo escolhida a oferta economicamente mais vantajosa, de acordo com critério previamente definidos.

No caso de impossibilidade da entidade pública em definir sozinha e antecipadamente quais os meios técnicos capazes de satisfazer as suas necessidades, ou sentir constrangimentos na edificação de toda a estrutura financeira ou jurídica associada a um projeto de PPP, recorrer-se-á ao diálogo concorrencial. O objetivo deste diálogo é identificar e definir os meios necessários para melhor atender às necessidades identificadas. É estritamente proibido revelar aos outros candidatos informação confidencial comunicada por um candidato na discussão, sem o consentimento prévio deste último.

Os contratos de PPP podem ainda ser negociados diretamente entre as partes, a título excecional, nomeadamente nos seguintes casos:

- Considerações técnicas ou jurídicas que impliquem que a construção ou exploração de uma determinada infraestrutura apenas pode ser levada a cabo por um determinado parceiro privado;
- Situação de urgência derivada de acontecimentos imprevistos pela entidade pública;
- Questões de defesa nacional ou segurança pública.

Finalmente, a entidade pública pode ser abordada por uma oferta espontânea para a realização de um projeto no âmbito de um contrato de Parceria Público-Privada. O organismo público decide a aceitação, modificação ou rejeição dessas ideias sem qualquer responsabilidade face ao operador privado e informa-o da sua decisão final. Caso a decisão seja favorável, para que o contrato de PPP seja concluído, aplicam-se os mesmos requisitos definidos para as outras tipologias de PPP, nomeadamente ao nível da avaliação custo/benefício do projeto. Nos casos em que o portador da ideia não é também a entidade adjudicatária, a entidade pública poderá atribuir-lhe um prémio monetário.

O novo projeto de lei fixa os direitos e obrigações dos intervenientes de parcerias público-privadas em Marrocos.

Registam-se de seguida algumas das principais disposições no novo projeto de lei sobre as parcerias público-privadas em Marrocos.

Cláusulas do Contrato de Parceria Público-Privada

O contrato de parceria público-privada deve incluir as seguintes cláusulas:

- Objeto do contrato;
- Duração do contrato;
- Objetivos de *performance*;
- Repartição dos riscos entre entidades públicas e privadas;
- Modalidades de financiamento;
- Disposições relativas a situações de imprevisibilidade e força maior;
- Obrigações do parceiro privado;
- Controlo das obrigações do parceiro público e possíveis sanções;
- Condições de subcontratação;
- Condições de substituição do parceiro privado;
- Condições de cessão do contrato a terceiros;
- Condições de modificação do contrato;
- Regime jurídico dos bens;
- Cauções e garantias;
- Seguros a contratualizar pelas partes;
- Regras das situações de litígio;
- Regras para a rescisão antecipada do contrato;
- Situação dos recursos humanos, de acordo com a legislação laboral;
- Data de entrada em vigor do contrato.

Duração do Contrato de Parceria Público-Privada

Todos os contratos de PPP devem ter uma duração nunca inferior a 5 anos e nunca superior a 30 anos. No entanto, sob regime de excecionalidade, os contratos podem atingir um horizonte temporal de 50 anos, em função da sua complexidade, das características técnicas, económicas e financeiras do projeto.

A duração do contrato é definida em função do prazo de recuperação do investimento, da modalidade de financiamento adotada e da natureza do serviço a prestar.

Objetivos de *Performance*

O contrato fixa os objetivos de *performance* da responsabilidade do parceiro privado, a forma de os medir e controlar, estabelecendo a qualidade a adotar para os serviços, obras, equipamentos e bens imateriais. Estabelece também as condições em que esses benefícios estão disponíveis para a entidade pública.

Repartição dos Riscos

O contrato estabelece a forma como é efetuada a repartição dos riscos entre os parceiros públicos e privados, incluindo nos casos de imprevisibilidade e motivos de força maior, em termos do equilíbrio económico do contrato. Os riscos associados às diferentes fases do projeto devem estar identificados e serão da responsabilidade da parte a quem foram alocados no momento da celebração do contrato de PPP.

Modalidades de Remuneração

O contrato especifica as condições de remuneração do parceiro privado durante a duração do contrato. Essa remuneração está ligada à disponibilidade do serviço e aos objetivos de *performance* acordados aquando da celebração do contrato.

Os privados são geralmente remunerados pela entidade pública com quem estabelece parceria, podendo no entanto ser remunerados acessoriamente por terceiros ou através da recolha de receitas de exploração do serviço, bens ou equipamentos relevantes ao projeto. Nesse caso, estas receitas serão tidas em conta no momento em que é estabelecida a remuneração do parceiro privado.

Equilíbrio do Contrato

O contrato define as condições em que o parceiro privado tem o direito a exigir o equilíbrio do contrato, da forma em que foi assinado, no caso do surgimento de situações imprevisíveis ou de força maior.

Controlo das Obrigações

O contrato estabelece os termos em que:

- A entidade pública controla a execução do contrato, bem como a forma como os parceiros privados prosseguem as metas de desempenho e qualidade de serviço acordado e as condições em que recorre à subcontratação;
- O órgão público pode para essa finalidade ser assistido por peritos da sua escolha;
- O parceiro privado põe à disposição da entidade pública qualquer documento ou informação necessária para controlar a execução do contrato;
- O parceiro privado deve apresentar periodicamente contas à entidade pública.

Penalizações

O contrato prevê penalizações por incumprimento das obrigações, nomeadamente, relativamente aos objetivos de *performance*. O contrato prevê o método de cálculo das deduções, parciais ou totais, de compensação e de sanções que podem ser aplicadas ao parceiro privado e as condições de pagamento das multas.

Subcontratação

O parceiro privado pode subcontratar parte das obrigações contratadas, nas condições estabelecidas aquando da celebração do contrato de PPP. A subcontratação não pode corresponder à totalidade do contrato. A responsabilidade pelo acordo aquando da celebração do contrato de PPP continua, no entanto, no lado do parceiro privado que o celebrou. O parceiro privado está ainda obrigado a comunicar à entidade privada qualquer operação de subcontratação durante a execução do contrato.

Modificações ao Contrato

O contrato estabelece a forma de modificar algumas das suas cláusulas, quando pedido por uma das partes. Nenhuma modificação poderá ser estabelecida sem o acordo do parceiro público. Qualquer modificação efetuada ao contrato não poderá em caso algum modificar a natureza do projeto ou levar a uma quebra no equilíbrio do contrato.

Cessão do Contrato a Terceiro

O contrato de PPP não pode ser transferido para um terceiro, de forma total ou parcial, sem o acordo escrito do parceiro público, de acordo com as condições estabelecidas no contrato. Caso a cessão seja autorizada, o novo parceiro privado é sub-rogado relativamente a todos os direitos e deveres do anterior parceiro privado.

Substituição do Parceiro Privado

De forma a assegurar a continuidade do serviço público, o contrato prevê a modalidade em que a substituição do parceiro privado pelo parceiro público pode ser efetuada, mantendo-se as condições de execução inicialmente contratadas. Pode acontecer, nomeadamente, em função da seguinte ordem de razões:

- Em caso de falhanço notório dos objetivos de performance pré-definidos;
- Devido à ocorrência de outros eventos que podem justificar a rescisão antecipada;
- A pedido das entidades que asseguram o financiamento em caso de falha comprovada do parceiro privado.

Regime Jurídico dos Bens

No momento de expiração do contrato, independentemente das causas, os bens produzidos ou adquiridos pelo parceiro privado no âmbito da execução do contrato e necessários à exploração e continuidade do serviço público, são transferidos para a entidade pública, de acordo com os termos do contrato de PPP.

No entanto, durante a execução do contrato, o parceiro privado tem, dentro dos limites e condições previstos no contrato, os direitos reais sobre imóveis e equipamentos, de forma a garantir o normal funcionamento do serviço público a prestar.

Cauções e Garantias

De forma a facilitar o financiamento do projeto, podem ser atribuídas cauções e garantias dos ativos produzidos ou adquiridos no âmbito do cumprimento do contrato, às entidades financiadoras, sem prejuízo das regras referentes à impossibilidade de constituir garantias e cauções sobre bens ou serviços do domínio público.

Rescisão Antecipada do Contrato

O contrato pode terminar antecipadamente em casos de força maior, de falha grave, como definida no contrato, e por rescisão por mútuo acordo das partes, ou unilateralmente por parte da entidade pública, invocando o interesse público. O contrato pode ser rescindido pela entidade pública por outras circunstâncias, desde que estas se encontrem delineadas no contrato.

O contrato fixa as modalidades de indeminização para cada uma das partes nestes casos.

Litígios

Independentemente das vias de recursos presentes na lei marroquina, as partes podem acordar no contrato o recurso à arbitragem para resolver uma qualquer disputa que possa surgir entre as partes, aquando da conclusão do contrato, da sua execução ou do seu término. O contrato deve, nesse caso, especificar o tribunal arbitral competente. O contrato pode prever um procedimento de conciliação antes de qualquer arbitragem ou ação legal.

Auditorias

As autoridades competentes podem proceder à auditoria dos termos e condições de preparação, adjudicação e execução dos contratos.

Conclusão

Em síntese, as grandes mais valias do novo projeto de lei das PPP, são as seguintes:

- Avaliação prévia;
- Diálogo concorrencial;
- Partilha de riscos;
- Remuneração do desempenho;
- Equilíbrio económico da relação contratual;
- Objetivos de performance;
- Controlo das obrigações das partes.

De relevar ainda, que o novo projeto de lei das PPP abrange todos os setores de atividade económica, uniformizando assim a legislação e facilitando a compreensão dos passos a seguir para todas as empresas interessadas em estabelecer parceria com o estado marroquino.

3.5. Quadro Legal e Regulatório Específico do Setor

O quadro legal e regulatório do setor da água em Marrocos é essencialmente estabelecido pela Lei da Água. No entanto, existem diversos outros documentos legais que funcionam como complemento à Lei da Água e que ajudam a clarificar o quadro legal e regulatório do setor.

De seguida enumeram-se as principais peças legislativas que regulamentam o setor da água em Marrocos.

Lei n.º 10-95 (Lei da Água)

Desde o Decreto Real de 1914, completado pelos Decreto Reais de 1919 e 1925, que todas as águas em Marrocos, independentemente da forma, fazem parte do domínio público hidrológico. Assim sendo, desde essa data que os recursos hídricos não podem ser objeto de apropriação privada, exceto nos casos em que as águas tenham sido legalmente adquiridas.

No entanto, estas peças legislativas, e outras que se seguiram, haviam sido estabelecidas de acordo com a realidade e as necessidades do momento, resultando num quadro legal difuso e complexo para o setor da água.

Em meados dos anos 90, com o *boom* das privatizações em Marrocos, a maioria desta legislação tornou-se obsoleta e desenquadrada com a realidade, sendo inclusivamente um entrave ao desenvolvimento económico-social no país. Assim, tornou-se necessário não só um esforço para agregar toda a legislação concebida numa só peça legislativa, como também ir muito mais além do que havia sido feito até então.

A Lei da Água (Lei n.º 10-95), surge com o objetivo de estabelecer uma política nacional para o setor da água a longo prazo, pesando, por um lado, a evolução da disponibilidade dos recursos hídricos e, por outro, as necessidades nacionais de água. A Lei estabelece provisões para a racionalização do uso da água, a generalização do acesso à água, o fomento da solidariedade inter-regional e para o combate às disparidades entre regiões.

A Lei pretende também criar um quadro legal para o estabelecimento de parcerias entre a administração e as municipalidades e entre estes e os privados.

Como forma de operacionalizar a estratégia proposta, o Governo marroquino decidiu-se pela criação das chamadas "Agências de Bacia Hidrológica", instituições públicas com estatuto legal e autonomia financeira. A missão destas agências é planear e gerir os recursos hídricos, ao nível das bacias hidrológicas. As agências podem atribuir empréstimos e subsídios a qualquer pessoa interessada em investir no desenvolvimento e preservação dos recursos hídricos em Marrocos.

Graças à flexibilidade de gestão e decisão nestas agências, todos os utilizadores de água podem beneficiar do apoio financeiro e técnico necessário à prossecução das suas atividades no âmbito do domínio público hidrológico.

A Lei da Água criou assim todo um novo quadro legal e regulatório para o setor. Destacam-se alguns dos predicados mais relevantes para empresas a operar no setor da água, como definidos na dita lei, a saber:

- A água é um bem público que não pode ser apropriado pela iniciativa privada;
- Todas as pessoas e entidades estão obrigadas a pagar uma taxa pelo uso de águas do domínio público hidrológico;

- O Governo marroquino pode emitir uma autorização de ocupação de domínio público hidrológico, caso seja necessário ao normal funcionamento de uma entidade legalmente instalada. A autorização é renovável e extensível por um prazo máximo de 20 anos;
- É proibido a oferta, venda ou distribuição de águas não potáveis para consumo humano;
- Água em barris ou tanques portáteis não pode ser fornecida à população, exceto em casos excecionais previstos na lei. De qualquer forma, a água deve sempre ser proveniente de uma infraestrutura pública controlada ou, na sua ausência, de um posto de fornecimento autorizado;
- Todo o processo de tratamento químico de águas para consumo humano deve ser previamente autorizado;
- Todo o uso de águas residuais está sujeito a autorização por parte das Bacias Hidrológicas;
- Estabelece o regime de concessões no setor da água;
- A monitorização da qualidade da água é da responsabilidade do produtor e do distribuidor;
- Define os direitos de exploração de água em propriedade privada;
- Estabelece a necessidade de autorização especial para a exploração de águas em zonas de preservação ambiental;
- Estabelece zonas de proibição da exploração de água;
- Em casos de acontecimentos extremos (seca, desastre natural ou motivo de força maior), o Governo marroquino pode limitar a exploração de água;
- Estabelece a necessidade de autorização pelas autoridades competentes de atividades de descarga que alterem a qualidade das águas;
- Estabelece as regras de proibição de descargas em determinadas situações;
- Cria o Conselho Superior para a Água e o Clima, responsável por delinear as linhas mestras da política nacional de água e clima;
- Cria Planos de Gestão das Bacias Hidrológicas e de um Plano Integrado de Gestão das Bacias Hidrológicas (horizonte temporal de 20 anos, podendo ser renovado a cada 5);
- Cria o Plano Nacional da Água (horizonte temporal de 20 anos, podendo ser renovado a cada 5);
- Cria as Agências de Bacia Hidrológica;
- Estabelece as sanções aplicáveis em caso de violação da Lei da Água.

Decreto n.º 2-97-875

O Decreto n.º 2-97-875 vem no seguimento da Lei da Água e estabelece o quadro legal para a utilização de águas residuais.

Nos termos do artigo 57 da Lei n º 10-95, a autorização do uso das águas residuais é emitida pelo diretor da Agência de Bacia Hidrográfica em causa.

O pedido de autorização deve incluir, nomeadamente:

- Identidade do requerente;
- Origem e volume do efluente tratado;
- Utilização prevista para as águas residuais;
- Duração da autorização.

O pedido de autorização deve ainda ser acompanhado por um *dossier* que aborde os seguintes pontos:

- Justificativo da necessidade de utilização de águas residuais;
- Estudo técnico a indicar a qualidade das águas residuais tratadas a utilizar e justificativo do projeto;
- Projetos das zonas a irrigar;
- Projeto do sistema de recolha e tratamento das águas residuais;
- Projeto de um sistema de drenagem, em caso de irrigação;
- Projeto das redes de distribuição de águas residuais, em caso de utilização urbana;
- Projeto do circuito das águas residuais, em caso de utilização industrial;
- Estudo de impacto do projeto para a saúde humana e para a qualidade das águas do domínio público urbano.

A Agência da Bacia Hidrográfica em causa pode, nos limites do seu orçamento, financiar a realização de investimentos no tratamento de águas residuais, na sua bombagem e canalização, desde que não sejam diretamente provenientes do meio natural.

A autorização da utilização de águas residuais tem a duração máxima de 10 anos e é renovável.

Decreto n.º 2-97-787

O Decreto n.º 2-97-787 estabelece as normas relativas à qualidade das águas e à medição dos níveis de poluição.

Assim, o Decreto estabelece que devem ser definidos os procedimentos e métodos de ensaio, amostragem e análise da água, padrões de qualidade para a água e as características biológicas, físico-químicas e bacteriológicas das águas. Os padrões de qualidade são estabelecidos por despachos conjuntos das autoridades governamentais responsáveis pelo equipamento e do meio ambiente, após consulta da autoridade governamental de Saúde Pública e do Ministro responsável pelo setor abrangido por essas normas. Os padrões de qualidade devem ser revistos a cada 10 anos ou caso se sinta a necessidade de o fazer.

A inventariação da poluição deve ser levada a cabo pelas Agências de Bacia Hidrográfica, pelo menos uma vez a cada 5 anos.

Decreto n.º 2-05-1533

O Decreto n.º 2-05-1533 estabelece as regras relativamente ao saneamento autónomo.

O termo "saneamento autónomo“ refere-se a sistemas instalados para recolher, tratar e dar um destino final, às águas residuais, na ausência de rede de saneamento municipal.

A instalação de equipamentos deste tipo está sujeita a aprovação por parte das entidades municipais.

Decreto n.º 2-97-657

O Decreto nº 2-97-657 refere-se à delimitação das zonas de proteção e dos perímetros de salvaguarda e interdição.

O Decreto fixa as modalidades de delimitação das zonas de proteção e dos perímetros de interdição. Refere-se a bacias hidrográficas de abastecimento público como nascentes, poços, furos ou obras de abastecimento, distribuição e retenção de águas.

Contém disposições relativamente a poluição bacteriana.

Decreto n.º 2-04-553

O Decreto nº 2-04-553 é referente a derrames, descargas, lançamentos, depósitos diretos ou indiretos em águas superficiais ou subterrâneas.

Estabelece a necessidade de autorização, bem como limites de descargas e tarifas a aplicar a descargas.

Decreto n.º 2-97-224

O Decreto nº 2-97-224 fixa as condições de acumulação artificial de águas, sujeita a autorização do Diretor da Bacia Hidrográfica da região pertinente (exceto no caso de volumes inferiores a 2 000 m^3, em que é necessária apenas uma declaração simples).

A acumulação artificial de águas residuais não é permitida, exceto nos casos em que é parte integral de um sistema para tratamento dessas mesmas águas.

Decreto n.º 2-97-414

O Decreto nº 2-97-414 estabelece os métodos de fixação e cobrança de taxas pelo uso da água no domínio público hidráulico.

A taxa a cobrar pelo uso da água retirada do domínio hidráulico público é calculada com base no volume de água retirado (em m^3), ou em função da energia hidroelétrica produzida (expressa em kw/h). As taxas são fixadas pelas entidades competentes.

A esta taxa estará associado um coeficiente, que depende de as águas serem superficiais ou subterrâneas.

Decreto n.º 2-97-487

O Decreto n.º 2-97-487 estipula os procedimentos para autorizações e concessões no domínio público hidráulico. Estabelece os procedimentos e formalismos a cumprir num processo de pedido de autorização e concessão do domínio público hidráulico, bem como a tramitação de todo o processo pelas autoridades competentes.

Decreto n.º 2-97-489

O Decreto nº 2-97-489 regula a delimitação do domínio público hidrológico, a correção de cursos de água e a extração de materiais.

Estabelece as condições de delimitação do domínio público hidrológico, bem como a necessidade de autorização para operações de limpeza, alargamento, aprofundamento ou redireccionamento de cursos de água, escavações, adição ou remoção de depósitos, culturas ou plantações no domínio público hidráulico.

Decreto n.º 2-97-488

O Decreto nº 2-97-488 refere-se à composição e funcionamento das comissões municipais e regionais da água.

Decreto n.º 2-96-158

O Decreto nº 2-96-158 refere-se à composição e funcionamento do Conselho Superior de Água e do Clima, estabelecendo as entidades nele representadas.

Decreto n.º 2-96-178

O Decreto 2-96-178 institui os procedimentos para a manutenção de um inventário dos recursos hídricos.

Decreto n.º 2-97-223

O Decreto nº 2-97-223 estabelece os procedimentos para a elaboração e revisão de planos diretores para a gestão integrada dos recursos hídricos e do Plano Nacional da Água.

4. PRINCIPAIS MERCADOS DO *CLUSTER* DA ÁGUA

4.1. Estrutura do Setor

Introdução

O *Cluster* da Água marroquino oferece inúmeras oportunidades para empresas de diversos setores de atividade, sendo na generalidade habitado por organizações nos seguintes ramos de atividade:

- Operadores/gestores de serviços de abastecimento de água e saneamento;
- Empresas de engenharia/construção;
- Produtores de equipamentos e produtos técnicos;
- Empresas de consultoria.

Assim, a estratégia de internacionalização das empresas portuguesas, de acordo com o seu setor de atividade, poderá passar pelo investimento direto, com presença física em Marrocos ou pela exportação, neste caso com ou sem presença no terreno.

O mercado da água marroquino está a abrir progressivamente e, pese embora as experiências de gestão delegada de sistemas de abastecimento de água e saneamento em Marrocos sejam ainda reduzidas, é expectável que esta seja uma solução que ganhe consistência no futuro. Em 2009, cerca de 38% dos serviços de água e saneamento em Marrocos eram prestados por entidades privadas. Os contratos de concessão podem ser negociados diretamente com o governo marroquino ou atribuídos através de concurso público.

O mercado é também atrativo para empresas no setor da engenharia e construção, com inúmeros projetos planeados para o setor da água marroquino nos próximos anos. A atribuição de contratos de empreitada é efetuada através de contratação pública, com os avisos de abertura de concurso a serem lançados pelas entidades responsáveis, sejam elas a ONEE, as entidades municipais e intermunicipais de abastecimento de água e saneamento ou os municípios marroquinos. Adicionalmente, as multilaterais financeiras lançam periodicamente avisos de contratos de empreitada e prestação de serviços para os projetos que financiam em Marrocos.

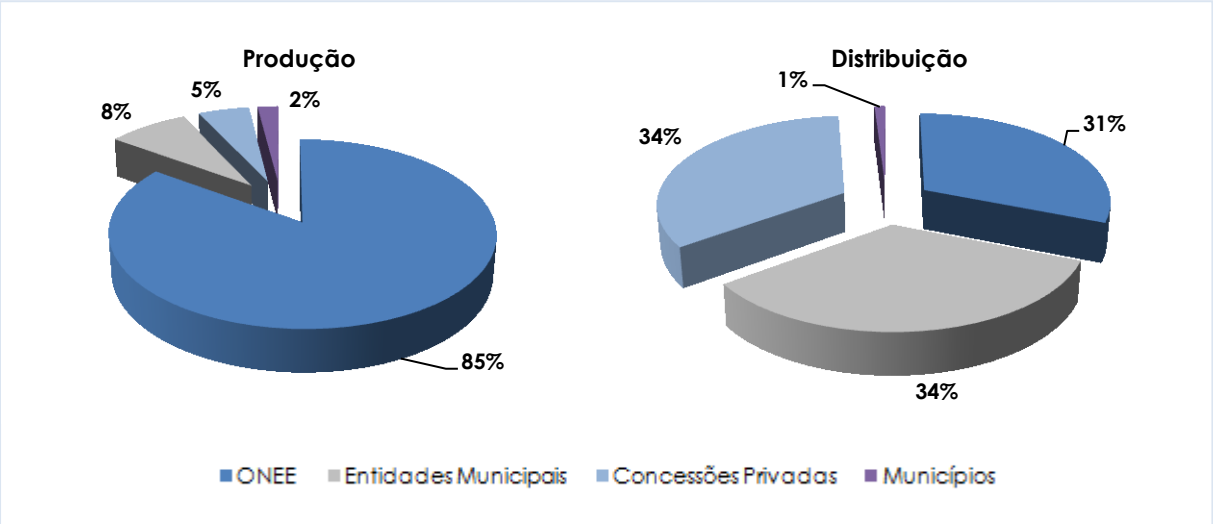
As empresas produtoras de equipamentos e produtos para uso no setor da água podem optar pela exportação direta, mantendo as suas atividades em Portugal, ou optar pela criação de filial em Marrocos, beneficiando do esquema de benefícios fiscais já referido anteriormente. Uma vez que o setor da água no país está em forte crescimento, a procura por bens de equipamento para as obras exigentes que o país tem em preparação, exigem uma resposta em quantidade e qualidade, havendo pleno espaço para empresas portuguesas com sério interesse no mercado marroquino.

As empresas de consultoria fornecem o necessário suporte técnico a grandes projetos no setor da água, sendo o *know how* português na área muito respeitado internacionalmente. As empresas interessadas podem efetuar os trabalhos em Portugal ou através de consultores colocados no mercado-alvo, estando a liberdade de circulação e ausência de dupla tributação garantidas, caso sejam seguidos todos os passos necessários.

Dimensão e Distribuição Regional das Empresas

A ONEE controla a fatia-de-leão do mercado de produção de água em Marrocos, sendo que tal situação não se verifica ao nível da distribuição, estando o mercado repartido fundamentalmente entre a ONEE, as entidades municipais e multimunicipais de serviços de abastecimento de água e saneamento e o setor privado.

Como se pode ver na figura seguinte, os concessionários privados controlam cerca de 34% do mercado de distribuição de água em Marrocos, pese embora existam apenas 4 grandes concessões no país: a Redal, a Lydec, a Amendis Tânger e a Amendis Tetouan.



Fonte: ACWA

Figura 17 – Gestão de serviços de águas em Marrocos

No seu conjunto, estas concessões servem quatro cidades marroquinas e mais de 8 milhões de pessoas. Os contratos são de longa duração e os investimentos atingem perto de 3 mil milhões de euros, como se pode ver no quadro seguinte. As regiões abrangidas são Casablanca, Rabat, Tânger e Tetouan.

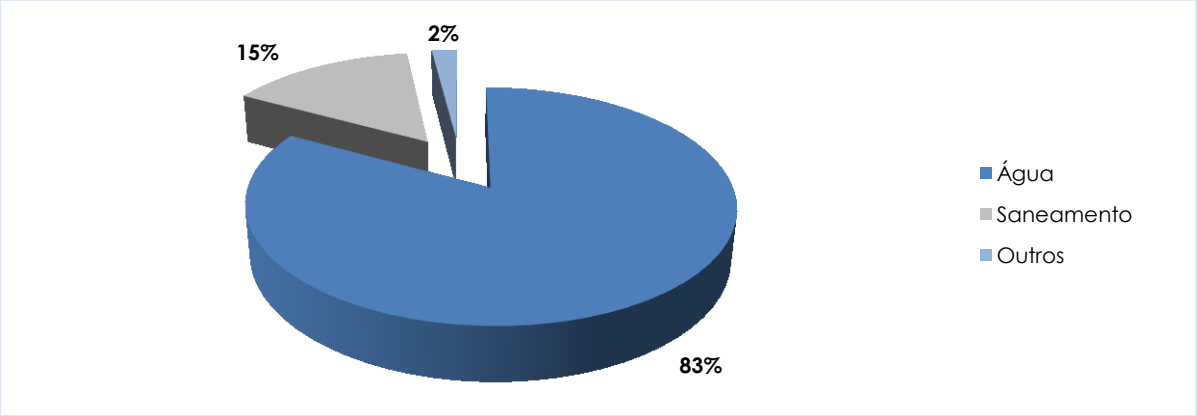
Quadro 33 – Concessões privadas em Marrocos

Cidade	Casablanca	Rabat	Tânger – Tetouan
População atendida	4,5 milhões	1,95 milhões	1,55 milhões
Empresa	Lydec	Redal	Amendis
Grupo	Suez	Veolia	Veolia
Duração do contrato	30 anos	30 anos	25 anos
Investimento	1.500 milhões euros	950 milhões euros	510 milhões euros
Modalidade de contratação	Negociação direta	Negociação direta	Concurso público
Data de atribuição	1997	1999	2001

Fonte: ACWA

Existem ainda inúmeras microempresas a operar no setor da água em Marrocos. Cerca de 800, a esmagadora maioria das quais a operar no subsetor do abastecimento de água. Pese embora a sua reduzida dimensão, estas empresas têm vindo a modernizar-se, tendo reduzido em grande escala os tempos de reparação de fugas, estabelecimento de ligações e processamento de queixas ao longo dos últimos anos. São assim um *player* a considerar no futuro do setor e um mercado que se está a expandir e que pode ser aproveitado pelas PME portuguesas.

A figura seguinte apresenta a distribuição das microempresas do setor da água marroquino por ramo de atividade.



Fonte: ACWA

Figura 18 – Distribuição das microempresas do setor da água marroquino por atividade

As empresas de média e grande dimensão mostram para já pouco interesse no mercado da água marroquino mas há apesar de tudo alguns exemplos de sucesso, tendo-se registado fortes reduções de custos em comparação com a gestão levada a cabo pela ONEE.

O quadro seguinte apresenta algumas operações levadas a cabo em Marrocos.

Quadro 34 – Operações levadas a cabo em Marrocos por empresas de média e grande dimensão

Operação	Tipo	População	Área (km^2)	Data	Clientes
1	Sem risco comercial	98.434	757	nov. 2009	3.200
2	Sem risco comercial	66.767	872	jun. 2010	1.200
3	Sem risco comercial	98.232	700	jan. 2010	5.300
4	Sem risco comercial	77.400	750	jul. 2011	635
5	Sem risco comercial	84.000	1.600	ago. 2011	703
6	Sem risco comercial	29.500	450	jan.2012	4.843
7	Com risco comercial	77.400		jul. 2011	635

Fonte: ACWA

4.2. Principais *Players*

Autoridades Municipais e Serviços de Águas

Elencam-se de seguida as autoridades municipais e os principais serviços de águas em Marrocos.

Consultando o *site* de cada uma destas entidades é possível aferir da dimensão de cada uma destas entidades, pessoas de interesse, área de influência e infraestruturas de que dispõem pormenorizadamente, informação que foi já abordada de forma resumida aquando da caracterização destas mesmas entidades no subcapítulo *Maiores operadores de serviços de águas*.

▷ Operadores Públicos

- **Direção Nacional de Eletricidade e Água Potável de Marrocos (L'Office National de l´Electricité et de l'Eau Potable, ONEE**)

▷ Entidades Municipais ou Intermunicipais de Distribuição de Água e Eletricidade (Régies Autonomes Intercommunales de Distribution d'Eau et d'Électricité)

- **Agadir (RAMSA)**
- **Chaouia-Settat (RADEEC)**
- **El Jadida (RADEEJ)**
- **Fès (RADEEF)**
- **Kenitra (RAK)**
- **Larache (RADEEL)**
- **Marrakech (RADEEMA)**
- **Meknès (RADEEM)**
- **Oujda (RADEEO)**
- **Tadla et Béni-Mellal (RADEET)**
- **Taza (RADEETA)**
- **Safi (RADEES)**

▷ Operadores Privados

- **Empresa de Distribuição de Água, de Eletricidade e Saneamento de Casablanca (Lyonnaise des Eaux de Casablanca – LYDEC)**
- **Empresa de Distribuição de Água, de Eletricidade e Saneamento de Tanger e Tétouan (Societé des Eaux et d´Electricité du Nord-AMENDIS)**
- **Empresa de Distribuição de Água, de Eletricidade e Gestão de Saneamento de Rabat (REDAL)**

Abastecimento de Água

Ao nível do abastecimento de água, particularmente na fase de produção, a ONEE é o principal *player* no mercado da água marroquino. Com cerca de 1,6 milhões de clientes e um investimento superior a 2,4 mil milhões de euros no período 2001-2012, esta entidade é fulcral ao bom funcionamento do setor.

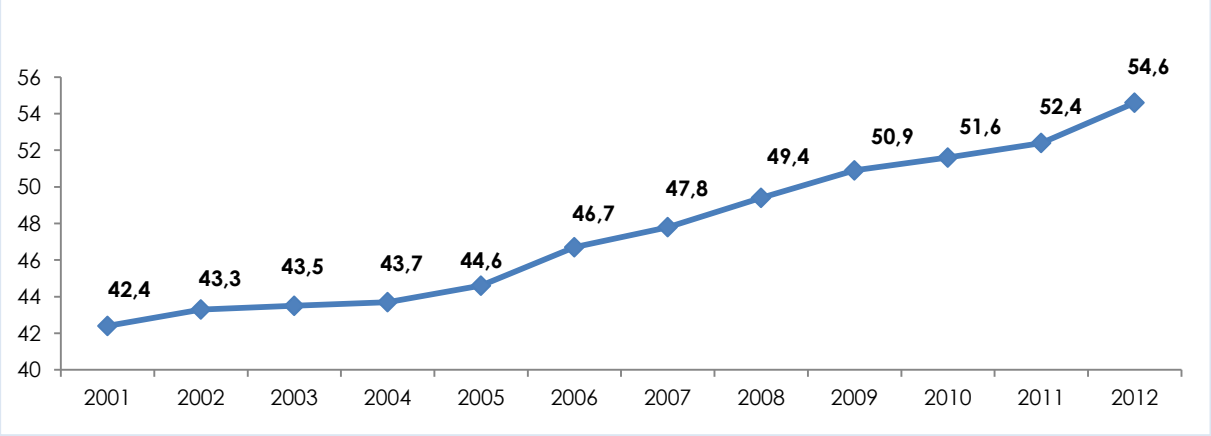
O quadro seguinte apresenta alguns dados fundamentais sobre a ONEE.

Quadro 35 – Números da ONEE (abastecimento de água)

Indicador	Unidade	2012
Capacidade instalada	l/s	54,6
Produção de água	Milhões m^3	972
Venda de água	Milhões m^3	814
Número de clientes	Milhares	1.592
Rede de abastecimento	Km	9.900
Rede de distribuição	Km	35.440
Pontos de intervenção	N.º	624

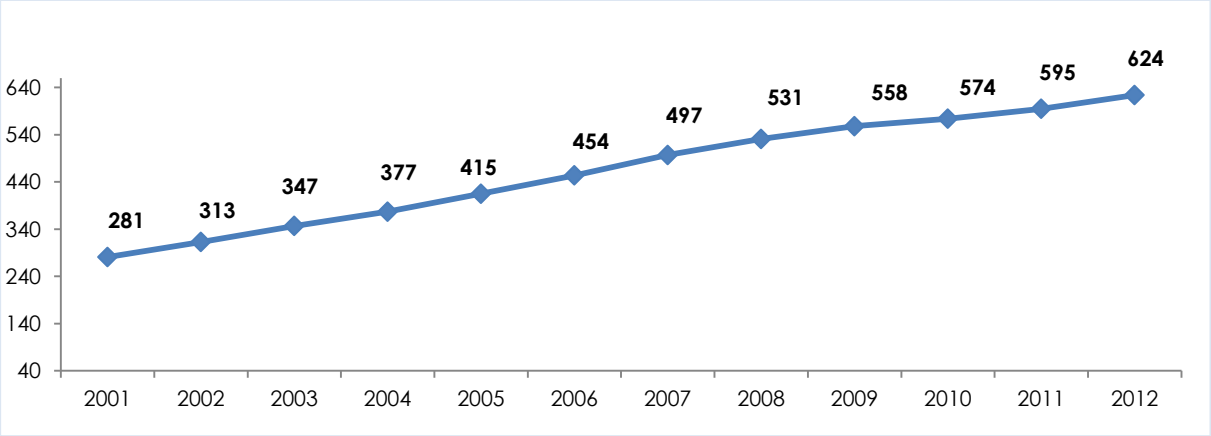
Fonte: ONEE

Ao longo dos anos, as infraestruturas bem como a presença da ONEE pelo território marroquino têm crescido a grande ritmo. Se em 2001 a capacidade produtiva de água da ONEE era de 42,4 l/s, em 2012 cifrava-se nos 54,6 l/s. De igual forma, a presença da ONEE passou de 281 pontos de intervenção em 2001 para 624 em 2012, como se pode ver nas figuras seguintes.



Fonte: ONEE

Figura 19 – Capacidade instalada da ONEE (l/s)



Fonte: ONEE

Figura 20 – Pontos de intervenção da ONEE

Como foi referido, a ONEE detém a esmagadora maioria do mercado de produção de água (85%), sendo que na distribuição é importante considerar as entidades municipais/intermunicipais e as concessionárias privadas, que detêm uma fatia de mercado muito substancial.

Saneamento

A rede de saneamento da ONEE estende-se por mais de 2.800 km e conta com 60 estações de tratamento (ou *STEP, Station d'Epuration des eaux usées*, em francês).

O quadro seguinte apresenta alguns indicadores básicos sobre a rede de saneamento da ONEE.

Quadro 36 – Números da ONEE (saneamento)

Indicador	Unidade	2012
Pontos de intervenção	N.º	87 + instalações Renault
População	Milhões de habitantes	3,3
Clientes	Milhares	738
Estações de tratamento	N.º	60
Capacidade de tratamento	Milhares m^3/dia	229
Dimensão da rede de saneamento	Km	2.820

Fonte: ONEE

Elencam-se de seguida as estações de tratamento geridas pela ONEE.

Quadro 37 – Estações de tratamento geridas pela ONEE

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
TAOUJDATE	26.841	1.500	Lagunagem natural (A+F)
AIT BAHA	5.500	398	Lagunagem (A+F)
AIT IAZZA	12.647	1.103	Lagunagem natural (A+F)
AKKA	8.051	380	Lagunagem natural (A)
AL AAROUI	37.037	2.500	Lagunagem natural (A+F)
AL HOCEIMA (T)	62.206	9.600	Lamas ativadas
AZILAL	34.033	2.800	Lagunagem (A+F)
BEN AHMED	26.000	1.830	Lagunagem natural (A+F)
BERKANE	90.702	11.200	Lagunagem natural (A+F)
BERRECHID	101.833	16.000	Lagunagem natural (A+F+M)
BIOUGRA (T)	29.392	1.600	Infiltração-Percolação
BNI BOUAYACHE (T)	22.620	5.160	Lagunagem natural (A+F+M)
IMZOUREN centre	38.763		
BOUARFA	24.842	1.500	Lagunagem (A)
BOUIZAKARNE	14.703	1.460	Lagunagem natural (A+F)
BOUJAAD (T)	46.372	3.300	Lagunagem (A+F+M)
BOUJDOUR	45.396	3.280	Lagunagem
BOUZNIKA (T)	32.931	5.070	Lagunagem natural (A+F+M)
CHICHAOUA	17.749	3.456	Lagunagem natural (A+F)
DAR EL GUEDDARI	6.814	650	Lagunagem natural (A+F)
DRARGA (T)	14.300	1.000	Infiltração-Percolação
EL GARA	18.580	1.300	Lagunagem natural (A+F)
ERRACHIDIA (T)	86.986	6.000	Lagunagem arejada (F+M)
ESSAOUIRA	78.778	9.245	Lagunagem natural (A+F)
FOUM EL HISN	9.340	400	Lagunagem natural (A+F)
FOUM ZGUID	13.138	210	Lagunagem natural (A+F)
GUELMIM (T)	112.607	5.560	Lagunagem natural (A+F+M)
KALAAT M'GOUNA	18.492	850	Lagunagem natural (A+F)
KARIAT AREKMANE	5.483	1.500	Lagunagem natural
KHEMISSET	108.051	11.000	Lagunagem arejada
KHOURIBGA centre (T)	186.474	17.600	Lamas ativadas
MELLOUSSA (T)	1.897	350	Lamas ativadas
M'HAYA	4.063	400	Lagunagem arejada (OXYLAG)

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
M'RIRT	39.020	2.200	Lagunagem natural (A+F)
NADOR VILLE (T)	179.936	20.600	Lamas ativadas
BNI NSAR			
ZEGHANGHAN			
BNI BOUYFROUR (Jaadar)			
IHDADEN			
SELOUANE			
TAOUIMA			
OUARZAZATE	110.850	9.600	Lagunagem natural (A+F)
ZEM (T)	94.388	6000	Lagunagem (A+F+M)
OULAD TEIMA	81227	6000	Lagunagem (A+F)
OULED ABDOUNE	15104	250	---
OUTAT EL HAJ	13890	880	Lagunagem natural (A+F)
RISSANI	25661	1180	Lagunagem natural (A+F)
SAIDIA	3855	26000	Lagunagem natural (A) + arejada
SID L'MOKHTAR	21751	2765	Lagunagem natural (A+F)
SIDI IFNI	22517	1538	Lagunagem (A+F)
SIDI KACEM	84899	7590	Lagunagem (A+F)
TAFOGHALT	3838	70	Filtro biológico
TARFAYA	6777	800	Lagunagem natural (A)
TAFRAOUT	4300	312	Lagunagem natural (A)
TAHLA	26375	1900	Lagunagem natural
TAMESLOHT	7609	864	Lagunagem (A+F)
TAOURIRT (T)	116716	5400	Lagunagem natural (A+F+M)
TARGUIST	29563	1200	Lagunagem natural (A)
TATA	15507	980	Lagunagem natural (A+F)
TIZNIT (T)	67552	4900	Lagunagem natural (A+F+M)
Total : 60	**2.313.956**	**229.231**	

Nota: T – Tratamento terciário
A – Aeróbica
F – Facultativa
M - Maturação

Fonte: ONEE

Apresentam-se de seguida as STEP a cargo das entidades municipais/intermunicipais em Marrocos.

Quadro 38 – Estações de tratamento geridas por entidades municipais/intermunicipais

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
OUJDA (T)	500.000	40.000	Lagunagem (A+F+M)
MEKNES	600.000	100.000	Lagunagem anaeróbica (Primária)
SETTAT (T)	142.000	13.500	Lagunagem (A+F+M)
RAS EL AIN (T)	3.638	300	
OULED SAID (T)	2.396	300	
DEROUA (T)	10.368	3.000	
SOUALEM (T)	19.209	2.000	
SIDI RAHAL (T)	22.411	3.000	
SIDI EL AIDI (T)	13.273	100	
OUALIDIA (T)	12.760	6.400	
BENI MELLAL (T)	179.680	17.500	Lamas ativadas +A+M
MARRAKECH (T)	1.300.000	90.780	Lamas ativadas + desinfeção por UV
AGADIR (STEP MZAR) (T)	730.000	30.000	Infiltração-Percolação + desinfeção por UV
Total : 13	**3 535 735**	**306.880**	

Nota: T – Tratamento terciário
A – Aeróbica
F – Facultativa
M - Maturação

Fonte: ONEE

O quadro seguinte apresenta as STEP a cargo das municipalidades marroquinas. Como se pode ver, existem apenas 4.

Quadro 39 – Estações de tratamento geridas por municípios

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
ATTAOUIA	25.000	1.300	---
BEN SLIMANE (T)	46.500	5.600	Lagunagem natural (A+F+M)
BNI ZRANTEL (T)	8.600	820	Lagunagem (A+F+M)
TINJDAD	9.200	600	Lagunagem natural (A+F)
Total : 4	**89.300**	**8.320**	

Nota: T – Tratamento terciário
A – Aeróbica
F – Facultativa
M - Maturação

Fonte: ONEE

Finalmente, o quadro seguinte apresenta as STEP a cargo de concessionários privados.

Quadro 40 – Estações de tratamento geridas por concessionários privados

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
FNIDEQ M'DIQ (T)	53.559	23.405	Lamas ativadas + Tratamento terciário
MEDIOUNA (T)	18.000	2.800	Lamas ativadas + Tratamento terciário
SKHIRAT	52.000	6.000	Lagunagem (A+F)
Total : 3	**123.559**	**32.205**	

Nota: T – Tratamento terciário
A – Aeróbica
F – Facultativa
M - Maturação

Fonte: ONEE

Principais Consumidores Não-Urbanos

A disponibilidade de água para consumo humano assume, pela sua própria natureza, um cariz vital para o funcionamento de uma sociedade e é um fator determinante no desenvolvimento de um país.

Em Marrocos, a produção de água para consumo humano é de cerca de 1,2 mil milhões de m^3 anuais, registando perdas de cerca de 35%, em média, o mesmo que dizer, cerca de 0,4 mil milhões de m^3 de água por ano. No entanto, existe um serviço disponível (domiciliário ou comunitário) para 95% das famílias marroquinas.

Pese embora a importância do consumo de água doméstico no país, convém não descurar a relevância de outros tipos de consumo de água, nomeadamente, o consumo de água advindo das necessidades agrícolas, consumo de água para uso industrial e utilização de água para a produção de energia.

Ao nível dos consumos industriais, o uso de água para fins industriais em Marrocos está estimado em cerca de 0,2 milhões de m^3/ano, que sendo sem dúvida uma taxa baixa, assume uma importância estratégica no desenvolvimento do país.

No consumo industrial tem uma forte influência a indústria dos fosfatos, uma vez que Marrocos é o maior exportador mundial do setor. A produção e venda de fosfatos está a cargo da OCP (*Office Chérifien des Phosphates*), uma empresa pública.

As reservas marroquinas de fosfatos ultrapassam os 85 mil milhões de m^3, sendo esta uma indústria que consome cerca de 14% das necessidades de água para todo o setor industrial marroquino.

Sendo a indústria dos fosfatos um dos motores da economia marroquina, o consumo de água deste setor industrial não deve ser ignorado.

Ao nível da agricultura, existem cerca de 1,5 milhões de hectares de culturas irrigadas, consumindo cerca de 12 mil milhões de m^3 anuais, tornando este o uso de água não-urbano mais significativo em Marrocos.

Algumas das maiores empresas marroquinas do setor agroalimentar são a Centrale Laitière, a Compagnie Sucrière Marocaine de Raffinage e a Lesieur Cristal.

A produção de energia hidroelétrica em Marrocos atinge 1 700 MW, garantindo uma produção de eletricidade de 10%, num ano hidrológico normal.

Algumas das barragens com maior produção de energia em Marrocos são as barragens de Al Wahda, Allal el Fassi e Al Massira, estando atualmente em construção 32 barragens de grandes dimensões e 23 em fase de projeto, que deverão ser inauguradas ao longo dos próximos anos, aumentando em grande medida o potencial hidroelétrico do país.

O quadro seguinte apresenta os principais dados aqui elencados.

Quadro 41 – Principais consumos não-urbanos em Marrocos

Setor	Consumo de água
Indústria	0,2 milhões m^3/ano
Agricultura	12 mil milhões m^3/ano
Hidroenergia	Produção de 1 700 MW hidroeletricidade

Fonte: PPA

Perfil das Principais Entidades Adjudicantes e dos Processos de Decisão Adotados

As principais entidades adjudicantes foram já identificadas previamente e o acesso a oportunidades de contratação dá-se pela candidatura aos avisos de abertura de concurso emitidos por cada uma dessas mesmas entidades.

Para ter acesso às oportunidades de *procurement* de cada uma dessas entidades, deve consultar-se os sites de cada uma delas de forma periódica.

Adicionalmente, de forma a facilitar o planeamento em matéria de candidaturas no âmbito do setor da água marroquino, recomenda-se também a consulta dos Programas de Investimento de cada uma das entidades adjudicantes.

De seguida, apresentam-se essas mesmas prioridades de investimento das entidades adjudicantes mais importantes, como definidas nos seus Programas de Investimento.

Quadro 42 – Programas de investimento para 2013 das entidades adjudicantes do setor da água em Marrocos

RAMSA
Abastecimento de água • Reabilitação das estações e reservatórios; • Obras de remodelação de ligações antiquadas; • Expansão e renovação da rede geral de água potável de Agadir; • Obras de reabilitação da rede de água potável na região de Agadir; • Contadores de água; • Tubagens de água potável e peças especiais; • Reparação de vazamentos. **Saneamento** • Estudos setoriais na região de Agadir; • Expansão da estação Ait Melloul 2; • Rede de reutilização de água tratada; • Implementação da estação de tratamento de Aourir; • Infraestruturas de recolha e transferência de águas residuais da zona; • Estudo de avaliação de Impacto da estação de tratamento de Aouir; • Condução de águas residuais da estação de elevação de Ait Melloul 1 para Ait Melloul 2; • Reabilitação de estações de bombagem.
RADEEC
Abastecimento de água • Construção de um reservatório semienterrado de 500 m^3 em Ras El Ain; • Reforçar a rede de água potável no centro de Deroua; • Obras de reabilitação de tanques; • Estação de saída, no centro de Deroua; • Reforço dos sistemas de água potável na cidade de Settat e centros geridos pela RADEEC; • Reabilitação de sistemas de água potável na cidade de Settat e centros geridos pela RADEEC; • Aquisição de um banco de calibração; • Renovação de equipamentos hidráulicos das estações de bombeamento; • Aquisição de postos de transformação; • Estudo, monitorização e controlo dos trabalhos; • Estudo da expansão do sistema de gestão remoto para a cidade de Settat e nos centros geridos pela RADEEC.

Saneamento

- Projeto de construção de uma estação de tratamento de águas residuais em Soualem Lakhyayta;
- Expansão e reforço das redes de saneamento de Settat e das cidades geridas pela RADEEC;
- Ligações domésticas e drenagem de águas pluviais em Settat e nas zonas geridas pela RADEEC;
- Drenagem de águas pluviais na estrada nacional de Soualem;
- Projeto e construção de uma estação de tratamento de águas residuais no centro da Guisser;
- Projeto e drenagem de águas residuais tratadas da ETAR de Sidi Rahal;
- Eletrificação de estações de tratamento de águas residuais;
- Requalificação da rede de saneamento de Settat e nos centros geridas pela RADEEC;
- Equipamentos hidráulicos e elétricos de saneamento para Settat e centros geridas pela RADEEC;
- Drenagem de lamas em estações de tratamento;
- Estudo para a expansão da ETAR de Settat;
- Estudo, monitorização e controlo dos trabalhos.

RADEEJ

Abastecimento de água

- Reservatório de água potável para reforço do abastecimento de água em Bir Jdid e no centro Mharza Sahel;
- Reforço do abastecimento de água em Bir Jdid e e no centro Mharza Sahel;
- Estabelecimento de um sistema de rede remota;
- Reservatório de água potável no centro Oualidia;
- Reservatório de água potável no centro de Sidi Smail;
- Abastecimento de água potável nos centros Mouisset e Riouni;
- Reabilitação da rede de água potável;
- Trabalhos de escavação e construção de ligações de água potável;
- Renovação das estações de bombeamento e tratamento de água;
- Reparação de vazamentos na distribuição de água potável;
- Renovação de condutas antigas.

Saneamento

- Equipamentos de saneamento para o Centro de Sidi Smail;
- Reforço e ampliação do sistema de saneamento da cidade de Bir Jdid;
- Intercetores e instalações de tratamento dos centros Ouled Moulay e Abdellah Ghadbane;
- Construção e equipamento de uma estação de tratamento comum para a cidade de Bir Jdid e o centro Mharza Sahel;
- Reestruturação da rede de saneamento da cidade Sidi Bennour;
- Equipamento para a rede de saneamento de Moulay Abdellah;
- Obras de reestruturação da rede de saneamento da cidade de Zemamra;
- Reabilitação das estações de bombeamento;
- Trabalhos de terraplanagem e colocação de tubagens na zona de ação do RADEEJ.

RADEEF

Está disponível apenas o Plano de Investimentos para 2012.

RAK

Não há informação disponível.

RADEEL

Não há informação disponível.

RADEEM

Não há informação disponível.

RADEEMA

Abastecimento de água

- Instalação de dispositivos de regulação da pressão com sistemas de transmissão eletrónica de dados através da rede de água potável;
- Instalação de medidores de vazão eletromagnéticos;
- Instalação de pontos de medição de pressão;
- Obras na rede de água potável;
- Renovação e remoção de ligações;
- Atualização da estação de bombeamento SYBALI;
- Deteção e reparo de vazamentos na rede de água;
- Ligações de água de grandes dimensões;
- Expansão da Rede de abastecimento de água de Marraquexe;
- Ligações de água de pequenas dimensões;
- Equipamentos de abastecimento de água no quadro da INDH (Iniciativa Nacional para o Desenvolvimento Humano);
- Fornecimento de contadores;
- Fornecimento de acessórios e equipamentos para o setor da água;
- Assistência técnica para monitorização dos trabalhos da rede de abastecimento de água.

Saneamento

- Equipamentos de saneamento no quadro da INDH;
- Construção de ramais e extensão da rede de saneamento;
- Manutenção da rede de saneamento;
- Obras de atualização de estações de bombagem;
- Reutilização de águas residuais para irrigação.

RADEEO

Abastecimento de água

- Aquisição de materiais para rede de distribuição de água potável;
- Aquisição de contadores;
- Aquisição de equipamentos para a deteção de vazamentos de água invisíveis;
- Desenvolvimento das instalações;
- Trabalhos de perfuração;
- Construção de um reservatório com capacidade de 10 000 m^3;
- Renovação rede de abastecimento de água;
- Equipamentos para zonas periféricas;
- Reabilitação de estações de bombeamento;
- Operações de deteção e reparação de vazamentos;
- Instalação de ligações de água potável;
- Terraplanagem, colocação de condutas e acessório para a rede de abastecimento de água;
- Renovação de contadores antiquados;
- Implementação de sistema de gestão remota;
- Estudos.

Saneamento

- Obras complementares de proteção da ETAR;
- Aquisição de materiais e equipamentos para a rede de saneamento;
- Aquisição de máquinas e equipamentos para a limpeza e inspeção vídeo da rede de saneamento;
- Desenvolvimento das instalações;
- Reabilitação da rede de saneamento;
- Equipamentos para zonas periféricas;
- Terraplanagem, colocação de condutas e acessório para a rede de saneamento;
- Implementação de sistema de gestão remota.

RADEET

Não há informação disponível.

RADEETA

Abastecimento de água

- Ampliação de estações de bombagem;
- Reabilitação da estação de tratamento;
- Reabilitação de equipamentos hidroelétricos de perfuração;
- Reabilitação de reservatórios;
- Manutenção e proteção de condutas de adução;
- Obras de atualização e segurança de estruturas de produção e distribuição;
- Estudos para atualizar o plano diretor de água;
- Reabilitação da rede;
- Atualização da rede de distribuição;
- Construção de ramais de ligação;
- Trabalhos de terraplanagem e manutenção da rede de abastecimento de água;
- Implementação da rede de telemetria;
- Estudos e supervisão de trabalhos;
- Assistência técnica para controlo de qualidade da água;
- Contadores;
- Reparação de vazamentos na rede;
- Reservatórios de armazenamento de água;
- Aquisição de equipamentos de medição;
- Aquisição de bombas e acessórios;
- Aquisição de tubagens, válvulas, acessórios e peças especiais para manutenção do sistema de abastecimento de água;
- Aquisição de equipamentos de laboratório de controlo de qualidade da água;
- Fornecimento de sulfato de alumínio de 17/18%.

Saneamento

- Construção de condutas de interceção de águas;
- Obras de construção da conduta geral de interceção;
- Obras de construção das estações elevatórias e de bombeamento;
- Construção da ETAR;
- Extensão de redes de saneamento básico e secundário;
- Reabilitação da rede;
- Limpeza da rede primária e secundária;
- Limpeza da rede terciária;
- Reforço e manutenção da rede;
- Aquisição de material para a manutenção da rede de saneamento;
- Estudos de monitorização;
- Estudos sobre o subsetor do saneamento.

RADEES

- Fornecimento de contadores de água;
- Fornecimento de materiais e acessórios para ramais de ligação;
- Fornecimento de tubagens em PVC para rede de abastecimento de água;
- Aquisição de equipamentos para o funcionamento da rede de abastecimento de água e saneamento;
- Trabalhos de instalação e remoção de contadores na zona de ação da RADEES;
- Assistência técnica para controlo de pontos de contagem;
- Estudos setoriais para a cidade de Safi;
- Instalação de sistema de telemetria;
- Reforço das estações de bombagem e tratamento em Safi e centros;
- Reabilitação da rede de produção e distribuição de água em Safi e centros;
- Trabalhos de manutenção de equipamentos hidráulicos, eletromecânicos e elétricos nas estações de bombagem e tratamento da RADEES;
- Trabalhos de drenagem de águas em Safi e centros;
- Instalação de conduta adutora entre Jemâa Shaim e Tlet Bouguedr;
- Trabalhos de terraplanagem para colocação de canalizações de água na Província de Safi;
- Trabalhos de renovação da rede em Safi e centros;
- Construção e fornecimento de estação de bombagem SP2;
- Instalação de condutas;
- Construção de estação de tratamento em Safi;
- Construção de Intercetor 1;
- Construção de Intercetor 2;
- Construção e equipamento de uma estação elevatória em Safi;
- Reabilitação de bueiros de esgoto;
- Inspeção de contadores em Safi;
- Trabalhos de limpeza manual e hidráulica da rede de saneamento da cidade de Safi.

LYDEC

Abastecimento de água

- Reservatório de 20 000 m^3 Mohammedia;
- Reservatório de 20 000 m^3 Merchich;
- Macro contagem e setorialização;
- BCC: Controlo centralizado;
- Estação Elevatória entre Bouskoura 140 e Bouskoura 180;
- Estação Elevatória entre Bouskoura 140 e Merchich 240;
- Aquisição de diversas condutas (Dar Bouazza Ouest, Hay Hassan, zona norte de Errahma, Mohammedia, Maysane, Ennaser, etc.);
- Reforço de rede em Al Baraka;
- Estudo de rede de abastecimento de água em Mansouria;
- Estudo de rede de abastecimento de água em Nouaceur;
- Abastecimento de água potável na cidade de Lahraouiyine;
- Aquisição de equipamentos de exploração;
- Aquisição de contadores;
- Extensão da rede de serviços;
- Renovação de redes secundárias e terciárias;
- Renovação de *feeders*;
- Renovação das centrais.

Saneamento

- Combate à poluição em Casablanca – Mohammadia;
- Transferência de águas residuais em Dar Bouazza;
- Saneamento no centro de Médiouna;
- Bacia de retenção para saneamento na região de Sidi Moumen (1ª fase – 100 000 m^3);
- Reforço de coletores em Hay Dakhla e Delure;
- BCC: Controlo centralizado;
- Armazenagem em Bd Al Qods;
- Saneamento em Tit Melli;
- Saneamento em Derb Al Foukara;
- Tratamento de lamas;
- Saneamento em Lahraouiyine;
- Saneamento em Sidi Massaoud;
- Extensão da rede de exploração;
- Trabalhos no quadro da INDH;
- Deslocação de redes;
- Renovação de equipamentos hidromecânicos e instalações elétricas das estações de tratamento.

REDAL
Não há informação disponível.

AMENDIS
Não há informação disponível.

ONEE
A ONEE tem perto de 90 concursos para abrir no decorrer do segundo semestre de 2013. Uma vez que são em número demasiado elevado para detalhar neste estudo, recomenda-se a consulta da página web da ONEE.

Fonte: Entidades adjudicantes do setor da água marroquino

Identificadas já ao longo deste estudo as principais entidades adjudicantes, bem como os seus processos de tomada de decisão, é importante referir que pese embora esse conhecimento, é fundamental que as empresas se mantenham atualizadas sobre as ofertas de contratação pública e privada que vão surgindo, de forma a maximizarem o potencial da sua presença em Marrocos.

Assim, cabe-nos recomendar um produto interessante, sob o nome de Sodipress, que é uma solução integrada de acesso a ofertas de contratação em Marrocos, bem como em toda a região do Magrebe.

Apresenta-se por isso, informação de contacto para quem estiver interessado nesta solução.

Sodipress	
Telefone:	+(212) 522 271 016
Email:	sodipress@sodipress.com
Página Web:	http://www.sodipress.com
Endereço:	10, place des Nations Unies 20080 Casablanca, Maroc

Principais Fornecedores

Elencam-se de seguida os principais fornecedores no setor da água marroquino, estabelecendo a distinção entre os principais fornecedores de equipamentos e produtos técnicos, assistência técnica, construção, engenharia e serviços de operação e manutenção.

Operadores

A ONEE, as entidades municipais/intermunicipais e as concessionárias privadas, já descritas anteriormente.

Empresas de Bens e Serviços

Empresa	Atividade
ALVAPLAST MAROC	Plásticos agrícolas
AQUA DEMINE	Distribuição e tratamento de água
ATLAS COPCO MAROC SA	Saneamento
AXE QSE	Consultoria
BLUE BOX SARL	Soluções para o setor do saneamento
BWT PERMO MAROC	Controlo de qualidade da água
CCIC	Prevenção de poluição
CGA	Construção
COFAS	Controlo de qualidade da água
COGEMAI	Saneamento
COTA	Construção
ECODEPUR - Technologies de Protection de L' Environnement	Saneamento
ECTM	Saneamento
EPUR ENVIRONNEMENT	Saneamento
FLORABORA	Tecnologias ambientais
HALADJIAN MAROC	Prevenção de poluição
HYDROCENTRALE SARL	Água e saneamento
INES	Água e saneamento
KIMIA	Produtos químicos
KSB Pompes et Robinetteries	Água e saneamento
La Maghrebine de l'Environnement	Água e saneamento
A MEDITERRANEENNE DU BETON	Construção
LEI ENTREPRISE	Água e saneamento
MAIRAV	Controlo de qualidade da água
MAROC MAINTENANCE ENVIRONNEMENT	Saneamento

Empresa	Atividade
NEW WATER TECHNOLOGIE	Dessalinização
NOVEC	Saneamento
OZOUD EQUIPEMENT	Tubagens
PHENIXA	Consultoria
PLASTIMA	Água
Pollu Clean	Saneamento
ROTOMOULAGE DU SUD	Água e saneamento
SARSAR	Tubagens
SCOMEDICA	Controlo de qualidade da água
SMCV	Controlo de qualidade da água
SOCHID SARL	Controlo de qualidade da água
SOGETUB	Tubagens
SOHIME	Água e saneamento
SOUDURE PLASTIQUE SAR	Tubagens
TC Maroc	Controlo de qualidade da água
TECHNIQUE EQUIPEMENT HYDRAULIQUE (FLYGT)	Água e saneamento
URBANIUM	Consultoria
VDMA	Água e saneamento
VEOLIA ENVIRONNEMENT INDUSTRIES MAROC	Água e saneamento
WATER PLUS SARL	Água e saneamento
WILO MAROC	Água e saneamento

Caracterização de Potenciais Parceiros Locais

O mercado marroquino é um mercado em forte crescimento ao longo dos últimos anos e oferece inúmeras oportunidades de parceria, em todas as vertentes do setor da água.

Existe a possibilidade do estabelecimento de parcerias com empresas marroquinas, particularmente com empresas de pequena dimensão, que predominam no setor. Adicionalmente, hoje estão já presentes grandes multinacionais no setor da água marroquino.

O estabelecimento de parcerias com empresas locais de gestão/operação de serviços de abastecimento de água e saneamento, fabricação de tecnologias ambientais, engenharia, construção ou consultoria, pode facilitar o acesso ao mercado marroquino, configurando-se como uma solução mais prudente do que a entrada isoladamente no mercado.

Para além do setor empresarial, é aconselhável também o contacto com os organismos públicos do setor, como os ministérios com influência no setor da água, bem como com o maior produtor de água no país, a ONEE. Através da contratação pública ou negociação direta, é possível o estabelecimento de parcerias com estas entidades.

Adicionalmente, um contacto próximo com as instituições financeiras multilaterais oferece também boas oportunidades de parceria, uma vez que estão constantemente a surgir oportunidades de *procurement* para os projetos levados a cabo por estas instituições no país.

Essencialmente, é preciso compreender que a entrada num país com traços culturais muito característicos, como é o caso de Marrocos, é sempre favorecida pelo estabelecimento de parcerias.

Uma instituição fundamental neste âmbito é a Agência Marroquina de Desenvolvimento de Investimentos, que presta assistência a potenciais investidores, facilitando o contacto com autoridades locais e potenciais parceiros locais.

Enumeram-se de seguida algumas considerações fundamentais sobre o estabelecimento de parcerias com empresas marroquinas:

- Para investir em Marrocos é crucial ter um bom parceiro que conheça profundamente as formalidades locais e a atividade que a empresa pretende desenvolver no mercado;
- Contar com um transitário local competente e conhecedor do assunto;
- Ponderar a associação com outras empresas para concursos a grandes projetos;
- Conhecer a perspicácia e capacidade marroquina na deteção de eventuais fragilidades da outra parte;
- Ganhar a confiança pessoal do interlocutor é condição *sine qua non* para um posicionamento comercial rentável, seguro e duradouro;
- Ter atenção ao tipo de contratos realizados com os parceiros locais, aos respetivos Cadernos de Encargos e aos acordos com a Banca. É crucial estudar todas as cláusulas contratuais com o máximo cuidado e com o melhor aconselhamento jurídico possível;
- Saber que em caso de conflito com empresas estrangeiras os marroquinos reagem sempre na defesa das suas congéneres, independentemente de quem tenha razão;
- Ter músculo financeiro para entrar e se manter no mercado.

4.3. Principais Projetos em Curso

Abastecimento de Água

De acordo com a ONEE, os principais projetos ao nível do abastecimento de água em Marrocos são os seguintes:

- Projeto de abastecimento de água das zonas costeiras de Rabat/Casablanca;
- Reforço do sistema de abastecimento de água de Fez e Meknes;
- Reforço do sistema de abastecimento de água de Marraquexe.

Quadro 43 – Projetos estruturantes no setor da água marroquino

Projeto	Trabalhos	Custo	Data realização
Rabat/Casablanca	• Engenharia e equipamentos na estação de bombagem; • Descarga de bomba em 5,5 km; • Estação de tratamento de 5 m^3/s; • Condutas de adução ao longo de 70 km.	280 milhões dólares	2014 –
Fez e Meknes	• Trabalhos de captação de água; • Estação de tratamento de 2 m^3/s; • Condutas de adução ao longo de 100 km; • Sistema de gestão remota; • Trabalhos secundários.	150 milhões dólares	2012 – 2015
Marraquexe	• Trabalhos de captação de água; • Estação de tratamento de 2,5 m^3/s; • 4 estações de bombagem; • Condutas de adução ao longo de 100 km.	250 milhões dólares	2013 – 2015

Fonte: ONEE

Os principais projetos estruturantes em Marrocos suportados por instituições multilaterais financeiras, ao nível do abastecimento de água, neste momento, são:

- Projeto de sistema de abastecimento de água regional, nas Províncias de Nador, Driouch, Safi, Youssoufia, Sidi Bennour e Errachidia;
- Projeto de abastecimento de água e saneamento rural;
- Projeto de abastecimento de água rural.

Quadro 44 – Principais projetos no subsetor do abastecimento de água, em Marrocos

Projeto	Custo Projeto	Datas	% Subsetor Abastecimento
Projeto de sistema de abastecimento de água regional, nas Províncias de Nador, Driouch, Safi, Youssoufia, Sidi Bennour e Errachidia	216 USD Milhões	06/2010 – 12/2015	100%
Projeto de abastecimento de água e saneamento rural	112,47 USD Milhões	12/2005 – 11/2014	95%
Projeto de abastecimento de água rural	178 USD Milhões	*Pipeline*	95%

Fonte: Banco Mundial

Descrevem-se de seguida, de forma breve, cada um destes projetos a desenvolver em Marrocos.

Projeto de Sistema de Abastecimento de Água Regional, nas Províncias de Nador, Driouch, Safi, Youssoufia, Sidi Bennour e Errachidia

O objetivo deste projeto é aumentar o acesso a água potável em determinadas comunidades nas Províncias marroquinas de Nador, Driouch, Safi, Youssoufia, Sidi Bennour e Errachidia.

O projeto é conduzido pela ONEE, tendo-se iniciado em junho de 2010, tendo final previsto para dezembro de 2015.

Há diversas oportunidades de *procurement* em aberto, nomeadamente ao nível da construção de infraestruturas de abastecimento e tratamento de águas na Província de Safi, assistência técnica à ONEE, obras de ampliação da estação de tratamento de água de Nador, abastecimento de água em Errachidia, etc. Recomenda-se o acompanhamento de perto da abertura de avisos de *procurement* nos sites das instituições multilaterais e das entidades adjudicantes marroquinas (ONEE, entidades municipais, etc.).

Projeto de Abastecimento de Água e Saneamento Rural

O Projeto de abastecimento de água e saneamento rural em Marrocos tem como objetivo aumentar o acesso à água nas zonas rurais, promovendo a gestão de águas residuais e práticas de higiene, tal como definido no Programa de Governo.

O projeto tem diversas componentes, a saber:

- Implementação de um programa de subprojetos, que consiste na realização de obras e assistência técnica ao abastecimento de água em vilas;
- Construção de infraestruturas de abastecimento de água em zonas rurais e controlo de águas residuais;
- Reforço da capacidade da ONEE.

O projeto é conduzido pela ONEE, tendo-se iniciado em dezembro de 2005, tendo final previsto para novembro de 2014.

Não há neste momento avisos de *procurement* para este projeto.

Projeto de Abastecimento de Água Rural

O Projeto não tem ainda data de início ou fim, não se sabendo muito acerca do seu âmbito de ação, para além do facto de se tratar de um projeto de abastecimento de água em zonas rurais de Marrocos.

Será desenvolvido pela ONEE e terá um custo na casa dos 178 milhões de dólares.

Estão já abertos avisos de candidatura para obras de construção de infraestruturas e assistência técnica.

Irrigação

O Governo marroquino vê a irrigação agrícola como uma matéria fundamental para o desenvolvimento do país: o setor primário contínua a ser o principal meio de subsistência da população e aquele que mais pessoas emprega.

Assim, o Governo marroquino disponibiliza um fundo para o desenvolvimento agrícola, aberto a agricultores, criadores e investidores em geral. Esse fundo contempla taxas de subvenção que vão dos 80 aos 100% e específica os apoios a prestar em cada uma das operações definidas como apoiáveis pelo fundo.

Os projetos de irrigação são divididos em diversos tipos diferentes, com diferentes subvenções, a saber:

- Projetos de irrigação localizada a título individual e instalações complementares;
- Projetos de irrigação localizada no quadro de projetos coletivos ou pequenos agricultores, e instalações complementares;
- Projetos de irrigação complementares;
- Projetos de recolha de águas pluviais;
- Projetos de irrigação localizada, enquadrados em projetos agregados;
- Projetos de irrigação complementar, enquadrados em projetos agregados.

Os quadros seguintes apresentam as taxas de subvenção (em percentagem do custo) para cada tipologia de projeto apresentado no âmbito da irrigação, bem como a verba máxima alocada a cada operação.

Quadro 45 – Projetos de irrigação localizada a título individual e instalações complementares

Operação	Taxa	*Plafond (dirham)*
Perfuração e revestimento de poços.	80%	1 100 / metro linear de profundidade
Perfuração e revestimento de furos.		2 000 / metro linear de profundidade
Fornecimento e instalação de equipamentos de bombagem de água, incluindo a instalação de acessórios de bombeamento, trabalhos de engenharia e construção de abrigos para estações de bombeamento.		4 000 / kW potência instalada
Construção de reservatórios de armazenamento de água para irrigação, incluindo o revestimento.		35 / m^3 capacidade de armazenamento
Fornecimento e instalação de equipamentos para estações: filtração de água para irrigação, fertirrigação, acessórios de ligação, dispositivos de controlo e reguladores, equipamentos de automação, incluindo abrigos para estações.		5 600 / hectare equipado
Fornecimento e instalação de condutas de abastecimento e distribuição de águas de irrigação, incluindo acessórios de monitorização e equipamentos de controlo.		9 600 / hectare equipado
Fornecimento e instalação de tubos e distribuidores de águas de irrigação, incluindo acessórios.		13 600 / hectare equipado
Bacias de armazenamento de água.		35 / m^3 capacidade de armazenamento
Adaptação do sistema de irrigação localizada existente no quadro da densificação de plantações arborícolas.		13 600 / hectare equipado

Fonte: Ministério da Agricultura e das Pescas de Marrocos

Quadro 46 – Projetos de irrigação localizada no quadro de projetos coletivos ou pequenos agricultores, e instalações complementares

Operação	Taxa	*Plafond (dirham)*
Perfuração e revestimento de poços.	100%	1 400 / metro linear de profundidade
Perfuração e revestimento de furos.		2 500 / metro linear de profundidade
Fornecimento e instalação de equipamentos de bombagem de água, incluindo a instalação de acessórios de bombeamento, trabalhos de engenharia e construção de abrigos para estações de bombeamento.		5 000 / kW potência instalada
Construção de reservatórios de armazenamento de água para irrigação, incluindo o revestimento.		40-60 / m^3 (outros e pequenos agricultores)
Fornecimento e instalação de equipamentos para estações: filtração de água para irrigação, fertirrigação, acessórios de ligação, dispositivos de controlo e reguladores, equipamentos de automação, incluindo abrigos para estações.		7 000-11 000 (outros e pequenos agricultores)
Fornecimento e instalação de condutas de abastecimento e distribuição de águas de irrigação, incluindo acessórios de monitorização e equipamentos de controlo.		12 000 / hectare equipado
Fornecimento e instalação de tubos e distribuidores de águas de irrigação, incluindo acessórios.		17 000 / hectare equipado
Bacias de armazenamento de água.		40-60 / m^3 (outros e pequenos agricultores)
Adaptação do sistema de irrigação localizada existente no quadro da densificação de plantações arborícolas.		17 000 / hectare equipado

Fonte: Ministério da Agricultura e das Pescas de Marrocos

Quadro 47 – Projetos de irrigação complementares

Operação	Taxa	*Plafond (dirham)*
Perfuração e revestimento de poços.	50%	800 / metro linear de profundeza
Perfuração e revestimento de furos.		1 200 / metro linear de profundeza
Fornecimento e instalação de equipamentos de bombagem de água, incluindo a instalação de acessórios de bombeamento, trabalhos de engenharia e construção de abrigos para estações de bombeamento e material de contagem de água.		2 500 / kW potência instalada
Construção de reservatórios de armazenamento de água para irrigação, incluindo o revestimento.		20 / m^3 capacidade de armazenamento
Fornecimento e instalação de equipamentos de filtragem de água irrigação, fertirrigação, incluindo construção de abrigos.		3 500 / hectare equipado
Fornecimento e instalação de condutas de abastecimento e distribuição de água de irrigação, aspersores, pivôs, rampas de rega frontais, para qualquer sistema de irrigação semelhante.		8 000 / hectare equipado

Fonte: Ministério da Agricultura e das Pescas de Marrocos

Quadro 48 – Projetos de recolha de águas pluviais

Operação	Taxa	*Plafond (dirham)*
Remoção em profundidade.	30%	7 000 / hectare
Recolha de águas pluviais.	50%	2 500 / hectare

Fonte: Ministério da Agricultura e das Pescas de Marrocos

Quadro 49 – Projetos de irrigação localizada, enquadrados em projetos agregados

Operação	Taxa	*Plafond (dirham)*
Perfuração e revestimento de poços.	100%	1 400 / metro linear de profundidade
Perfuração e revestimento de furos.		2 500 / metro linear de profundidade
Fornecimento e instalação de equipamentos de bombagem de água, incluindo a instalação de acessórios de bombeamento, trabalhos de engenharia e construção de abrigos para estações de bombeamento.		5 000 / kW potência instalada
Construção de reservatórios de armazenamento de água para irrigação, incluindo o revestimento.		40-60 / m^3 (outros e pequenos agricultores)
Fornecimento e instalação de equipamentos para estações: filtração de água para irrigação, fertirrigação, acessórios de ligação, dispositivos de controlo, reguladores e equipamentos de automação.		7 000-11 000 (outros e pequenos agricultores)
Fornecimento e instalação de condutas de abastecimento e distribuição de águas de irrigação, incluindo acessórios de monitorização e equipamentos de controlo.		12 000 / hectare equipado
Fornecimento e instalação de tubos e distribuidores de águas de irrigação, incluindo acessórios.		17 000 / hectare equipado

Fonte: Ministério da Agricultura e das Pescas de Marrocos

Quadro 50 – Projetos de irrigação complementar, enquadrados em projetos agregados

Operação	Taxa	*Plafond (dirham)*
Perfuração e revestimento de poços.	70%	1 120 / metro linear de profundidade
Perfuração e revestimento de furos.		1 680 / metro linear de profundidade
Fornecimento e instalação de equipamentos de bombagem de água, incluindo a instalação de acessórios de bombeamento, trabalhos de engenharia e construção de abrigos para estações de bombeamento e material de contagem de água.		3 500 / kW potência instalada
Construção de reservatórios de armazenamento de água para irrigação, incluindo o revestimento.		28 / m^3 capacidade de armazenamento
Fornecimento e instalação de equipamentos de filtragem de água irrigação, fertirrigação, incluindo construção de abrigos.		4 900 / hectare equipado
Fornecimento e instalação de condutas de abastecimento e distribuição de água de irrigação, aspersores, pivôs, rampas de rega frontais, para qualquer sistema de irrigação semelhante.		11 200 / hectare equipado

Fonte: Ministério da Agricultura e das Pescas de Marrocos

Rede Sanitária

Os principais projetos estruturantes em Marrocos, ao nível do saneamento, neste momento, são:

- Projeto de saneamento em Oum Er Rbia;
- Projeto de abastecimento de água e saneamento rural.

O quadro seguinte apresenta alguma informação básica sobre estes dois projetos.

Quadro 51 – Principais projetos no subsetor do saneamento, em Marrocos

Projeto	Custo Projeto	Datas	% Subsetor Saneamento
Projeto de saneamento em Oum Er Rbia	216,0 USD Milhões	06/2010 – 12/2015	100%
Projeto de abastecimento de água e saneamento rural	112,47 USD Milhões	12/2005 – 11/2014	5%

Fonte: Banco Mundial

Descrevem-se de seguida, de forma breve, cada um destes projetos a desenvolver em Marrocos.

Projeto de Saneamento em Oum Er Rbia

O objetivo deste projeto é aumentar o acesso a saneamento às populações e redução da poluição em 10 pequenas e médias cidades nas bacia hidrográficas de Oum Er Rbia.

Para tal, é necessária a construção de novas redes de saneamento e estações de tratamento de águas residuais.

O projeto tem um custo de 216 milhões de dólares, tendo-se iniciado em 2010 e terminando em dezembro de 2015.

Projeto de Abastecimento de Água e Saneamento Rural

Este projeto foi já descrito no ponto sobre projetos de abastecimento de água. A componente de saneamento tem uma preponderância de 5% no total do projeto, que tem um custo superior a 112 milhões de dólares.

Investimento em STEP

No âmbito do investimento na rede sanitária marroquina, há um forte investimento projetado em estações de tratamento de águas (STEP). O quadro seguinte apresenta as estações de tratamento com obras em curso, a cargo da ONEE.

Quadro 52 – Estações de tratamento em curso a cargo da ONEE

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
OURIR	26.013	2.739	Lagunagem natural (A+F)
AMIZMIZ	12.338	850	Lagunagem natural (A+F)
ASSA	16.348	1.351	Lagunagem (A+F)
AZROU	50.831	4.150	Filtro biológico
BEN GUERIR (T)	75.881	7.250	Lamas ativadas
BEN TAIB	10.741	585	Filtro biológico
BOUDNIB	11.535	553	Lagunagem natural
BOUMALEN DADES	11.494	800	Lagunagem natural
CHEFCHAOUEN(T)	43.686	5.475	Lamas ativadas
DAKHLA (T)	45.576	10.000	Lamas ativadas
EL HAJEB	31.364	2.270	Filtro biológico
EL KELA SRAGHNA (T)	83.873	9.150	Filtro biológico +Maturação
EL KLEA	5.712	3.000	Lagunagem natural
EL KSIBA	19.002	1.500	Lagunagem
EL MARSA	10.517	1.200	Lagunagem
EL OUATIA	7.263	837	Lagunagem natural
ESSMARA (T)	49.559	3.300	Lagunagem (A+F+M)
GUERCIF	58.923	3.900	Lagunagem natural (A+ F)
HAD KOURT	5.758	538	Lagunagem (A+F)
ICH	26.679	150	Em estudo
IFRANE (T)	15.393	3.500	Lamas ativadas
IMOUZZER MARMOUCHA	4.114	474	Lagunagem natural (A+ F)
ISSAGUEN	22.498	800	Fossa séptica
KARIAT BA MOHAMED	19.433	900	Lagunagem natural
KHENIFRA	124.904	5.260	Filtro biológico
MECHRAA BELKSIRI	31.052	2.800	Lagunagem
MIDELT	58.640	2.400	Lagunagem natural (A+F)
SIDI ABDERRAZAK	16.636	87	Lagunagem natural (A)
SIDI SLIMANE	80.261	15.178	Lagunagem (A+F)
SIDI TAIBI	20.542	---	
SIDI YAHIA DU GHARB	35.678	1.700	Lagunagem (A+F)
SIDI YAHIA ZAERS +TAMESNA (T)	32.617	3.150	Lagunagem arejada
SOUK LARBAA	48.736	5.200	Lagunagem

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
TALSSENT	3.068	Em estudo	Em estudo
TAMASSINT	2.608	300	Fossa séptica
TAN TAN	73.208	7.326	Lagunagem natural
TAOUNATE	39.586	2.506	Lagunagem natural
TIFLET (T)	71.604	4.900	Lagunagem arejada
TINGHIR	41.436	2.980	Lagunagem natural
YOUSSOUFIA (T)	177.737	3.387	Lamas ativadas
ZAGORA	42.259	3.200	Lagunagem natural
ZAIO	40.223	3.100	Filtro biológico
ZAOUIATE CHEIKH	25.602	1.354	Lagunagem (A+F)
Total : 44	**1.630.928**	**130.100**	

Nota: T – Tratamento terciário
A – Aeróbica
F – Facultativa
M - Maturação

Fonte: ONEE

Também as entidades municipais têm diversas STEP em curso, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 53 – Estações de tratamento em curso a cargo das entidades municipais/intermunicipais

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
FEZ (T)	1.200.000	130.000	Lamas ativadas
GUISSER (T)	1.890	250	Lagunagem (A+F+M)
TLET LOULED (T)	36.060	1.350	Lagunagem (A+F+M)
ANZA	60.000	30.500	Pré-tratamento + Tratamento Primário + Desodorização
TADDART (T)	10.000	600	Lamas ativadas
AOURIR (T)	30.000	10.000	Lamas ativadas
Total: 6	**1.337.950**	**172.700**	

Nota: T – Tratamento terciário
A – Aeróbica
F – Facultativa
M - Maturação

Fonte: ONEE

O quadro seguinte apresenta as estações de tratamento em curso, a cargo das entidades privadas.

Quadro 54 – Estações de tratamento em curso a cargo das entidades privadas

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
OUED LAOU (T)	10.000	1.154	Lamas ativadas + Tratamento terciário (T)
ZAOUIT SIDI KACEM			
Total: 2	**10.000**	**1.154**	

Nota: T – Tratamento terciário
A – Aeróbica
F – Facultativa
M - Maturação

Fonte: ONEE

O quadro seguinte apresenta as estações de tratamento em fase de projeto da ONEE.

Quadro 55 – Estações de tratamento projetadas pela ONEE

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
AFOURER (+BNIAYAT)	22.765	2.300	Filtro biológico
AGHBALA	14.056	374	Lagunagem (A+F)
AHFIR	30.847	1.834	Lagunagem natural
AIN AOUDA	34.547	4.700	Filtro biológico
AJDIR	18.417	---	Em estudo
BNI HADIFA	9.229	400	Fossa séptica
BNIYAKHLEF	11.814	3.300	Filtro biológico
BOUJNIBA	15.465	3.200	Filtro biológico
BOULANOUAR	14.810	550	Lagunagem natural
BROUJ	16.679	1.161	Filtro biológico arejado
CHEMAIA	22.475	2.000	Lagunagem natural
DAR CHAOUI	2.427	62	Lagunagem natural
DEBDOU	4.726	378	Lagunagem
DEMNATE	24.120	2.000	Lagunagem (A+F)
DRIOUCH	10.674	14.000	---
ECHELLALATE	41.448	2.800	Filtro biológico
EL AIOUNE	47.408	3.000	Lagunagem natural
ERFOUD	24.303	1.600	Lagunagem A+F
EZZHILIGA	17.578	320	Lagunagem natural
FARKHANA	11.304	613	Fossa + leito percolação
FOUM EL OUAD	1.459	720	Filtro biológico
HATTANE	10.574	850	Lagunagem natural
IMINTANOUT	20.667	1.540	Filtro biológico

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
IMOUZER KANDAR	14.138	1.349	Em estudo
JERADA	67.774	2.030	Lagunagem natural
LAAYOUNE	212.513	21.000	Lamas ativadas
LAKHSAS	4.266	220	Lagunagem natural
MIDAR	13.598	1.600	Em estudo
MIRLEFT	7.964	800	Lagunagem natural
MISSOUR	21.569	1.462	Lagunagem natural
MNOUD	5.712	---	Em estudo
MOULAY DRISS ZERHOUN	12.967	2.000	Em estudo
NKOB	5.712	---	Em estudo
OUAOUIZEGHT	10.385	541	Filtro biológico
OUED AMLIL	9.348	1.010	Lagunagem natural
OUEZZANE	65.718	3.850	Filtro biológico
OULED BERHIL	22.416	1.532	Lagunagem natural (A+F)
RAS EL MA	14.422	1.920	Lagunagem natural
RIBAT EL KHIR	18.456	997	Em estudo
ROMMANI	16.930	680	Lagunagem (A+F)
SBAAYOUNE	11.055	1.000	Em estudo
SIDI ALLAL BAHRAOUI	17.344	1.372	Lamas ativadas
SIDI BOUAFIF	5.712	---	Em estudo
SIDI HAJJAJ OUED HASSAR	22.761	2.030	Filtro biológico
SIDI MOUSSA BEN ALI	10.619	900	Em estudo
SIDI MOUSSA MAJDOUB	12.762	3.286	Filtro biológico
SKHOUR RHAMNA	4.447	379	Lagunagem natural
TAFERSIT	15.173	227	Lagunagem natural
TALIOUINE	6.580	235	Lagunagem natural A+F
TAOUES (MERZOUGA ET HASSI LABYAD)	2.468	1.450	Em estudo
TEMSIA	29.910	1.280	Lagunagem natural (A+F)
TIZTOUTINE	14.643	260	Lagunagem natural
TNINE LOUDAYA	19.050	727	Lagunagem natural
TOUNFIT	7.483	700	Filtro biológico
ZAG	16.451	600	Lagunagem (A+F)
Total: 55	**1.148.138**	**103.139**	

Nota: T – Tratamento terciário

A – Aeróbica

F – Facultativa

M - Maturação

Fonte: ONEE

O quadro seguinte apresenta as estações de tratamento em fase de projeto das entidades municipais.

Quadro 56 – Estações de tratamento projetadas pelas entidades municipais/intermunicipais

Cidade	População (2010)	Débito STEP (m^3/dia)	Processo
TAZA	154.000	17.000	Lagunagem (A+F)
LARACHE	141.000	34.560	Pré-tratamento
SIDI BENNOUR (T)	39.593	6.770	Lagunagem (A+F)
AZEMMOUR (T)	42.000	5.275	Lagunagem (A+F+M)
ZEMAMRA (T)	10.000	2.580	Lagunagem (A+F+M)
BIR JDID (T)	15.267	2.000	Lagunagem (A+F+M)
OULED FREJ (T)	11.000	2.000	Lagunagem (A+F+M)
SAFI	284.750	33.826	Lamas ativadas
KÉNITRA ET MEHDIA	359.142	57.000	Intensivo
MHARZA ESSAHEL	18.483	---	Em estudo
TNIN CHTOUKA	33.560		
SIDI SMAIL	4.922		
OULED GHANEM	25.910		
SAHEL	5.597		
LAÂOUMARA	40.776		
SEBT GZOULA	17.407	2.500	Lagunagem natural
JEMAÂT SHAIM	16.365		
BOUGUEDRA	1.764		
FQUIH BEN SALEH	95.612	---	Em estudo
KASBA TADLA	47.429		
FOUM OUDI (CENTRE FOUM OUDI ET OULED M'BAREK)	22.855		
SOUK SEBT	59.201		
Total: 23	**1.446.633**		

Nota: T – Tratamento terciário
A – Aeróbica
F – Facultativa
M - Maturação

Fonte: ONEE

Energia Hídrica

Estão em fase de construção em Marrocos 32 barragens de grande dimensão, estando ainda planeadas mais 23. Das barragens em fase de construção, 9 têm uma altura superior a 50m, tal como 5 das que se encontram em fase de planeamento, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 57 – Grandes barragens em fase de construção ou projeto em Marrocos

Dimensão	Em construção	Em projeto	TOTAL
> 15m	13	11	**24**
> 30m	10	7	**17**
> 50m	9	5	**14**
TOTAL	**32**	**23**	**55**

Fonte: Stellenbosch University

Elencam-se de seguida algumas das principais barragens em construção em Marrocos.

Quadro 58 – Principais barragens em construção em Marrocos

Barragem	Altura	Volume	Reservatório	Data conclusão
Dar Khroufa	71m	1,5 Milhões m^3	480 Milhões m^3	abril 2014
Martil	100m	5,6 Milhões m^3	120 Milhões m^3	setembro 2014
Mdez	110m	2,5 Milhões m^3	700 Milhões m^3	outubro 2015
Ouljet Essoltane	98m	0,9 Milhões m^3	480 Milhões m^3	outubro 2014
Zerrar	72m	1,5 Milhões m^3	65 Milhões m^3	dezembro 2013
Sidi Abdellah	63m	0,6 Milhões m^3	11 Milhões m^3	fevereiro 2014
Tamalout	61m	0,4 Milhões m^3	50 Milhões m^3	dezembro 2013
Tiouine	84m	0,4 Milhões m^3	270 Milhões m^3	dezembro 2013
Timkit	56m	0,15 Milhões m^3	14 Milhões m^3	dezembro 2013

Fonte: Stellenbosch University

Dessalinização

Atualmente, existem algumas iniciativas de dessalinização em Marrocos, particularmente em cidades no sul do país, como por exemplo Laayoune e Boujdour, e em pequenas cidades e vilas piscatórias, como Roc-Chico, Sidi El Ghazi e Akhefenir.

Estas instalações são geridas pela ONEE – BE e têm uma capacidade de produção superior a 30 000 m^3/dia.

Adicionalmente, o grupo OCP está presente em Boukraa, estimando-se uma capacidade produtiva de 2 x 2 000 m^3/dia.

Estão ainda em curso diversos projetos de dessalinização em Marrocos, que são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 59 – Projetos de dessalinização em curso em Marrocos

Entidade	Localização	Capacidade
ONEE – BE (Departamento Água)	Agadir	100 000 m^3/dia
	Laayoune	26 000 m^3/dia
	Boujdour (reforço)	7 000 – 10 500 m^3/dia
	Tarfaya	850 m^3/dia
OCP	Jorf Lasfar	76 milhões m^3/ano
	Safi	25 milhões m^3/ano

Fonte: DRPE

Adicionalmente, há ainda diversos outros projetos ainda em fase de avaliação de viabilidade, como é o caso para as regiões de Agadir e localidades vizinhas, na Costa Atlântica (entre Rabat e Safi) e em Tiznit-Sidi Ifni, Al Hoceima, Cala Iris e outras.

O Governo marroquino está ciente da importância da dessalinização para o suprimento das necessidades ao nível do setor da água e tem já em curso uma estratégia delineada, sob a forma do Plano Diretor de Dessalinização da Água do Mar.

O Plano identifica e caracteriza diversas zonas do país como prioritárias/propícias à dessalinização, sendo por isso expectável que aí se realizem os principais investimentos e projetos no setor.

Assim, o Plano identifica as seguintes zonas como aptas à dessalinização de água do mar:

- Cidades e vilas deficitárias (em Casablanca, Agadir, Al Hoceima, Sidi Ifni, etc.);
- Zonas turísticas (Cala Iris, Plage Blanche, Chebika, etc.);
- Projetos industriais (sob a influência do grupo OCP);
- Perímetros de rega (na planície de Chtouka).

Para desenvolver este Plano, o Governo de Marrocos planeia a instalação de 25 novas centrais de dessalinização, com uma capacidade de produção na ordem dos 400 milhões de m^3 anuais.

A capacidade produtiva divide-se da seguinte forma:

- Acesso a água potável – cerca de 200 milhões m^3/ano;
- Agricultura – 50 milhões m^3/ano;
- Projetos turísticos – 40 milhões m^3/ano;
- OCP – 100 milhões m^3/ano.

Adicionalmente, o Governo marroquino define os principais critérios para a implantação de centrais de dessalinização, a saber:

- Proximidade da costa;
- Proximidade e capacidade da rede elétrica;
- Proximidade e capacidade da rede hídrica;
- Proximidade de uma estrada nacional;
- Disponibilidade de parcela de terreno suficiente;
- Possibilidade de agregar pequenas centrais.

Para implementar o seu Plano de dessalinização, o Governo marroquino pretende recorrer à experiência pública bem como à iniciativa privada, admitindo modelos gestão pública, contratos de operação e manutenção, exploração a cargo do construtor, parceria público-privada, promoção privada, etc.

4.4. Fontes de Financiamento

As principais fontes de financiamento do setor da água em Marrocos são as grandes instituições financeiras multilaterais que alavancam boa parte dos grandes projetos de desenvolvimento realizados no país.

Assim, será útil a consulta periódica das páginas web das principais instituições deste tipo, particularmente do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento, uma vez que são as mais ativas na região, de modo a possuir sempre a informação mais atualizada relativamente a projetos em curso e modos de financiamento para esses mesmos projetos.

Apresentam-se de seguida os contactos para as principais instituições multilaterais a operar em Marrocos.

Banco Africano de Desenvolvimento – Departamento Nacional de Marrocos (MAFO)

Contactos	
Endereço:	Bâtiment B7 Parc Technopolis Sala Al Jadida B.P. 592 Rabat Chelah, Maroc
Telefone:	(+212) 5 30 17 73 00
Fax:	(+212) 5 38 01 44 02
Email:	y.fal@afdb.org
URL:	http://www.afdb.org/en/countries/north-africa/morocco
Representante:	Yacine FAL

Banco Europeu de Investimento – Agência de Rabat

Contactos	
Endereço:	Riad Business Center, Aile sud, Immeuble S3, 4 étage, Boulevard Er-Riad, 10100 Rabat
Telefone:	(+212) 5 37 56 54 60
Fax:	(+212) 5 37 56 53 93
Email:	r.perez@bei.org
URL:	http://www.eib.org/infocentre/contact/offices/morocco.htm
Diretor:	Guido PRUD'HOMME

Agência de Desenvolvimento Alemã (GIZ)

Contactos	
Endereço:	2, Avenue Tour Hassan Rabat Hassan, B.P. 433, 10 000 Rabat R.P.
Telefone:	(+212) 5 37 20 45 17
Fax:	(+212) 5 37 20 45 19
Email:	giz-marokko@giz.de
URL:	http://www.giz.de/en/worldwide/340.html
Diretor:	Jürgen DIERLMAIER

Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

Contactos	
Endereço:	162, avenue Mohammed VI, Souissi – (Rabat) 15, avenue Mers-Sultan (Casablanca)
Telefone:	(+212) 537 63 23 94/95 (Rabat) (+212) 522 22 78 74 (Casablanca)
Fax:	(+212) 537 63 23 97 (Rabat) (+212) 522 29 53 98 (Casablanca)
Email:	afdrabat@afd.fr (Rabat) afdprocasablanca@groupe-afd.org (Casablanca)
URL:	http://www.afd.fr/home/pays/mediterranee-et-moyen-orient/geo/maroc/afd-maroc
Diretor:	Joël DALIGAULT

Banco Mundial

Contactos	
Endereço:	7, Rue Larbi Ben Abdellah, Souissi, Rabat, Maroc
Telefone:	(+212) 5 37 63 60 50
Email:	ialaoui@worldbank.org
URL:	http://www.worldbank.org/en/country/morocco
Diretor:	Simon GRAY

As empresas podem também optar por financiar-se em Marrocos, recorrendo à banca comercial ou aos fundos e incentivos ao investimento disponibilizados pelo governo marroquino discutidos anteriormente.

Uma outra forma de financiamento, no caso de empresas operadoras/gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento são as tarifas cobradas aos utentes.

5. ABORDAGEM AO MERCADO

5.1. Política de Compras e Cadeia de Funcionamento

A política de compras no setor da água em Marrocos processa-se por meio de negociação direta ou, maioritariamente, de concurso público, estando disponíveis os avisos de abertura de *procurement* para novos concursos nos *sites* de cada uma das entidades adjudicantes, jornais ou embaixadas.

Aconselha-se a consulta periódica a cada uma dessas mesmas entidades, uma vez que novas oportunidades surgem continuamente. Os avisos de concurso delineiam as especificidades de concurso e encontram-se predominantemente em língua francesa e árabe. Informação sobre contratação pública pode também ser encontrada no seguinte portal: https://www.marchespublics.gov.ma.

O governo marroquino tem feito esforços no sentido de tornar este processo mais transparente, mas as empresas continuam a apresentar a burocracia e as irregularidades como um *handicap* do mercado. Em 1998, o governo marroquino aprovou um decreto que reviu o sistema de *procurement* público, com vista a aumentar a transparência, responsabilização e competitividade nos processos de *procurement*. Ao longo da última década, Marrocos tem feito progressos substantivos nesta matéria.

Como referido, a contratação pode também ser efetuada por negociação direta, priorizando o estado empresas com experiência no mercado marroquino, bem como empresas com quem já tenha trabalhado anteriormente.

No caso de empresas dedicadas à venda de bens e equipamentos, Casablanca e Tânger são os principais pontos de entrada de mercadorias no país, quer seja para venda direta ao público, grossistas, distribuidores ou retalhistas. A entrada de mercadorias pode ser feita recorrendo a serviços de *ferry* que ligam a Europa do Sul ao Norte de África. Outro ponto de entrada primordial é o porto de Tânger-Med, um dos maiores portos do mediterrâneo e com extensas obras de ampliação em curso, estando previsto que se torne um dos maiores terminais de contentores do mundo.

As intenções de aumentar a capacidade do setor da água em Marrocos por parte do governo, oferecem oportunidades a empresas dedicadas ao fornecimento de equipamento para o abastecimento de água e saneamento. O país necessita primordialmente de equipamentos de purificação de água, tratamento de águas residuais e dessalinização. Alguns equipamentos com elevada procura no país são bombas de água de alta pressão, equipamento de monitorização, sistemas de desmineralização, equipamentos de tratamento e distribuição de água, produtos químicos para o tratamento de água e equipamentos de controlo à distância.

Ao nível dos serviços de consultoria, o maior mercado das empresas será junto de órgãos governamentais e das instituições financeiras multilaterais, onde surgem regularmente oportunidades de consultoria para os projetos que apoiam em Marrocos. As áreas de maior interesse são a prestação de serviços na construção de infraestruturas, capacitação de recursos humanos, melhoria de eficiência e fortalecimento de instituições.

A título de exemplo, o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento assinou, entre 2008 e 2012, cerca de 800 milhões de euros em contratos de consultoria, sendo que cerca de 4% desse valor foi alocado a um conjunto de países que compreende Egito, Jordânia, Marrocos e Tunísia. Este é pois um mercado de grandes dimensões.

O acesso a estas oportunidades de consultoria é regularmente efetuado através de seleção direta, seleção de *shortlist* ou, frequentemente, concurso. Para empresas com menor capacidade técnica/económica, há diversos outros caminhos que podem ser seguidos, como a criação de consórcios, aproveitamento de oportunidades de subcontratação, contratação de peritos para colmatar lacunas, etc.

5.2. Principais Eventos do Setor

Nesta secção do estudo apresentam-se os principais eventos do setor da água que têm lugar em Marrocos.

Pollutec Marrocos

A Pollutec Marrocos é um evento dedicado ao ambiente, nomeadamente à gestão de resíduos sólidos, energia e renováveis, e que decorre no ano de 2014 em Casablanca, nos dias 15 a 18 de outubro.

De seguida apresentam-se os contactos para os interessados neste evento.

Evento:	**Pollutec Marrocos**
Telefone:	+(212) 522 945 971
Email:	zineb.sbata@agenceforum7.com
Página Web:	http://www.pollutec-maroc.com

Eau Expo

A Eau Expo é um evento dedicado às questões relacionadas com a água e decorreu em 2013, entre os dias 22 e 25 de maio. Dedica-se à problemática da proteção de recursos hídricos, promoção de técnicas e tecnologias para o setor da água, serviços, ao subsetor da irrigação e ao papel da água para a saúde pública. Não deverá realizar-se em 2014 mas há a possibilidade de se realizar em maio de 2015.

De seguida apresentam-se os contactos para os interessados neste evento.

Evento:	**Eau Expo**
Telefone:	+(212) 522 241 798 / 96
Email:	medcom@medcom.ma
Página Web:	http://www.eauexpo.com

Salão Internacional Agrícola de Marrocos

Feira ligada ao setor agrícola, que inclui também a temática das tecnologias ligadas à agricultura, como a irrigação.

A 9ª edição da feira decorre em 2014 em Meknes, entre os dias 24 de abril e 3 de maio.

Evento:	**Salão Internacional Agrícola de Marrocos**
Telefone:	+(212) 535 460 300 / 01
Email:	contact@salon-agriculture.ma
Página Web:	http://www.salon-agriculture.ma

5.3. Identificação e Caracterização de Empresas Locais e Potenciais Parceiras

Apresenta-se de seguida uma listagem de um rol de empresas marroquinas potenciais parceiras locais para empresas portuguesas do setor da água, disponibilizando-se também os seus contactos.

ADI – Compagnie d'Aménagement Agricole et de Développment Industriel

Morada :	4, Rue Ibn Addoune (les orangers) - Rabat
Telefone :	00212 537 701 426/27/00
Fax :	00212 537 707 434
E-mail :	a.d.i@adi.ma

AMEPA

Morada :	Station de traitement ONEE Avenue Mohamed Belhassan El Ouazzani BP Rabat Chellah - Rabat
Telefone :	00212 537 768 653
Fax :	00212 537 768 651
E-mail :	amepa@onep.org.ma
Site :	www.amepa-maroc.com

BETEC

Morada :	5, Bd Abdellah Ben Yacine, 20 300 Casablanca
Telefone :	00212 522 304 826 / + 212 522 304 447
Fax :	00212 522 309 975
E-mail :	betec@menara.ma

CAPEP – Travaux Publics

Morada :	75, Route de la Mecque, BP : 20150 Casablanca
Telefone :	00212 522 216 395/96/99
Fax :	00212 522 210 742
E-mail :	capep@capep.ma
Site :	www.capep.co.ma

CGA

Morada :	Polygone 2020 – Route des Zenata, Km 12, n°59
	Sidi Bernoussi - Casablanca
Telefone :	00212 5 22 672 108
Fax :	00212 5 22 672 110
E-mail :	contact@cgamaroc.ma
Site :	www.cgamaroc.ma

MAROC EXPORT – Centre Marocain de Promotion des Exportations

Morada :	23, Rue Ibnou Majed El Bahar 20 000 Casablanca
Telefone :	00212 522 302 210
Fax :	00212 522 301 793
E-mail :	info@marocexport.ma
Site :	www.marocexport.ma

Conseil Ingénierie et Développement

Morada :	Secteur 22 BP 1340 Hay Riad - Rabat
Telefone :	00212 537 579 500
Fax :	00212 537 711 087
E-mail :	cid@cid.co.ma

COTA

Morada :	11,Bis Allées des villas Aîn Sebaâ - CASABLANCA
Telefone :	00212 522 341 124
Fax :	00212 522 342 911
E-mail :	cota@cota.ma
Site :	www.cota.ma

DIMATIT

Morada :	Route côutière N° 111 - Mohammedia
Telefone :	00212 523 317 276
Fax :	00212 523 323 092
E-mail :	dimatit@dimatit.com
Site :	www.dimatit.com

DENYS

Morada :	Industrieweg 124 - Wondelgem (Belgique)
Telefone :	0032 9 254 01 11
Fax :	0032 9 226 77 71
E-mail :	info@denys.com
Site :	www.denys.com

EAU PURE AFRIQUIA

Morada :	Avenue Missr, Résidence Al Amana, Appt 19, Imm A, Rabat
Telefone :	00212 537 704 049
Fax :	00212 537 704 056
E-mail :	n.huret@eaupure-afriquia.ma
Site :	www.eaupure-afriquia.ma

ENERGY TRANSFO

Morada :	Route des Zenatas – r.s 111 (côtière), Km 11,5, rue Attaka – z.i – 20600 - Casablanca
Telefone :	00212 522 662 744
Fax :	00212 522 662 747
E-mail :	energytransfo@ energytransfo.co.ma
Site :	www.energytransfo.ma

EXCELSA TECHNIQUES COMPOSITES

Morada :	Lot nº 18 CFCIM Bouskoura - Casablanca
Telefone :	00212 522 592 053
Fax :	00212 522 592 023
E-mail :	asami@excelsa-maroc.ma

FERROPLAST MAROC

Morada :	Km. 5,6 - RS. 107, Tit Melil Préfecture Mediouna BP 181 - Casablanca
Telefone :	00212 520 225 656
Fax :	00212 520 225 657
E-mail :	administration@ferroplastmaroc.com
Site :	www.ferroplastmaroc.com

FIRST PLASTICS

Morada :	Zone technopole – Aéroport Mohamed V – B.p. 90 – 20240 Nouasseur Melloul - Casablanca
Telefone :	00212 522 538 360
Fax :	00212 522 538 350
E-mail :	fpl@firstplastics.ma
Site :	www.firstplastics.ma

FP3S

Morada :	6, Rue Dayet Aoua 4ème étage Apt 16 - Rabat
Telefone :	00212 648 752 450
E-mail :	bouhaidous@fp3s.com

IHM – Société Industries Hydrauliques et Mécaniques

Morada :	3, rue nº 1 Zône Industrielle Bir Rami - Kénitra
Telefone :	00212 537 375 649
Fax :	00212 537 375 785
E-mail :	Ihm2008@yahoo.fr
Site :	omce@omce.ma

GLS

Morada :	162 Boulevard de Montparnasse 75014 Paris
Telefone :	0033 140 477 878
Fax :	0033 140 470 186
E-mail :	contact@gls.fr
Site :	www.gls.fr

LABOMAG

Morada :	1 Bd - Bangkok - Km 10, 5 Route de Zenata - Casablanca
Telefone :	00212 522 344 961
Fax :	00212 522 357 632
E-mail :	labomag1@gmail.com

M2C@ Etude & Services

Morada :	Résidence Mansour Billah, 60 Bd Mohamed V EL Jadida
Telefone :	00212 5 23 350 459
Fax :	00212 5 23 350 459
E-mail :	yc@m2c-maroc.com
Site :	www.m2c-maroc.com

MAROC METEO

Morada :	Aéroport Casa-Anfa, Face Préfecture Hay Hassani - B.P. 8106 Oasis - Casablanca
Telefone :	00212 522 654 900/+ 212 522 654 800
Fax :	00212 522 913 797
E-mail :	contact@marocmeteo.ma
Site :	www.marocmeteo.ma

MEDCOM

Morada :	355, Boulevard Mohamed V, Espace Youssra - Casablanca
Telefone :	00212 522 241 796/98
Fax :	00212 522 241 836
E-mail :	medcom@medcom.ma
Site :	www.medcom.ma

MMEP - ALMA

Morada :	356, Boulevard Brahim Roudani - Casablanca
Telefone :	00212 522 995 352
Fax :	00212 522 994 950
E-mail :	contact@alma.ma

NOVEC

Morada :	Angle avenues Annakhli et Mehdi Ben Barka, Espace les Palmiers, Hay Riad - Rabat
Telefone :	00212 537 576 200
Fax :	00212 537 717 258
E-mail :	info@novec.ma
Site :	www.novec.ma

OMCE

Morada :	Complexe Skhirat, Angle Avenue Hassan II et Route de la plage - Skhirat
Telefone :	00212 537 742 863 / + 212 663 435 620
Fax :	00212 537 742 858
E-mail :	omce@omce.ma
Site :	www.deltaholding.ma

PLASTIMA

Morada :	Rue Al Maadane, route cotière N°111 - Km 11, Ain Sbaa - Casablanca
Telefone :	00212 522 355 914
Fax :	00212 522 354 798
E-mail :	plastima@plastima.com
Site :	www.plastima.com

SALSABILPLUS

Morada :	5 Rue Zellaka 2ème Etage nº 5 - Tanger
Telefone :	00212 539 945 617
E-mail :	az.designplus@gmail.com
Site :	www.salsabilplus.com

SCHNEIDER ELECTRIC MAROC

Morada :	Immeuble les Quatre Temps, Lot La Colline, 4ème Étage, Sidi Maarouf - Casablanca
Telefone :	00212 522 977 900
Fax :	00212 522 977 905
E-mail :	ma-csc@schneider-electric.com
Site :	www.schneider-electric.ma

SEHI

Morada :	47, Rue Planquette , Belvédère - Casablanca
Telefone :	00212 522 244 659
Fax :	00212 522 409 054
E-mail :	sehi@menara.ma
Site :	www.sehi.ma

SOGETRAMA GLS

Morada :	Angle avenue Hassan II et Route de la plage
Telefone :	00212 537 620 462/32
Fax :	00212 537 620 463
E-mail :	sogetrama@sogetrama.ma

SPIE MAROC

Morada :	Route d'El Jadida Quartier Lissasfa, PK 374, Km 13,5 – 20230 - Casablanca
Telefone :	00212 522 659 200 / 92
Fax :	00212 522 659 303
E-mail :	spiemaroc@spie.com
Site :	www.spiemaroc.ma

TAGMAT AZIAR

Morada :	31 Rue cite EL WAFA - Agadir
Telefone :	00212 528 238 597
E-mail :	tagmat_aziar@yahoo.com
Site :	www.argane-agadir-maroc-tagmat.com

UNIMAGEC

Morada :	Lot. 793/B Route Adwine Z.Industrielle Ait Melloul Agadir
Telefone :	00212 528 246 057
Fax :	00212 528 242 880
E-mail :	unimagec@menara.ma

LES EQUIPEMENST INDUSTRIELS - LEI

Morada :	256, Bd. Ba Hmad 20300 - Casablanca
Telefone :	00212 522 241 151
Fax :	00212 522 246 528
E-mail :	info@leimaroc.ma
Site :	www.lei.ma

5.4. Identificação e Caracterização das Atividades de Empresas Portuguesas já Presentes no Mercado

Apresentam-se de seguida algumas das principais empresas portuguesas já presentes no mercado marroquino e com interesses no setor da água local.

Quadro 60 – Principais empresas portuguesas presentes no setor da água marroquino

Principais empresas portuguesas no setor da água marroquino
Águas de Portugal
Aquasis
Asibel Construções
Casais
Conduril
Efacec
Henriques & Henriques
Monte Adriano
Xylem – Water Solutions Portugal

Contactos das Empresas

Empresa:	**Águas de Portugal (AdP Internacional)**
Telefone:	212 469 800
Email:	internacional@adp.pt
Página Web:	http://www.adp.pt
Endereço:	Rua Visconde de Seabra, 3, 1700-421 Lisboa, Portugal

Empresa:	**Aquasis**
Telefone:	212 469 750 / 60
Email:	aquasis.geral@aquasis.pt
Página Web:	http://www.aquasis.pt
Endereço:	Rua Visconde de Seabra, 3, 1700-421 Lisboa - Portugal

Empresa:	**Asibel Construções**
Telefone:	+(212) 530 300 370 / 71
Email:	geral@asibel.net
Página Web:	http://www.asibel.net
Endereço:	12, Rue Jabal Al Ayachi, Agdal, 10080 Rabat, Maroc

Empresa:	**Casais**
Telefone:	+(212) 537 681 614
Email:	casais.maroc@casais.ma
Página Web:	http://www.casais.pt
Endereço:	Imm 34, Rue Oued Daraa, Appt N.º 2, Agdal, 10090 – Rabat, Maroc

Empresa:	**Conduril**
Telefone:	+(212) 537 675 027
Email:	condurilsa@menara.ma
Página Web:	http://www.conduril.pt
Endereço:	Avenue des Nations Unies, Residence IBN KHALDOUN, Imm. 11, Appart. 4, 10106 Rabat, Maroc

Empresa:	**Efacec**
Telefone:	+(212) 537 261 167
Email:	efacecmaroc.ma@efacec.com
Página Web:	http://www.efacec.pt
Endereço:	Angle Av. Al Alaouiyine et Rue Al Mariniyine, Immeuble OMNIPRISE, 2ème étage, bureau C2 – 10020 Rabat, Maroc

Empresa:	**Henriques & Henriques**
Telefone:	249 540 990
Email:	geral@heh.pt
Página Web:	http://www.heh.pt
Endereço:	Apartado 3, Pisões, 2436-909 CAXARIAS, Portugal

Empresa:	**Monte Adriano**
Telefone:	+(212) 661 541 659
Email:	geral@monteadriano.pt
Página Web:	http://www.grupomonteadriano.com
Endereço:	3, Av. Annakhil - Residence Dar Riad, Imm.C, Appart. n.4, ier Etage, Secteur 9, HAY RYAD - 10 000 RABAT Maroc

Empresa:	**Xylem Water Solutions Portugal**
Telefone:	210 990 929
Email:	info.pt@xyleminc.com
Página Web:	http://www.xylemportugal.pt
Endereço:	EN 10 km 131 – Parque Tejo – Bloco D, 2625 Forte da Casa – Lisboa, Portugal

5.5. Etiqueta de Negócios

Listam-se aqui alguns dos principais aspetos a ter em conta na abordagem do mercado marroquino:

- Os marroquinos apreciam um interlocutor simpático, confiante e assertivo, que passe uma mensagem positiva e clara. Apesar de em Marrocos a língua dos negócios ser o francês, é importante notar que esta não é a língua materna, pelo que a mensagem deve ser transmitida de forma clara. Também se podem encontrar interlocutores que falam espanhol (sobretudo no Norte do país) ou inglês (entre os homens de negócio mais viajados ou na alta administração pública e empresas públicas).
- As reuniões devem ser marcadas com alguma antecedência e confirmadas um ou dois dias antes. Apesar de ser possível marcar reuniões em julho e agosto, assim como durante o mês do Ramadão, é preciso ter em atenção que durante esses períodos os horários de trabalho são mais curtos. Apesar de ser cada vez menos frequente, os marroquinos têm o hábito de ter reuniões à porta aberta, pelo que não se deve estranhar a entrada e saída de pessoas estranhas à reunião.
- Muitos marroquinos tiveram a sua formação em França, pelo que mantêm algumas das características francesas, como seja o tratamento formal (*Monsieur, Madame, vous*) ou a importância da aparência, sendo aconselhável vestir-se formalmente, de fato e gravata (no caso dos homens). Nos meses de maior calor é aceitável substituir o fato e a gravata por uma camisa. Os cartões-de-visita devem ter uma face em francês.
- A concretização de negócios depende em grande medida das relações pessoais, pelo que é importante estabelecer uma relação com os seus interlocutores, promovendo convívios, convites para visitar a empresa em Portugal ou oferecendo-lhes lembranças de cortesia. Uma boa forma de fortalecer as relações pessoais é mostrar interesse pela cultura local ou encontrar interesses ou passatempos comuns. No entanto, assuntos como a monarquia, a política em geral, a sexualidade e a religião são sensíveis, sendo que um marroquino geralmente não os discute na presença de outros. Assim, este tipo de assuntos só deve ser abordado quando já se conhece muito bem o interlocutor e sempre com moderação e respeito.
- Antes de avançar com qualquer negócio é essencial recolher o máximo de informação sobre a sua contraparte marroquina, certificando-se da sua solvência financeira, idoneidade e credibilidade, devendo-se também ter em atenção a sua respetiva rede de contactos e os seus parceiros locais.
- A conclusão de um negócio necessita, geralmente, de um alargado período de negociação, com várias reuniões e encontros, pelo que se deve ter paciência e muita persistência até à sua conclusão. Exímios negociadores, os marroquinos necessitam de, durante o processo negocial, sentir boa vontade da parte do interlocutor e, no final, de ficarem com a impressão de um ganho palpável. Por vezes não é fácil obter um "não" diretamente pelo que, perante um impasse inesperado ou ausência continuada de resposta, deve-se tentar ler nas entrelinhas e interpretar esses comportamentos como sinais de desinteresse.
- Quando lidar com a administração pública ou com empresas/serviços a ela ligados (cujo peso em Marrocos é ainda muito elevado) prepare-se para algumas informações contraditórias, interpretações legais divergentes, tempos de resposta longos e uma burocracia significativa.
- Em quase todos os setores de atividade é conveniente contar com um parceiro local capaz de desbloquear problemas e para servir de interlocutor junto das autoridades locais podendo, se bem selecionado, ser um enorme facilitador dos negócios.

- Apesar de minimamente qualificada, a mão-de-obra marroquina tem sérios problemas de produtividade, particularmente durante os meses de verão e no Ramadão. Ao nível de quadros locais, a qualidade varia muito, tendo geralmente melhor qualidade os que provêm de áreas científicas.
- Apesar de os marroquinos não serem rigorosos com a pontualidade, há interlocutores que podem sentir-se ofendidos com situações de atraso, sendo aconselhável cumprir os horários.
- Em Marrocos, a medida do tempo é diferente da Europa, o que significa que não se deve ter pressa excessiva na hora de começar qualquer processo negocial, sendo que os prólogos da conversa são longos.

Em suma, Marrocos é um dos mais maduros mercados do continente africano e um dos mais atrativos polos de investimento na região. Apesar da cultura marroquina se assemelhar a outras culturas mediterrânicas – incluindo a portuguesa – há especificidades próprias que interessa ter em atenção.

5.6. Análise SWOT

Forças	Fraquezas
• Estabilidade política e institucional; • Simpatia em relação a Portugal; • Proximidade geográfica; • 2ª Maior economia no Magrebe e 6ª em África; • Flexibilidade e adaptabilidade das empresas portuguesas; • Baixos custos de produção; • Existência de zonas francas; • Acordo de Associação e Estatuto Avançado com a União Europeia.	• Desconhecimento da oferta portuguesa associada à falta de imagem de Portugal; • Não associação imediata de Portugal à inovação tecnológica ou tradição industrial; • Escasso acompanhamento/apoio dos clientes por parte dos fornecedores portugueses; • Dificuldades de comunicação relacionadas com a língua; • Relativa falta de transparência e burocracia ao nível da administração pública, traduzida num elevado número de documentos necessários em qualquer processo administrativo e opacidade de procedimentos.
Oportunidades	**Ameaças**
• Forte crescimento económico e lançamento de vastos programas de obras públicas e privadas; • Significativos investimentos estrangeiros em curso ou em vias de concretização; • Vastos programas de modernização das infraestruturas; • Grande crescimento de diversos setores de atividade (ambiente, águas, energia, construção, turismo, automóvel, *offshoring*, têxtil e couro, aeronáutico, agrícola e agroalimentar, indústria elétrica e eletrónica, *franchising*, etc.); • Existência de mecanismos de crédito preferenciais; • Classe média emergente, com grande propensão para o consumo; • Maior abertura à iniciativa privada de domínios tradicionalmente públicos (como o setor da água).	• Concorrência movida por todos os países que já têm presença significativa no mercado (em especial europeus e do Golfo Pérsico); • Consolidação de novos *players* no mercado, nomeadamente a China, Países do Golfo Pérsico e a Turquia; • Sensibilidade particular aos fatores preço e condições de pagamento e de financiamento; • Défice de informação qualificada sobre os parceiros comerciais, a realidade e as características atuais do mercado marroquino; • Mercado em grande mutação social e económica que requer um acompanhamento frequente dos clientes locais por parte das empresas portuguesas; • A par das diferenças culturais entre Portugal e Marrocos, é relevante não depreciar as diferenças culturais internas entre províncias/regiões. Marrocos não poderá ser visto como um mercado uniforme, pelo que se torna fundamental moldar toda a estratégia face às características e contingências de cada região; • Imprevisibilidade do ambiente de negócios em Marrocos. Apesar do reforço gradual do conjunto de leis e regulações, constata-se que a aplicação das mesmas a nível local continua a não ser uniforme, deixando espaço para interpretações divergentes.

5.7. Proposta de Ações

A escassez e distribuição não-uniforme da chuva em Marrocos, tornou a água um fator-chave no desenvolvimento económico e social do país.

O país investiu fortemente em barragens, infraestruturas de distribuição de água e sistemas de irrigação de larga escala. Embora bem-sucedida, esta política não conseguiu resolver problemas ao nível da gestão da procura de recursos hídricos, conservação e proteção de recursos hídricos, eficiência e igualdade de serviços em zonas urbanas e rurais, etc. Adicionalmente, Marrocos enfrenta problemas sérios relacionados com o crescimento demográfico, défices crónicos de água e alterações climáticas.

Marrocos enfrenta sérios desafios na gestão e uso dos seus recursos hídricos, de modo a atender às necessidades de populações urbanas e rurais, agricultura e indústria.

Ao longo dos últimos anos, o país tem conduzido diversas reformas no setor da água que permitem olhar o futuro de forma mais otimista. Naturalmente, essas reformas têm onerado o erário público e tem feito com que as autoridades marroquinas tenham demonstrado maior abertura à participação do setor privado no mercado da água, quer por razões de custos, quer por razões de eficiência.

Na abertura da 9ª Sessão do Conselho Superior da Água e do Clima de Marrocos, Sua Majestade, o Rei Mohammed VI foca precisamente a "necessidade de aliviar a carga de investimento público no setor e de procurar novas fórmulas de financiamento e gestão das obras hidráulicas".

É neste contexto que surgem oportunidades para empresas portuguesas dispostas a operar no mercado marroquino. Face à crescente liberalização da economia marroquina (na qual o projeto de lei das parcerias público-privadas é um elemento fundamental) e do próprio setor da água (a Lei da Água estabelece os critérios essenciais para a concessão/delegação de serviços de abastecimento de água e saneamento), as empresas têm ao seu dispor um mercado apetecível ao nível da delegação de serviços, obras de empreitada, manutenção de infraestruturas, serviços de engenharia, fornecimento de bens de equipamento, fornecimento de produtos, consultoria, etc.

No entanto, não se pense que o mercado marroquino é um oásis: as empresas devem estar bem cientes que, para além das naturais dificuldades de índole cultural, Marrocos é um país que apresenta ainda sérios problemas de burocracia e corrupção, pese embora o país tenha feito uma evolução louvável nestas matérias ao longo dos últimos anos, seja através da criação de *one-stop-shops*, redução do número de procedimentos e tempo necessários à criação de uma empresa, desburocratização e aumento da transparência e responsabilização na administração central e local, etc.

Assim, primeiramente as empresas devem inteirar-se da realidade do país, procurando conhecer os processos e procedimentos necessários ao estabelecimento em Marrocos, questões associadas à fiscalidade e repatriamento de capitais, condições de financiamento, incentivos ao investimento, etc. Com este estudo abordamos diversas destas questões e esperamos que seja um auxílio na fase de estudo de mercado das empresas.

Mesmo com o estudo de mercado já elaborado, recomenda-se seriamente, pelo menos numa fase inicial, o estabelecimento de parceria com empresas locais – facilita em grande medida a entrada no mercado e permite contornar toda uma série de barreiras que são colocadas a empresas sem experiência no mercado marroquino. De resto, é importante perceber que as entidades marroquinas tendem a tomar o partido da empresa nacional em casos de disputa e a favorecer empresas já experimentadas no mercado em processos de contratação pública.

Para ajuda com a grande maioria dos problemas na entrada no mercado marroquino, aconselha-se às empresas que contactem a Agência de Promoção de Investimentos marroquina, que para além de auxílio técnico, presta também auxílio a empresas que procurem um parceiro local, apoiando no processo de *matching* empresarial. Adicionalmente, Portugal tem representação legal no país, sob a forma de embaixada e a AICEP possui escritório em Rabat.

Ao longo deste estudo fomos elencando as condições disponíveis para empresas que optem pelas modalidades de investimento direto ou exportação nos seus investimentos. Nesse sentido, após a tomada dessa decisão, as empresas devem procurar a localização que mais as favorece e programas de incentivos ao investimento para os quais sejam elegíveis.

No caso de empresas exportadoras, devem consultar a pauta aduaneira marroquina, de modo a inteirar-se das condições aplicáveis ao seu produto. Para empresas interessadas em ter uma presença física em Marrocos, particularmente empresas de engenharia, consultoria, fabricação de bens de equipamento e operadores de serviços de abastecimento de água e saneamento, é fulcral que se façam notar, estabelecendo contactos com os *stakeholders* do setor da água marroquino, sejam eles entidades governamentais, operadores de serviços, instituições financeiras multilaterais, empresas privadas, etc.

Como foi já referido, a participação nos grandes projetos estruturantes do setor da água no país dão-se por negociação direta ou por contratação pública. Nesse sentido, é importante prestar atenção a avisos de abertura de concurso, que são publicados nos *sites* das entidades adjudicantes, órgãos governamentais, Embaixada de Marrocos em Portugal, jornais e num site dedicado para o efeito, o Portal da Contratação Pública marroquino.

Apresentam-se de seguida algumas indicações genéricas a todas as empresas portuguesas que decidam operar em Marrocos:

- Estabelecer contactos com os decisores locais do setor da água, no sentido de agendar reuniões onde possam dar a conhecer a sua experiência e *know-how* nessa área;
- Participar em feiras da especialidade, de preferência com um *stand* onde poderão expor material promocional das suas áreas de atividade;
- Convidar as entidades marroquinas/decisores do setor da água para uma visita às instalações da empresa e obras de referência realizadas em Portugal para demonstrar o seu *know-how* e experiência e assim potenciar e maximizar as oportunidades de concretizar negócios.

As empresas devem ainda assegurar-se que possuem "músculo financeiro" para suportar os custos do investimento e estarem preparadas para que o retorno não seja imediato. O mercado marroquino oferece grande potencial de investimento e de geração de lucro, com um volume muito avultado de investimento estatal no setor da água a médio e longo prazo, mas que se encontra ainda em fase de maturação.

6. BIBLIOGRAFIA

Publicações

- **ACWA**, *PSP and PPP in the Water Sector: a Review of Experiences in Morocco*, 2013;
- **Agence Marocaine de Développement des Investissement**, *Créer son entreprise au Maroc*, 2013;
- **Agence Marocaine de Développement des Investissement**, *Les différents types de sociétés commerciales reconnus au Maroc*, 2013;
- **AICEP,** *Acordos Bilaterais Portugal/Magrebe*, 2013;
- **AICEP,** *Ficha de Mercado de Marrocos*, 2013;
- **AICEP,** *Marrocos – Síntese País e Relacionamento Bilateral*, 2013;
- **AICEP,** *Guia Prático de Acesso ao Mercado*, 2013;
- **Aquastat**, *Millenium Development Goals*, 2013;
- **Banco Africano de Desenvolvimento**, *Morocco: Country Strategy Paper 2012-2016*, 2011;
- **Banco Mundial**, *Doing Business*, 2014;
- **Banco Mundial**, *Partenariats public-privé pour les services d'eau urbains: Bilan des experiences dans les pays en développement*, 2009;
- **BCP**, *Internacionalização Marrocos*, 2013;
- **BITD**, *Bulletin International des Douanes*, 2009;
- **BPDWS**, *Emerging PPP trends in the water & sanitation sector*, 2011;
- **CIHEAM**, *Comparative study between Moroccan water strategies and WFD*, 2011;
- **Deloite**, *Morocco Highlights*, 2013;
- **EBRD**, *Consultant Opportunities with the EBRD*, 2013;
- **Ernst & Young**, *Doing Business in Morocco*, 2011;
- **Governo de Marrocos**, *Stratégie Nationale de l'Eau*, 2009;
- **Governo de Marrocos**, *PAGER*, 2007;
- **Governo de Marrocos**, *Programme National d'Assainissement Liquide et d'Epuration des Eaux Usées*, 2007;
- **Governo de Marrocos**, *Prospective Maroc 2030*, 2006;
- **Governo de Marrocos**, *Programme d'Aménagement Côtier en Méditerranée marocaine : Etude de faisabilité*, 2004;
- **Governo de Marrocos**, *PAC-Maroc Rapport final integre*, 2012;
- **Governo de Marrocos**, *Decret n° 2-05-1533 du 14 Moharrem 1427 relatif a l'Assainissement Autonome*, 2006;

- **Governo de Marrocos**, *Décret n° 2-97-875 du 6 chaoual 1418 relatif à l'utilisation des eaux usées*, 1998;
- **Governo de Marrocos**, *Décret n° 2-97-787 du 6 chaoual 1418 (4 février 1998) relatif aux normes de qualité des eaux et à l'inventaire du degré de pollution des eaux*, 1998;
- **Governo de Marrocos**, *Décret n° 2-97-414 du 6 chaoual 1418 (4 février 1998) relatif aux modalités de fixation et de recouvrement de la redevance pour utilisation de l'eau du domaine public hydraulique*, 1998;
- **Governo de Marrocos**, *Décret n° 2-04-553 du 13 hija 1425 relatif aux déversements, écoulements, rejets, dépôts directs ou indirects dans les eaux superficielles ou souterraines*, 2005;
- **Governo de Marrocos**, *Décret n° 2-05-1533 du 14 moharrem 1427 relatif à l'assainissement autonome (B.O. n° 5404 du 16 mars 2006)*, 2006;
- **Governo de Marrocos**, *Décret n° 2-97-657 du 6 chaoual 1418 relatif à la délimitation des zones de protection et des périmètres de sauvegarde et d'interdiction*, 1998;
- **Governo de Marrocos**, *Loi 10-95 sur L'eau*, 1995;
- **Governo de Marrocos**, *Décret n°2-97-657 du 04 février 1998 relatif à la délimitation des zones de protection et des périmètres de sauvegarde et d'interdiction.*, 1998;
- **Governo de Marrocos**, *Dahir n° 1-06-15 du 15 moharrem 1427 (14 février 20 06) portant promulgation de la loi n° 54-05 relative à la gestion déléguée des services publics.*, 2006;
- **Governo de Marrocos**, *Projet de Loi Relative au Partenariat Public-Prive.*, 2012;
- **Hajji & Associés**, *Investir Au Maroc*, 2012;
- **KPMG**, *Morocco Country Profile*, 2012;
- **MARSE**, *Water Resources in Morocco: An Overview*, 2012;
- **Ministério da Economia e Finanças de Marrocos**, *Cadre Juridique des PPP Expérience du Maroc*, 2011;
- **Ministério do Interior de Marrocos**, *Assainissement liquide ao Maroc*, 2013;
- **ONEE**, *Overview on drinking water strategy in Morocco*, 2012;
- **ONEE**, *Secteur de L'eau au Maroc et Strategie de L'ONEE*, 2013;
- **ONEE**, *Water sector in Morocco : ONEE experience Achievements and challenges*, 2013;
- **PKF**, *Doing Business in Morocco*, 2011;
- **PKF**, *Morocco Tax Guide*, 2013;
- **Saad BELQAT**, *Le Partenariat Public-Privé (PPP): nouveau mode de gestion et de financement des projets au Maroc*, 2010;
- **UK Trade & Investment**, *Doing Business in Morocco*, 2013;
- **U.S. Commercial Service**, *Doing Business in Morocco*, 2011.

Websites

- http://www.giz.de – Agência Alemã de Cooperação Técnica Internacional ;
- http://www.afd.fr – Agência Francesa de Desenvolvimento;
- http://www.invest.gov.ma – Agence Marocaine de Développement des Investissement;
- http://www.portugalglobal.pt – AICEP;
- http://www.fao.org/nr/water/aquastat - Aquastat;
- http://www.afdb.org – Banco Africano de Desenvolvimento;
- http://www.ebrd.com – Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento;
- http://www.worldbank.org – *Banco Mundial,*
- https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook - *CIA World Factbook;*
- http://www.doingbusiness.org – *Doing Business;*
- http://www.emb-marrocos.pt – Embaixada de Marrocos em Portugal;
- http://www.globalwaterintel.com – *GWI;*
- http://www.heritage.org – *Heritage Foundation;*
- http://www.agriculture.gov.ma – Ministério da agricultura e da Pesca Marítima de Marrocos;
- http://www.mem.gov.ma – *Ministério da Energia, das Minas, da Água e do Ambiente de Marrocos;*
- http://www.onep.ma – *ONEE/ONEP;*
- http://www.pollutec-maroc.com – Pollutec Marrocos;
- http://www.ppa.pt – PPA;
- http://www.sun.ac.za – *Stellenbosch University*;
- www.weatherbase.com – Weatherbase;
- http://www.weforum.org – *World Economic Forum,*
- https://pt.wikipedia.org – Wikipedia;
- http://www.ramsa.ma – RAMSA;
- http://www.radeec.ma – RADEEC;
- http://www.radeej.ma – RADEEJ;
- http://www.radeef.ma – RADEEF;
- http://www.radeel.ma – RADEEL;
- http://www.radeema.ma – RADEEMA;
- www.radeeo.ma – RADEEO;
- http://www.radeet.ma – RADEET;
- http://www.radeeta.ma – RADEETA;

- http://www.radees.ma – RADEES;
- https://client.lydec.ma – LYDEC;
- http://www.client.veoliaenvironnement.ma/tanger - AMENDIS Tânger;
- http://www.client.veoliaenvironnement.ma/Tetouan - AMENDIS Tetouan;
- http://www.client.veoliaenvironnement.ma/Redal - REDAL.

AEP – Associação Empresarial de Portugal
ÁguaGlobal – Internacionalização do Setor Português da Água
4450-617 Leça da Palmeira | Tel: 229 981 500 | Fax: 229 981 771
http://aguaglobal.aeportugal.pt/ | projectos.especiais@aeportugal.com

PROMOTOR
AEP CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

PARCEIRO
Parceria Portuguesa para a Água

COFINANCIAMENTO
COMPETE PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE
QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL PORTUGAL 2007.2013
UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional